



GENERALI SEGUROS, S.A.

Av. da Liberdade, nº 242
1250 – 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 500 940 231
Autorização ASF nº 1197
LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

Índice

01 / Modelo de Governo Corporativo	004
02 / Órgãos Sociais	006
03 / Relatório do Conselho de Administração	008
04 / Demonstrações Financeiras	028
05 / Demonstração do Rendimento Integral	032
06 / Demonstração de Variação de Capitais Próprios	034
07 / Demonstração dos Fluxos de Caixa	036
08 / Anexo às Demonstrações Financeiras	038
09 / Divulgação das Políticas de Remuneração	135
10 / Certificação Legal das Contas	147
11 / Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	156

01 / Modelo de Governo Corporativo

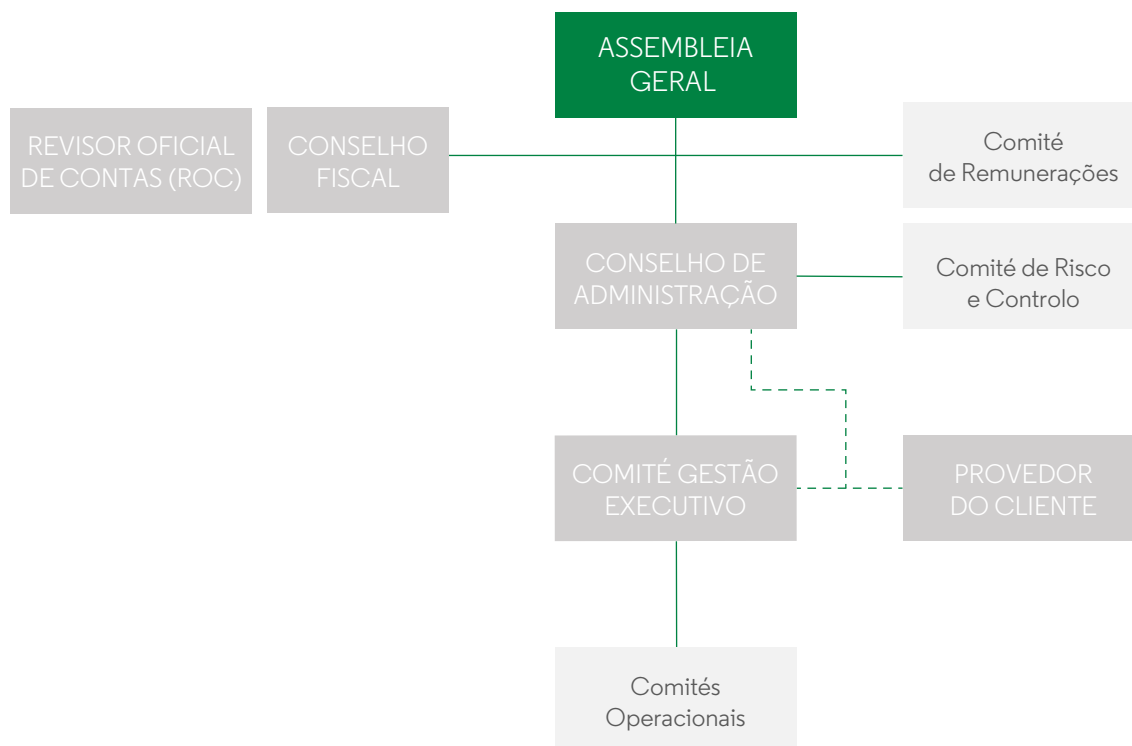


1. MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

De acordo com o Modelo de Governo Societário adotado, à data do presente relatório, a Companhia integra um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Comité de Gestão Executivo, ao qual o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da Companhia.

Adicionalmente, foram constituídos diversos comités de forma a permitir a realização, de forma permanente, da avaliação, controlo, monitorização, discussão e tomada de decisão sobre diversos aspetos relevantes do sistema de governo, sistema de gestão de risco, estratégia, objetivos e dados de negócio da Companhia, reforçando um modelo de governação assente numa gestão sã e prudente do negócio, no reforço da comunicação, da transparência e da interação entre os diversos Órgãos de Gestão e de Fiscalização, Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo.

ACIONISTA



02 / Órgãos Sociais



2. ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

Sofia Leite Borges (Presidente)
Denise Alfaro Guimarães Luz (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústegui Melgarejo (Presidente)
João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)
Pedro Luís Francisco Carvalho (CEO)
Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo
Riccardo Candoni
Stefano Flori

CONSELHO FISCAL

Nelson Manuel Marques Fontan (Presidente);
Dinora Clara Feijão Margalho Botelho (Vogal)
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento (Vogal)
Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por (Efetivo) Hugo Jorge Gonçalves Cláudio;
José Manuel Horta Nova Nunes (Suplente)

A Gestão da Sociedade, por delegação do Conselho de Administração, caberá a um Comité de Gestão Executivo composto por:

Andrea Giovanni Giuseppe Fiorani – Chief Operating Officer (*)
Joana Mafalda da Costa de Pina Pereira – Chief Distribution Officer (*)
João Carlos Soares Candeias Barata – Chief Insurance Officer
Pedro Luís Francisco Carvalho – Chief Executive Officer
Stefano Flori – Chief Financial Officer
Tiago Miguel Tavares Rodrigues – Chief Service Officer

(*) integração na composição do Comité de Gestão aprovada para vigorar a partir de 2023

03 / Relatório do Conselho de Administração



3. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Generali Seguros, S.A. (adiante designada por “Generali Seguros” ou “Companhia”) respeitantes ao exercício de 2022.

3.1. – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

3.1.1. – Situação Económica Internacional

A evolução da economia mundial e dos mercados financeiros foi fortemente condicionada pelos impactos da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022. Apesar da consolidação da recuperação pós-pandémica, foi o expressivo aumento da inflação que marcou o ano, induzido pelas disrupções pandémicas, por políticas expansionistas e, posteriormente, exacerbado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, que provocou a subida adicional dos preços matérias-primas, nomeadamente da energia e dos bens alimentares.

O crescimento do PIB mundial recuou, em 2022, para quase metade fixando-se em cerca de 3,4%. Esta quebra no crescimento é consequência de um conjunto de fatores como as alterações no mercado da energia fruto da Guerra na Ucrânia e a política de Covid Zero na China que penalizou o comércio internacional. O PIB da Zona Euro cresceu 3,5% em 2022, em desaceleração face aos 5,2% registados em 2021. A forte subida dos preços da energia, a inflação e a subida das taxas de juro, acabaram por refrear a procura interna, com as famílias a terem menos rendimento disponível. O crescimento da economia da Zona Euro é em grande medida justificado pelo crescimento do setor dos serviços.

A inflação na zona Euro fechou o ano nos 9,2% e nos EUA em torno dos 6,5%. A subida da inflação em 2022 refletiu a capacidade de as empresas incorporarem a subida dos seus custos nos preços finais, fruto de um consumo privado que se manteve em níveis elevados sustentado numa poupança acumulada conseguida em tempos de pandemia e de alguns apoios orçamentais às famílias. A trajetória dos preços da energia e a resolução dos estrangulamentos da parte da oferta, nomeadamente com a abertura da economia chinesa, permitiram a descida da inflação no último trimestre do ano.

Como reação às pressões inflacionistas e em cumprimento do seu mandato, os bancos centrais adotaram políticas monetárias mais restritivas e subiram as taxas de referência. Na zona Euro, a subida acumulada protagonizada pelo BCE atingiu os 250 pontos base, fixando a taxa de refinanciamento nos 2,5% e a Reserva Federal, mostrando-se sempre mais agressiva, subiu a taxa num total de 425 pontos base.

Neste contexto, foi um ano particularmente difícil para os mercados financeiros com retornos negativos simultâneos nas ações, dívida pública e crédito. Apenas, a subclasse de matérias-primas obteve um desempenho positivo, suportado pela subida dos preços do petróleo, do gás natural e dos bens alimentares. O ano ficou também marcado pela forte apreciação do dólar, que beneficiou do seu carácter defensivo e influenciado pela subida mais rápida e em maior magnitude das taxas de juro pela Fed.

A Euribor a 3 meses subiu 270 pontos base para 2,13% e a expectativa do mercado é que esta tendência de subida se prolongue no futuro próximo. As *yields* a 10 anos do *Treasury* americano e do *Bund* alemão subiram, respetivamente, de 1,51% para 3,87% e de -0,18% para 2,57%. As *yields* das Obrigações do Tesouro português para o mesmo prazo progrediram 311 pontos-base, de 0,49% para 3,60%. Refletindo o ambiente de maior aversão ao risco após o início da guerra na Ucrânia, o *spread* da *yield* das OT a 10 anos face ao *Bund* (66 bps no início em dezembro de 2021) chegou a ultrapassar os 120 pontos base, mas inverteu esta tendência e terminou o ano em 103 bps.

A expectativa de condições monetárias e financeiras mais restritivas e os receios crescentes de recessão aumentaram a volatilidade nos mercados financeiros e penalizaram os mercados acionista e de crédito. Nos EUA, os índices acionistas S&P 500 e Nasdaq desva-

lorizaram 19,4% e 33,1%, respetivamente. O setor tecnológico foi particularmente penalizado pelo contexto de subida dos juros. Na Europa, o Euro Stoxx 600 e o DAX recuaram 12,9%, 12,3% respetivamente. Em Portugal, o PSI valorizou 2,8%. Na China, o Shanghai Composite desvalorizou 15,1%.

3.1.2. – Situação Económica Nacional

Em Portugal, o PIB cresceu 6,7% em 2022, acima da média da Zona Euro e na sequência do aumento de 5,5% verificado em 2021. Segundo o INE, a procura interna apresentou um contributo positivo, verificando-se uma aceleração do consumo privado e um abrandamento do investimento. O contributo da procura externa líquida foi positivo, tendo-se registado uma aceleração em volume das exportações de bens e serviços e uma desaceleração das importações.

Com as contas públicas melhoradas, o *rating* soberano português foi revisto em alta de BBB para BBB+ pelas agências S&P e Fitch e de BBB (high) para A (low) pela DBRS.

A trajetória de crescimento deverá abrandar significativamente em 2023, para 1,5% segundo projeções do Banco de Portugal, refletindo a redução do contributo do consumo privado e das exportações e dos serviços.

O Banco de Portugal projeta uma redução da inflação para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, refletindo menores pressões externas. O abrandamento da atividade mundial e a resolução dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento devem atenuar as pressões inflacionistas externas ao longo do período de projeção, assumindo-se uma desaceleração do preço das importações e, em particular, uma redução no caso do gás e do petróleo.

3.1.3. – Mercado Segurador

Após um ano de crescimento, em 2022 a produção de seguro direto voltou a decrescer. O total de prémios registou uma variação de -9,5% face a 2021, situando-se em 12.082 milhões de euros (-1.268 milhões de euros), devido à evolução negativa dos ramos Vida.

O segmento Vida, que representa 50% do total da produção de seguro direto, contrariamente ao verificado no ano anterior, registou em 2022 um decréscimo dos prémios de 21,8% face a 2021, situando-se em 6.043 milhões de euros (-1.685 milhões de euros). Todas as modalidades registaram uma evolução negativa, salientando-se os seguros de Vida Ligados, excluindo PPR (-31,9%, -1.119 milhões de euros) e os PPR totais (-20,6%, -392 milhões de euros).

O segmento Não Vida, apresentou em 2022 um crescimento de 7,4% face ao ano anterior, superior ao verificado em 2021 (+4,8%). O volume de prémios Não Vida atingiu 6.039 milhões de euros (+417 milhões de euros) com destaque para o ramo Saúde, que com um crescimento de 11,8% (+122 milhões de euros), continua a apresentar uma boa evolução, em resultado de uma procura crescente deste tipo de seguro por parte da população.

O ramo Acidentes de Trabalho registou uma taxa de crescimento de +6,4% (+62 milhões de euros) face a 2021. Também o ramo Incêndio e Outros Danos registou uma taxa de crescimento positiva, de +7,4% (+74 milhões de euros), superior à registada em 2021 (+5,8%).

O ramo Automóvel apresentou em 2022 uma taxa de crescimento de +3,8% (+1,1% em 2021).

3.2. – FACTOS RELEVANTES EM 2022

Com o ramo Vida em quebra, a Generali Seguros consolida o segundo lugar no ranking do mercado segurador, com um volume de prémios emitidos no valor de 1,2 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 5% em relação a 2021. Como seguradora mista, explora os ramos Vida e Não Vida, e teve em 2022 cerca de 93% do seu negócio em Não Vida, ficando mais resguardada das quebras do Ramo Vida, na componente de produtos financeiros.

De acordo com o Banco de Portugal, o PIB em 2022 aumentou 1,3% (6,8% vs 5,5%), tendo esta recuperação económica sido registada a partir do segundo trimestre de 2020, com resultados mais positivos e alcançados de forma mais rápida do que o projetado, incluindo na vertente do emprego.

Em 2022, a economia regista um forte crescimento, num contexto de recuperação do nível pré-pandemia, após a estagnação do rendimento disponível real e de redução da taxa de poupança para valores historicamente baixos (4,4%). As famílias aumentaram o consumo, em particular de bens e serviços, cuja despesa tinha sido adiada nos dois anos anteriores, utilizando parte da poupança acumulada durante a crise. No último trimestre de 2022, as medidas extraordinárias de apoio às famílias anunciadas pelo Governo suportaram o consumo privado, beneficiando os agregados familiares com maior propensão para o consumo.

Em 2022, a subida da inflação e das taxas de juro aumentou a pressão sobre os orçamentos domésticos, com diferentes impactos nas famílias, e nos custos de financiamento do país e das empresas.

No entanto, as oportunidades nos produtos de investimento continuam a estar reforçadas pela crescente procura de soluções de poupança e investimento com comportamentos responsáveis e de preparação ativa dos seus projetos de vida e de reforma, num contexto de crescente insustentabilidade da Segurança Social devido ao cada vez maior envelhecimento da população.

Globalmente, o mercado segurador decresceu 9,5% em 2022. Registando uma diminuição de 21,8% em Vida, ao contrário do ano anterior (+69,5%, em 2021), esta linha de negócio foi penalizada pelos produtos financeiros. Em sentido inverso o ramo Não Vida cresceu 7,4%.

O desempenho em Não Vida resulta dos contributos dos produtos Acidentes e Doença (+9,3%), Incêndio e Outros Danos (+7,4%) e Automóvel (+3,8%). De entre os seguros mais representativos Não Vida, Doença (o segundo maior do ramo Não Vida) foi o que apresentou maior crescimento (+11,8%). O que reforça Saúde é o facto de ser um dos produtos mais valorizados pela população e um ramo estratégico para as seguradoras junto dos clientes. Nos seguros obrigatórios, o ramo de Acidentes de Trabalho regista uma quota de mercado de 27,7% vs 28,8% em 2021.

O ramo Vida, que apresentou um decréscimo dos prémios de -21,8%, foi particularmente impactado pelo desempenho muito negativo dos seguros de capitalização e PPR que apresentaram resultados negativos de -29,1% e -17,4%, respetivamente. Os produtos tradicionais – Risco – cresceram timidamente, atingindo +1,6%, em relação direta com o abrandamento da concessão de crédito à habitação.

A Generali Seguros teve um crescimento inferior ao do mercado em Não Vida, registando um aumento do volume de prémios de 5,2% (vs os 7,4% do mercado), o que se traduziu numa quota de mercado de 18,4% (-0,4 p.p. vs 2021).

Concretamente, em Incêndio e Outros Danos, a Generali alcançou uma quota de mercado de 14,7%, e em Automóvel de 21,7%. De entre os seguros mais representativos de Não Vida, Doença, o segundo maior do ramo, foi o que apresentou maior crescimento (+11,8%), tal como já acontecera nos anos anteriores, em linha com o mercado. Saúde é reforçada pelo facto de ser um dos produtos mais valorizados pela população e um ramo estratégico para as seguradoras junto dos clientes.

Nos seguros obrigatórios, o ramo de Acidentes de Trabalho regista um decréscimo de 1,1 p.p. da quota de mercado (27,7% em 2022 vs 28,8% em 2021) devido à seletividade do risco e à limpeza da carteira, em alinhamento com as políticas do Grupo.

Em sentido contrário, em Vida a Generali Seguros aumentou a quota de mercado, que passou a 1,3% (+0,3 pp vs 2021), em resultado de um desempenho acima do mercado nos produtos financeiros (+5,7% vs -31,9% do mercado), o que levou a um ganho de quota de 0,8 pp. Em Vida Risco, a Generali Seguros conquistou +0,5 p.p. de quota de mercado, que é agora de 7,0%, fruto da estratégia consistente de aposta neste ramo, onde cresceu 9,1% (vs 1,6% mercado).

No ano de 2022 o mercado segurador continuou a crescer, efeito da recuperação pós-covid e de algum reposicionamento de preços pelas seguradoras, para fazer face à pressão inflacionista sobre os custos. Observamos que todos os ramos cresceram, com destaque para os ramos de Empresas (Saúde, Acidentes de Trabalho) e também Auto, com a retoma da atividade económica.

Apesar destes desafios, houve um aumento da base de clientes para aproximadamente 1,971 milhões de clientes particulares e empresa (+2,3%), e alcançou-se um índice de retenção de clientes de 86% que sustentou o crescimento registado.

A Generali Seguros continuou focada na continuidade do processo de transformação, com uma forte aposta numa estratégia digital no *back office* e *front office*, com impacto direto nos processos de venda, no desempenho operacional e nos níveis de serviço a clientes e parceiros de distribuição.

No que respeita à oferta de produtos, 2022 foi um ano pleno de novidades. Estas foram, naturalmente, construídas para responder às necessidades dos clientes e prestar-lhes um serviço de excelência, mas refletem também o compromisso estratégico de desenvolver ofertas que cumprem o compromisso de sustentabilidade da Generali Seguros com a aposta em produtos *green and social*.

Assim, realizou-se um conjunto de melhorias e lançamentos de produtos, dos quais destacamos os seguintes:

Particulares

- Seguro de Saúde: parceria inovadora com a Fundação Champalimaud que inclui no seguro o Programa de Oncorrisko – um programa de rastreio precoce que visa atuar preventivamente para detetar a manifestação de cancro –, a que se junta o reforço de capital de internamento para situações mais graves.
- Aposta na mobilidade:
 - Lançamento de nova oferta para veículos elétricos e híbridos;
 - Novo seguro de Bicicletas e Trotinetes, que cobre também bicicletas e trotinetas elétricas, danos causados a terceiros, mas também furto e ainda assistência especial, que assegura o transporte em caso de acidente, aluguer de bicicleta de substituição ou reboque da bicicleta/trocineta elétrica por falta de bateria.
- Seguro Cães e Gatos: paga despesas veterinárias, incluindo procedimentos cirúrgicos, vacinas, mas também paga os danos que o animal possa causar a terceiros através da Responsabilidade Civil.

Empresas

- Acidentes de Trabalho: reforço da cobertura de *Smart Working*, que visa maximizar a produtividade em teletrabalho e a qualidade de vida dos colaboradores, com assistência remota a computadores pessoais, serviço de estafeta e impressão, *baby sitting* e médico em casa para os pais dos colaboradores.
- Planos *Employee Benefits*: oferta de Acidentes Pessoais, vocacionada para complementar seguros de Empresa, especialmente Acidentes de Trabalho e Saúde, com um conjunto de módulos que podem ser comprados isoladamente ou em conjunto e que garantem situações que têm grande impacto no dia a dia dos colaboradores – Saúde Mental, Nutrição e Saúde, Casa e Família ou Trabalho Remoto.
- Multirrisco Empresarial: novas coberturas de Assistência vocacionadas para dar respostas diferenciadas a setores de atividade como, por exemplo, Restauração, Comércio.
- Seguro *Cyber Risks*: com Proteção contra a criminalidade informática, perdas por interrupção do negócio devido a ataque informático e apoio permanente em caso de violação de segurança dos dados pessoais ou falha de segurança do sistema.
- Seguros de Vida Financeiros: ativação do Tranquilidade Investimento Protegido, lançado no último mês de 2021, junto da rede de vendas para dinamização comercial.

A marca LOGO manteve a aposta no mercado de clientes que procura soluções 100% digitais, como tal dedicou um maior enfoque no encaminhamento de Clientes e *Prospects* para os seus canais digitais: área de cliente, app, *chatbot* e *WhatsApp*, potenciando as vendas online através do site, garantindo uma boa experiência digital e maior autonomia.

Reforçámos o foco na otimização da experiência ao cliente, através da simplificação e automatização dos processos ao longo do ciclo de vida dos seus seguros:

- Consolidámos o objetivo de tornar a comunicação cada vez mais clara, com uma linguagem simples em todos os pontos de contacto com o cliente, com 85% das comunicações revistas no final do ano, com foco nas mais frequentes.
- Criámos um simulador que permite aos nossos clientes particulares emitirem seguros multirrisco habitação em poucos minutos.
- Passámos a enviar emails de boas-vindas aos clientes, com o objetivo de reforçar as principais vantagens dos nossos produtos e serviços, bem como de explicar o que deve ser feito em caso de sinistros ou outra necessidade relacionada com o produto.
- Digitalizámos o questionário médico de saúde que era, até então, feito por um profissional de enfermagem. Desta forma, os clientes podem responder ao questionário médico, obrigatório para a subscrição dos produtos Vida e Saúde, no momento em que lhes for mais conveniente, 24h/dia.
- Introduzimos a assinatura digital na subscrição de alguns dos nossos produtos, bem como na adesão ao débito direto e, assim, reduzimos o tempo e o papel necessários nestes processos.
- Atualizámos a nossa app, apostando num melhor desempenho e na capacidade de enviar lembretes relacionados com momentos-chave da utilização da apólice, nomeadamente pagamentos, mas também para prevenção e avisos, como aconteceu na época de incêndios e das cheias.
- Alterámos o *layout* do nosso site para tornar mais clara a forma como explicamos as vantagens dos produtos e como podem ser usados. Revimos toda a área de empresas ajustada às necessidades específicas deste tipo de clientes.

Sob o princípio de que “o que não é medido não pode ser melhorado” mantivemos o programa de NPS (*Net Promoter Score*) e monitorizámos de perto a evolução da satisfação dos nossos clientes nos diferentes *touchpoints* que temos ativos.

Este programa tem um papel central para conseguirmos proporcionar uma experiência mais humanizada aos nossos clientes:

- Durante o ano de 2022 enviámos 365.270 inquéritos, recebemos 35.789 respostas e fizemos 5.512 chamadas.
- Envolvemos mais de 15 departamentos e já somos mais de 400 *cloopers* a fazer chamadas a clientes.

Em 2022, com base no *feedback* dos clientes, não só conseguimos identificar vários pontos das jornadas dos nossos clientes a melhorar, como também pudemos medir o sucesso de iniciativas específicas que lançámos.

Em 2022, reforçámos a nossa aposta no digital e na inovação das plataformas, tanto na vertente dos serviços e da comunicação com os clientes como com os parceiros. Temos o objetivo de nos diferenciarmos no mercado, assumindo o compromisso de sermos verdadeiros parceiros para a vida:

- No final do ano, alcançámos quase um milhão e meio de clientes verdes (1,426 milhões), continuando a aumentar em relação ao ano anterior (+28%). A marca LOGO representa 11% destes clientes verdes. Os valores alcançados traduzem elevados níveis de serviço na comunicação, inovação e eficiência.
- Reforçámos a política de comunicação *always on* com o objetivo de partilhar informação com os níveis adequados de frequência e relevância para todos os clientes, através de comunicações comerciais, informativas e institucionais, e ações de prevenção.
- Em 2022, contactámos cerca de 90% dos nossos clientes em alinhamento com a visão estratégica do Grupo Generali, a de estabelecer uma relação de parceiros para a vida.
- Prosseguimos as ações de recolha de consentimentos de marketing, para reforçar a comunicação digital e otimizar a experiência dos nossos clientes. Fechámos o ano com 47% de clientes com consentimento de marketing, o que se traduz num crescimento de 4% relativamente a 2021.
- Os esforços de simplificação da nossa comunicação, através de uma linguagem mais simples na relação com os nossos clientes e colaboradores, continuam a ser um compromisso.

O equipamento de clientes, assim como a aposta na potenciação das ferramentas digitais foram determinantes para manter a dinâmica comercial e desenvolver a relação com os principais parceiros de negócio.

Nesse sentido, apostou-se nas seguintes frentes estratégicas específicas:

- Dinamização comercial, potenciada por um sistema de incentivos robusto e pelo lançamento de campanhas comerciais com forte incidência nos produtos estratégicos para os segmentos de retalho.
- Aceleração da transformação digital da rede de distribuidores, através das seguintes ações:
 - Aposta na presença digital
 - Roadshow presencial em todas as zonas, dirigido aos principais parceiros e também à equipa comercial.
 - Disponibilização permanente de conteúdos através da plataforma *Sociabble*, onde mais de 500 agentes “muito ativos” fizeram da Tranquilidade um caso de sucesso no contexto do Grupo Generali, tendo a Tranquilidade conseguido vencer várias competições internacionais.
 - Participação no GAEC (*Global Agent Excellence Context*), ao qual a Tranquilidade levou 10 parceiros exclusivos, um dos quais chegou ao Top 10 mundial.
 - Vendas digitais
 - Continuação da forte aposta na geração de *leads* digitais para agentes e integração de mais de 700 agentes na plataforma de *leads*.
 - 176.000 *leads* geraram 39.000 apólices vendidas, mais do que duplicando o volume do ano anterior.
 - Lançamento do simulador Casa, com possibilidade de subscrição online e disponibilização do mesmo aos parceiros com site.
 - Dinamização comercial
 - Forte aposta em campanhas comerciais diferenciadoras, mais curtas e diversificadas no foco, imprimindo maior dinâmica comercial.
 - Lançamento da Tstore, loja online onde os parceiros podem redimir os prémios que ganham por vouchers de conhecidas marcas de retalho.
 - Realização de três grandes eventos de âmbito nacional, com forte impacto na proximidade com parceiros de negócio: Encontro Comercial Nacional, realizado em quatro geografias em simultâneo, para 700 convidados presenciais e em *streaming* para mais 3.000 pessoas. Juntou-se a este evento o Encontro Nacional de Exclusivos, com mais de 500 convidados, e também o evento da Campanha Bota d'Ouro, na Cidade do Futebol.

Em resumo, num contexto desafiante, o desempenho comercial voltou a demonstrar o forte compromisso entre os parceiros e a Companhia:

- A receita Não Vida e Vida Risco cresceu 5,8%, os agentes cresceram 7,9% e os canais alternativos 8,3%. Os corretores tiveram um ano mais difícil, mas mantiveram a receita.
- As linhas de negócio com melhor desempenho face ao ano anterior foram Acidentes Pessoais, Saúde e MR Habitação, com uma variação de 19%, 12% e 11%, respetivamente.

O inquérito de satisfação a parceiros, R-NPS, registou um nível de recomendação elevado: 61,5, numa escala de -100 a 100. Este resultado revela uma subida de 3,9 pontos face a 2021.

O nosso propósito é “possibilitar às pessoas moldar um futuro mais seguro, cuidando das suas vidas e dos seus sonhos”. Esta é a razão pela qual existimos, que nos inspira e nos motiva.

Num mundo cada vez mais complexo e em acelerada mudança, a nossa capacidade de cuidar das pessoas e ajudá-las, oferecendo soluções inovadoras e personalizadas, permitirá apoiá-las a tomar decisões e a criar um futuro mais seguro para si, para os seus entes queridos, para os seus negócios e para as suas comunidades.

A sustentabilidade é a origem da nossa estratégia 2022-24, “*Lifetime Partner 24: Driving Growth*”. Isto significa criar valor a longo prazo, preservar o ambiente e agir em prol do bem comum.

A nossa conduta responsável está alinhada com estes princípios. Caracterizamo-nos como um Grupo que é:

- Investidor responsável
- Segurador responsável
- Empregador responsável
- Cidadão responsável

Na área da cidadania responsável, em 2022 a Generali Seguros trouxe para o nosso país o principal programa de responsabilidade do Grupo Generali – *The Human Safety Net* (THSN), o qual tem como missão capacitar comunidades desfavorecidas e pessoas em situação de vulnerabilidade, para que possam desbloquear todo o seu potencial. O THSN representa a expansão da nossa atuação enquanto marca seguradora, em termos de proteção, prevenção e assistência, aos mais vulneráveis da nossa sociedade.

O THSN é muito mais do que donativos para causas sociais ou filantropia corporativa, é uma rede que reúne o conhecimento e a experiência de dezenas de ONG, empresas sociais e especialistas em todo o mundo. É um movimento aberto que envolve colaboradores, agentes, clientes, sociedade civil, setor social, especialistas, parcerias, cofinanciadores e todos aqueles que queiram ajudar a amplificar o impacto de cada projeto.

Implementado já em outras 23 geografias onde o nosso Grupo opera, Portugal é o 24º país a comprometer-se com este movimento de pessoas a ajudar pessoas. O THSN intervém em duas grandes áreas: Famílias com crianças 0-6 anos, sempre numa perspetiva de capacitação e suporte parental, e Refugiados, com foco na integração e apoio ao emprego.

A Companhia optou pelo Programa “THSN Famílias” e a Associação Aldeias de Crianças SOS para ser o seu primeiro parceiro social nesta jornada, que começa agora, mas que se pretende fazer crescer e alargar o impacto, sempre com uma visão de longo prazo.

Vamos apoiar o Programa de Fortalecimento Familiar das Aldeias de Crianças SOS, com o foco em famílias com crianças pequenas em situação de vulnerabilidade, acreditando na urgência de investimento na prevenção e fortalecimento de equipas especializadas que intervenham na preservação de vínculos familiares saudáveis, evitando a institucionalização das crianças. Este projeto desenvolve-se no âmbito dos Centros de Apoio à Família e Aconselhamento Parental (CAFAP) da Associação, localizados em Oeiras, Guarda, Rio Maior e Vila Nova de Gaia.

Como rede solidária, o voluntariado é uma componente muito importante no THSN e os nossos colaboradores revelaram grande generosidade e dinamismo logo no primeiro desafio, lançado no Natal: oferecer 158 cabazes com bens alimentares e de higiene, no valor total estimado de 8.700 euros, a famílias carenciadas apoiadas pelos CAFAP das Aldeias SOS e, nos Açores, a famílias da freguesia Rabo de Peixe, integradas no projeto “Caixa de Brincar”, da Kairós.

Em menos de duas semanas foram angariados todos os bens, preparados os cabazes e feitas as entregas em cinco locais diferentes do País.

A Companhia promoveu em 2022, a 1ª edição em Portugal do SME EnterPRIZE, outro projeto bandeira do Grupo Generali, desenvolvido para promover uma cultura de sustentabilidade entre as PME europeias. Este concurso tem como objetivo inspirar e apoiar PME a desenvolverem modelos de negócios sustentáveis e estimular o debate sobre o tema. Nesta primeira edição do SME EnterPRIZE | Prémio Europeu de Sustentabilidade para PME, o foco foi a sustentabilidade ambiental.

A empresa vencedora recebeu seguros e serviços da Tranquilidade avaliados em 15 mil euros e também exposição mediática e publicitária. Foram ainda atribuídas duas menções honrosas. Em 2023, vamos continuar a dar visibilidade às melhores PME e inspirar e incentivar cada vez mais empresas no caminho da sustentabilidade.

Na área ambiental, a Companhia instalou 116 painéis solares no topo do edifício de Lisboa, o que irá permitir produzir, de forma limpa, 10% da energia consumida nestas instalações. O fornecimento de energia elétrica já é de base 100% renovável, mas é também impor-

tante continuar a olhar para outras soluções, como é exemplo esta fonte solar de autoconsumo, com claras vantagens ambientais e de redução de custos. A Companhia prossegue os objetivos de redução de emissões dos edifícios, frota e viagens, bem como o projeto “Papel Zero”, que promove a simplificação e a digitalização de processos e o aumento dos Clientes Verdes.

A Companhia organizou mais uma limpeza de praia, este ano na zona de Aveiro. Colaboradores e agentes percorreram o areal da Praia da Torreira, em parceria com a associação ambientalista Brigada do Mar, e conseguiram retirar 600 kg de lixo de diversas origens, contribuindo assim para a descontaminação da orla costeira.

A nossa marca Açoreana celebrou em 2022 o seu 130º aniversário e para assinalar esta importante data promoveu o Tour Solidário “Açores no Coração”, com Cuca Roseta, que passou pelas nove ilhas do arquipélago. Neste projeto especial, com uma missão de descentralização cultural e uma forte vertente social associada, a receita de bilheteira de cada concerto foi oferecida a uma instituição de solidariedade local, num total de 21.500€.

Internamente, a Companhia manteve em 2022 a campanha “Comer sustentável custa menos” nas suas cantinas, suportando 50% do custo dos pratos vegetarianos. A saúde mental esteve em destaque na componente de bem-estar, com a organização de workshops de promoção de estratégias para ajudar a combater o stress do dia-a-dia. Realizou-se também a “Semana da Diversidade, Equidade e Inclusão” com várias sessões presenciais e online onde foram explorados conceitos sobre neuro diversidade, pertença, discriminação, preconceitos, sobre o que nos torna únicos e sobre como isso pode ser uma mais-valia para a sociedade.

Em parceria com o BCSD – *Business Council for Sustainable Development* e com o GRACE – Empresas Sustentáveis, foram promovidas sessões de formação em sustentabilidade, com temas mais genéricos para grupos mais alargados e com temas específicos para colaboradores de diferentes áreas.

A Companhia voltou também a associar-se à campanha “Portugal Chama”, ajudando na sensibilização para a prevenção dos incêndios rurais, e ao “Outubro Rosa”, um movimento que quer mobilizar a sociedade para a prevenção do cancro da mama. Por fim, na época de Natal e fim de ano, associámo-nos à campanha de prevenção rodoviária da ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, para alertar os condutores para a importância de conduzir de forma responsável e “estar presente nas festas de família”.

Em janeiro de 2022, com a evolução crescente dos casos de Covid-19, a Companhia voltou a oferecer aos seus clientes particulares vídeo-consultas médicas que lhes permitiram, sem sair de casa e de forma gratuita, ter acesso a uma consulta de medicina geral e familiar. Esta iniciativa, em vigor até final do primeiro trimestre, teve como objetivo continuar a apoiar os clientes, no contexto de pandemia, proporcionando um contacto rápido e seguro com um médico, evitando a deslocação, o custo e o recurso a um estabelecimento de saúde.

A Companhia associou-se à campanha global de angariação de fundos promovida pelo Grupo Generali para ajudar famílias e crianças ucranianas deslocadas em consequência da guerra, num esforço conjunto para apoiar programas de ajuda aos refugiados.

Para a comunidade ucraniana em Portugal, a Tranquilidade, a AdvanceCare e a Europ Assistance, em colaboração com a Knok, estabeleceram no final de março de 2022 uma parceria para disponibilizar gratuitamente um serviço de teleconsultas dirigido à comunidade ucraniana em Portugal, incluindo todos aqueles que chegaram, entretanto, ao País. O objetivo deste serviço, disponível durante três meses, foi garantir o acesso a cuidados de saúde de forma simples.

De acordo com o estudo BASEF Seguros da Marktest, a notoriedade espontânea da marca Tranquilidade, em 2022, estabilizou nos 47,7%, o mesmo acontecendo com a notoriedade total, que estabilizou nos 92,3%.

Em 2022, a marca LOGO teve como ambição servir os clientes 100% digitais, assumindo um posicionamento diferenciador no mercado, como marca ágil e inovadora a nível de processos, designadamente permitindo aos clientes gerirem as apólices em regime de self-service.

Os macro objetivos incluíram incrementar o alinhamento e maximização das sinergias entre a marca LOGO e a Tranquilidade, passando pelo alinhamento das tecnologias do website, simuladores e app, pela otimização das campanhas para gerar tráfego mais qualificado, e pela revisão das principais jornadas do cliente.

3.3. – PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

	2022	2021	VAR 22/21 (%)
Balanco			
Investimentos (a)	2.172.737	2.556.601	-15,0
Ativo líquido	2.791.354	3.085.864	-9,5
Capital próprio	135.900	342.764	-60,4
Provisão para prémios não adquiridos (SD+RA)	241.173	228.826	5,4
Provisão matemática e passivos de contratos de investimentos	616.193	687.479	-10,4
Provisão para sinistros (SD+RA)	1.412.927	1.351.081	4,6
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	1.287.900	1.240.083	3,9
Provisões técnicas (SD+RA)	2.287.045	2.361.616	-3,2
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	1.183.751	1.134.788	4,3
Vida	71.915	77.979	-7,8
Não Vida	1.111.836	1.056.809	5,2
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.038.341	984.515	5,5
Vida	59.360	53.796	10,3
Não Vida	978.981	930.719	5,2
Custos com sinistros de seguro direto	861.726	825.085	4,4
Vida	132.823	168.742	-21,3
Não Vida	728.903	656.343	11,1
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	774.936	735.525	5,4
Vida	110.523	137.573	-19,7
Não Vida	664.413	597.952	11,1
Custos operacionais	152.026	147.927	2,8
Rendimentos	44.365	38.126	16,4
Resultado líquido	49.490	54.056	-8,4
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto - Não Vida	66,6%	62,5%	4,1 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro - Não Vida	67,9%	64,2%	3,6 p.p.
Resultado líquido/ Prémios brutos emitidos	4,2%	4,8%	-0,6 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	96,7%	93,0%	3,7 p.p.

(a) inclui: investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes, depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras *Unit Linked* e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos.

3.4. – A ATIVIDADE DA GENERALI SEGUROS EM 2022

3.4.1. – Prémios de Seguro Direto

A produção de seguro direto atingiu 1.183.751 milhares de euros em 2022, o que significa uma variação de +4,3% em relação ao ano anterior. O mercado segurador apresentou uma variação de -9,5% relativamente a 2021.

A Companhia apresentou um volume de prémios de seguro direto Vida de 71.915 milhares de euros, representando um decréscimo de -7,8% (- 6.064 milhares de euros) em relação ao ano anterior, devido à diminuição dos prémios nos produtos financeiros (-45,4%) já que os prémios dos produtos tradicionais obtiveram uma variação positiva (+8,5%).

Em Não Vida, o volume de prémios atingiu os 1.111.836 milhares de euros, ou seja, +5,2% (+55.027 milhares de euros) em relação a 2021. Todos os grupos de ramos apresentam taxas de variação positivas em relação a 2021, com destaque para o crescimento verificado em Acidentes e Doença (+5,5%, +23.051 milhares de euros) com maior contributo dos ramos Saúde (+11,8%, +15.019 milhares de euros) e Acidentes de Trabalho (+2,1%, +5.976 milhares de euros).

Também Incêndio e Outros Danos teve em 2022 um comportamento muito positivo (+5,1%, +7.688 milhares de euros), com destaque para o ramo Multirriscos que registou um acréscimo de +9.701 milhares de euros, correspondendo a uma variação de +8,0%.

O ramo Automóvel apresentou em 2022 um crescimento na produção quando comparado com o ano anterior (+5,1%, +20.821 milhares de euros).

PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

(milhares de euros)

	2022	%	2021	%	VAR 22/21 (%)
VIDA	71.915	6,1	77.979	6,9	-7,8
Tradicionais	59.040	5,0	54.417	4,8	8,5
Financeiros	12.875	1,1	23.562	2,1	-45,4
NÃO VIDA	1.111.836	93,9	1.056.809	93,1	5,2
Acidentes e Doença	440.069	37,2	417.018	36,7	5,5
Incêndio e Outros Danos	157.721	13,3	150.033	13,2	5,1
Automóvel	426.687	36,0	405.866	35,8	5,1
Transportes	4.801	0,4	4.743	0,3	1,2
Responsabilidade Civil	22.682	1,9	21.988	1,9	3,2
Diversos	59.876	5,1	57.161	5,0	4,7
TOTAL	1.183.751	100,0	1.134.788	100,0	4,3

3.4.2. – Custos com Sinistros de Seguro Direto

O total de custos com sinistros de seguro direto Não Vida em 2022 ascendeu a 728.903 milhares de euros o que representa uma variação de +11,1% em relação a 2021.

O ramo Acidentes e Doença apresentou em 2022 uma diminuição dos custos com sinistros de 0,9% face ao ano anterior (-2.381 milhares de euros), com destaque para a diminuição no ramo Acidentes de Trabalho (-9,4%, -15.577 milhares de euros).

No ramo Automóvel, os custos com sinistros aumentaram em 2022 em 25,8% face ao ano anterior (+67.771 milhares de euros). Também o ramo Incêndio e Outros Danos apresentou um aumento nos custos com sinistros em relação a 2021 de 9,4% (+9.548 milhares de euros), com destaque para o aumento no ramo Multiriscos (+9,9%, +7.697 milhares de euros).

CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

(milhares de euros)

	2022	2021	VAR 22/21 (%)
VIDA	132.823	168.742	-21,3
Tradicionais	31.491	24.536	28,3
Financeiros	101.332	144.206	-29,7
NÃO VIDA	728.903	656.343	11,1
Acidentes e Doença	268.820	271.201	-0,9
Incêndio e Outros Danos	110.691	101.143	9,4
Automóvel	330.387	262.616	25,8
Transportes	2.024	2.241	-9,7
Responsabilidade Civil	13.132	13.297	-1,2
Diversos	3.849	5.845	-34,1
TOTAL	861.726	825.085	4,4

A taxa de sinistralidade Não Vida em 2022 (custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos) situou-se em 66,6%, o que representa um aumento de 4,1 p.p. em relação ao ano anterior (62,5%). Para esta evolução contribuíram dois aspetos essenciais: (i) convergência da frequência de sinistros para os níveis registados em pré-pandemia, sobretudo nos ramos Acidentes e Doença e Automóvel; e (ii) inflação real em 2022 e respetiva projeção para os anos futuros.

CUSTOS COM SINISTROS / PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS *

(%)

	2022	2021
Acidentes e Doença	61,8	65,5
Incêndio e Outros Danos	71,9	68,5
Automóvel	78,8	64,8
Transportes	42,1	48,1
Responsabilidade Civil	58,9	60,9
Diversos	6,6	10,4
TOTAL	66,6	62,5

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

3.4.3. – Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2022 ascenderam a 2.287.045 milhares de euros, resultando numa variação de -3,2% (-74.571 milhares de euros) face a 2021. Para esta diminuição contribuiu sobretudo: (i) a redução da Provisão Matemática Vida (-72.950 milhares de euros), em resultado dos vencimentos ocorridos no ano e na evolução das taxas de juro de mercado, que influenciou positivamente o teste de adequação de responsabilidades, (ii) o aumento da Provisão para Sinistros (+61.846 milhares de euros), sobretudo devido à evolução da inflação.

PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO

(milhares de euros)

	2022	2021	VAR 22/21 (%)
Provisão para prémios não adquiridos	241.173	228.826	5,4
Provisão matemática Vida	576.901	649.851	-11,2
Provisão para Sinistros	1.412.927	1.351.081	4,6
Vida	89.945	80.183	12,2
Acidentes de Trabalho	752.970	772.194	-2,5
Outros Ramos	570.012	498.704	14,3
Outras provisões técnicas	56.044	131.858	-57,5
TOTAL	2.287.045	2.361.616	-3,2

3.4.4. – Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido em 2022 ascendeu a 46.111 milhares de euros negativo, valor que compara com 54.583 milhares de euros negativo em 2021. Em Não Vida, o saldo do resseguro melhorou em 3.843 milhares de euros.

O nível de recuperação de sinistros de resseguro manteve em 2022 o valor de 2021, de 9,0%.

RESSEGURO CEDIDO

(milhares de euros)

	2022	2021	VAR 22/21 (%)
VIDA	515	5.144	-90,0
Prémios	12.267	23.191	-47,1
Comissões	-1.327	-1.971	-32,7
Sinistros e variação das provisões técnicas	-10.425	-16.076	-35,2
NÃO VIDA	45.596	49.439	-7,8
Prémios	118.850	121.306	-2,0
Comissões	-6.839	-12.969	-47,3
Sinistros e variação das provisões técnicas	-66.415	-58.898	12,8
RESULTADO	46.111	54.583	-15,5

3.4.5. – Saldo Técnico líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro Não Vida em 2022 foi de 170.411 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 28.781 milhares de euros em relação ao ano anterior devido ao agravamento do saldo de seguro direto que foi superior à melhoria do saldo de resseguro.

Por ramos, Acidentes e Doença, Responsabilidade Civil e Diversos, apresentam melhorias significativas no saldo técnico líquido de resseguro em 2022, comparando com o ano anterior. Aumento dos prémios, menores custos com sinistros e melhoria do resseguro explicam este comportamento positivo.

SALDO TÉCNICO, LÍQUIDO DE RESSEGURO

	2022	2021	VAR 22/21 (%)
(milhares de euros)			
Acidentes e Doença	99.877	68.147	46,6
Incêndio e Outros Danos	-5.400	15.538	-134,8
Automóvel	39.346	95.459	-58,8
Transportes	1.765	1.338	31,9
Responsabilidade Civil	15.338	4.309	256,0
Diversos	19.485	14.401	35,3
TOTAL	170.411	199.192	-14,4

3.4.6. – Custos Operacionais

Os custos operacionais ascenderam a 152.026 milhares de euros em 2022, +2,8% em relação ao ano anterior.

Os Custos com Pessoal no valor de 69.152 milhares de euros apresentam uma diminuição de 3,9% face a 2021 (-2.814 milhares de euros). Por outro lado, os custos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 13,3% face a 2021 (+6.923 milhares de euros).

CUSTOS OPERACIONAIS

	2022	2021	VAR 22/21 (%)
(milhares de euros)			
Custos com pessoal	69.152	71.966	-3,9
Fornecimentos e serviços externos	59.100	52.177	13,3
Impostos e taxas	7.555	6.712	12,6
Amortizações	12.001	13.510	-11,2
Outros *	4.218	3.562	18,4
TOTAL	152.026	147.927	2,8

* Inclui Provisões para riscos e encargos, Juros suportados, Comissões e Outros custos com investimentos

3.4.7. – Quadro de Pessoal

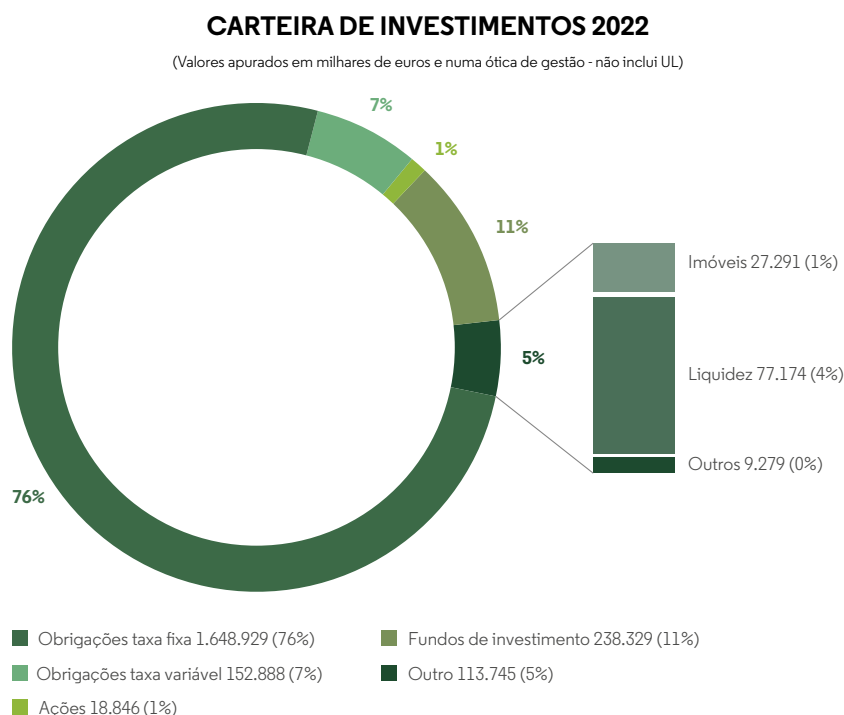
Durante o exercício de 2022 foram admitidos no quadro efetivo 63 novos colaboradores. Verificaram-se 78 saídas, das quais 51 por iniciativa própria ou da Empresa e 24 relativas a Rescisões Mútuo Acordo (RMA).

	2022	2021	VAR 22/21 (%)
Total Quadro Efetivo a 1/1	1.085	1.114	-2,6
Admissões	63	51	23,5
Saídas	78	80	-2,5
- Pré-Reforma ou Reforma	1	1	-
- Iniciativa própria/empresa	51	40	27,5
- Rescisões mútuo acordo	24	21	14,3
- Despedimento coletivo	0	14	-100,0
- Outros (falecimento)	2	4	-50,0
Total Quadro Efetivo a 31/12	1.070	1.085	-1,4

3.4.8. – Investimentos

A forte subida da inflação e consequente subida das taxas de juro marcaram o ano de 2022 e condicionaram a *performance* dos mercados financeiros. Os desequilíbrios entre a oferta e a procura decorrentes de 2 anos de pandemia, e já visíveis no final de 2021, foram agravados, no início do ano, pela guerra na Ucrânia que provocou um aumento significativo nos preços da energia e dos bens alimentares ampliando a pressão sobre a taxa de inflação. Este contexto traduziu-se numa forte subida das taxas de juro de mercado e num movimento ascendente da curva de rendimentos.

A subida generalizada das taxas de juro, aliada ao aumento dos *spreads* de risco, teve um impacto negativo no valor dos ativos financeiros. No final do ano, a carteira de investimentos da Generali Seguros valia 2.172.737 milhares de euros, menos 15% que no ano anterior.



* Inclui investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras *Unit Linked* e *Caixa* e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos. A rubrica de obrigações inclui os empréstimos e outros títulos de dívida (apenas os empréstimos a empregados estão incluídos na rubrica "Outros").

A alocação de ativos continua a ser conservadora, concentrada em títulos de rendimento fixo, que agora representam 76% do total da carteira. A componente de obrigações (investimento direto) apresenta um *rating* médio de *Investment Grade* (BBB) e uma exposição a dívida soberana de 1.110.298 milhares de euros, com particular concentração aos países Euro Core e a Portugal.

Prosseguiu o processo de diversificação da carteira iniciado em 2021 com o aumento do investimento em fundos de dívida privada (*Private Debt*) e imobiliário (*Real Estate*), dentro dos limite e apetite de risco definidos pelo Grupo.

A estratégia para a gestão dos investimentos manteve o foco no equilíbrio da duração dos ativos e passivos, procurando simultaneamente minimizar o risco de taxa de juro da carteira e reduzir o risco de *spread* da carteira de investimentos, seguindo as indicações da regulamentação da atividade seguradora, nomeadamente de Solvência II.

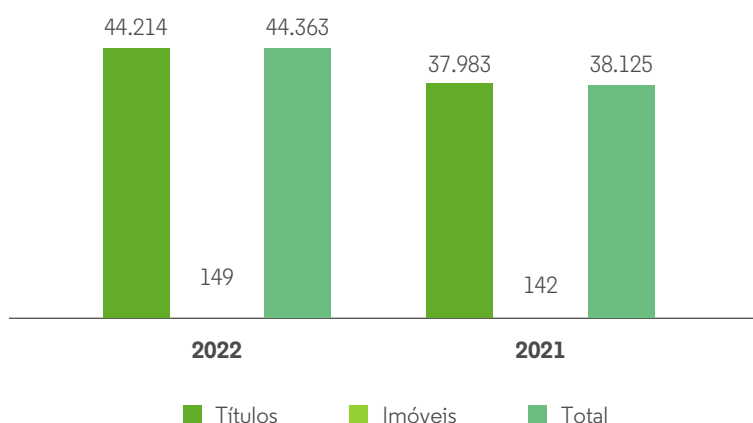
Neste sentido, e procurando também melhorar o retorno face ao risco medido pelo RoSCR, aumentou-se a exposição a dívida pública dos países Core da Zona Euro em detrimento de investimento em obrigações de dívida pública portuguesa com durações longas. Também na dívida empresarial, se aproveitou as condições de mercado para melhorar a qualidade da carteira aumentando a exposição a dívida de qualidade (*Investment Grade*).

Durante o primeiro semestre, procedeu-se à venda de *forward contracts* sobre a dívida pública portuguesa que permitiu reforçar o equilíbrio entre a duração de ativos e passivos e mitigar o risco de *spread* deste emitente.

No último trimestre, aproveitando o significativo aumento das taxas de juro no mercado, foi realizado um programa de troca de ativos com o objetivo de aumentar a rentabilidade intrínseca (*book yield*) da carteira e diminuir o risco de *spread* da mesma. Esta decisão estratégica implicou a realização de perdas no ano corrente, mas terá um impacto positivos no retorno futuro da carteira.

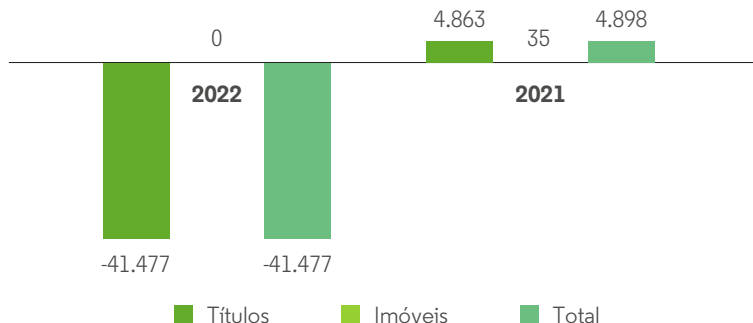
JUROS E DIVIDENDOS

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



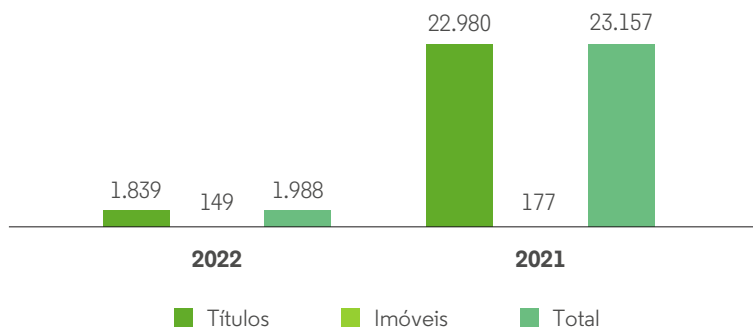
VALIAS REGISTRADAS EM GANHOS E PERDAS

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



RESULTADOS ATIVIDADE FINANCEIRA

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



NOTA: Inclui imparidades em títulos em 2022 de 898 milhares de euros (19.865 milhares de euros em 2021)

No ano de 2022, o resultado da atividade financeira da Generali Seguros, foi positivo em 1.988 milhares de euros o que representa uma redução de 21.169 milhares de euros, face ao ano anterior.

A aposta em ativos com maior *yield*, mantendo uma gestão equilibrada dos riscos de mercado, permitiu aumentar 16% o rendimento corrente da Companhia para 44.363 milhares de euros.

A reduzida exposição ao mercado acionista num ano de forte queda das bolsas e uma melhoria das condições económicas pós-covid possibilitou a recuperação de valor de parte da dívida privada (*private debt*) e limitou o impacto das imparidades a 898 mil euros, substancialmente menos que os 19.865 milhares de euro do ano anterior.

Apesar de atenuadas pela valorização dos contratos *forward*, as perdas de 41.477 milhares de euros registadas no final do ano são fortemente impactadas pelo rebalanceamento efetuado no último trimestre do ano.

A rentabilidade média dos ativos financeiros da Companhia foi de +0,1% (+0,9% em 2021).

Incorporando o efeito dos ganhos não realizados contabilizados na reserva de justo valor, a rentabilidade foi de -17,8% (-2,8% em 2021).

3.4.9. – Capital Próprio e Margem de Solvência

O resultado líquido da Companhia em 2022 foi positivo em 49,5 milhões de euros que compara com um resultado positivo de 54,1 milhões de euros em 2021.

Importa referir que o resultado líquido de 2022 foi afetado, em termos líquidos, por um conjunto de eventos de carácter não recorrente, dos quais se destacam:

- Reconhecimento de menos valias decorrentes da alienação de ativos no âmbito do processo de rebalanceamento da carteira de investimentos 49,8 milhões de euros;
- Valorização de um instrumento *forward* sobre dívida pública portuguesa, no montante de 9,3 milhões de euros;
- Impacto da redução da taxa de desconto na mensuração das responsabilidades de Acidentes de Trabalho, acompanhando a evolução das taxas de juro no mercado e na carteira de Investimentos;
- Libertação da Provisão para Compromissos de taxa em Vida, decorrente da alteração da taxa de rentabilidade futura esperada dos ativos;
- Reforço de Provisões, em resultado do aumento registado no nível de inflação corrente, e esperada para o futuro;
- Reconhecimento de cerca de 9,6 milhões de euros relacionados com os eventos climáticos (inundações) ocorridos no mês de dezembro;
- Reconhecimento de um montante de 6,2 milhões de euros relacionados com Custos de Integração

Relativamente ao resultado de 2021, os eventos de carácter não recorrente tiveram um impacto na sua globalidade positivo, sendo de realçar:

- Reconhecimento de mais valias decorrentes da alienação de ativos no âmbito do processo de rebalanceamento da carteira de investimentos 4,9 milhões de euros;
- Reconhecimento de imparidade no Fundo ICAV – MCR, no montante de 18,7 milhões de euros;
- Impacto da redução da taxa de desconto na mensuração das responsabilidades de Acidentes de Trabalho, no montante de 18,8 milhões de euros;
- Reforço da Provisão para Compromissos de taxa, no montante de 4,9 milhões de euros em Vida, decorrente da alteração da taxa de rentabilidade futura esperada dos ativos;
- Reconhecimento de um montante de 18,4 milhões de euros relacionados com Custos de Integração

CAPITAL PRÓPRIO

	2022	2021	(milhares de euros) VAR 22/21 (%)
Capital social	90.500	90.500	0,0
Outros instrumentos de capital	27.097	27.097	0,0
Reservas de reavaliação	-183.006	78.931	-331,9
Outras reservas	166.363	155.374	7,1
Resultados transitados	-14.544	-63.194	n.a.
Resultado líquido	49.490	54.056	-8,4
TOTAL	135.900	342.764	-60,4

O capital próprio diminuiu em 206,9 milhões de euros em resultado da evolução, em sentido diferente, dos seus componentes. Destaca-se, desta forma:

- *performance* negativa registada na reserva de reavaliação, que é líquida de reserva de impostos diferidos, apresenta em 31 de dezembro de 2022 o saldo de -183 milhões de euros. Esta desvalorização é resultado do aumento significativo que se verificou, ao longo do ano de 2022, nas taxas de juro de mercado, as quais, tendo em consideração a tipologia de ativos da carteira de investimentos da Companhia (essencialmente títulos de rendimento fixo, com taxa fixa) têm um impacto muito significativo, e negativo, na sua valorização;
- resultado líquido positivo de 49,5 milhões de euros.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

3.4.10. – Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

A Generali Seguros possui um Sistema Integrado de Gestão de Risco e Controlo Interno que envolve transversalmente a estrutura da Companhia, com a contribuição dos Órgãos Sociais e das várias áreas organizacionais na sua operacionalização.

O Conselho de Administração é o principal motor do Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, tendo a responsabilidade de estabelecer estratégias e políticas de controlo interno e gestão de riscos, assim como garantir a sua adequação e solidez ao longo do tempo, em termos de exaustividade, funcionalidade e eficácia.

O Conselho de Administração é suportado pela estrutura de governação em vigor, e que conta com os seguintes intervenientes: Conselho Fiscal, Comité Executivo, CFO, CRO, os Responsáveis das Áreas Operacionais e as quatro Funções de Controlo, nomeadamente de Gestão de Risco, Compliance, Auditoria e Atuarial.

O objetivo do Sistema de Gestão de Risco é garantir que todos os riscos a que a Companhia está sujeita são geridos de modo adequado e eficaz, com base na estratégia definida, seguindo um conjunto de processos e procedimentos e baseados em disposições de governação claras.

O Sistema de Controlo Interno tem como objetivo fornecer à gestão uma razoável segurança de que a Companhia está a funcionar de forma adequada para suportar a concretização dos objetivos estratégicos e de negócio.

Para o estabelecimento de um adequado Sistema de Controlo Interno, a Companhia estabeleceu como requisitos mínimos a existência de um ambiente de controlo interno, de atividades de controlo interno, de medidas de risco e por último a sua monitorização e reporte.

As Funções de Controlo funcionam de forma coordenada, evitando sobreposições e assegurando, cada uma com a sua própria autonomia de decisão, a cobertura mais eficaz do Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Função de Gestão de Risco

A estrutura apoia a equipa de gestão na conceção de estratégias de gestão de risco e na definição e medição de ferramentas de monitorização, fornecendo as informações necessárias para avaliar a solidez do Sistema de Gestão de Risco e de Controlo Interno como um todo, através de um sistema de reporte adequado.

As funções, responsabilidades e linha de reporte da Função de Gestão de Risco são definidas na política de gestão de risco, com base nas diretivas de controlo interno e do Sistema de Gestão de Risco do Grupo.

Em particular, a Função de Gestão do Risco:

- apoia no estabelecimento da política de gestão de riscos e na definição da tolerância ao risco;
- estabelece os critérios e metodologias de avaliação de risco e os resultados das avaliações, sendo subsequentemente notificados o Conselho de Administração e o Comité Executivo;
- controla a implementação da política de gestão do risco e o risco da Companhia como um todo.

Função de Compliance

A necessidade de operar em conformidade com as disposições legais e regulamentares e os princípios estabelecidos pelo Código de Conduta, é parte integrante da cultura da nossa organização, a qual introduz, a cada nível, controlos destinados a prevenir o risco de sanções legais ou regulatórias que possam resultar em perda financeira ou dano reputacional resultante do não cumprimento de leis, regulamentos, regras, normas de organização relacionadas e códigos de conduta, devidamente identificado como risco de Compliance.

A Missão da Função de Compliance é avaliar a adequação da organização e dos seus procedimentos internos à gestão do risco de Compliance, incluindo, entre outros, os riscos relacionados com o crime financeiro e a proteção de dados pessoais.

Em particular, o Compliance tem como principais responsabilidades:

- identificar continuamente os requisitos regulamentares aplicáveis, avaliar os seus impactos nos processos e procedimentos, apoiar e aconselhar os Órgãos Sociais e outras funções sobre os assuntos relacionados com o risco de Compliance, especialmente no desenho de produtos;
- avaliar a adequação e a eficácia das medidas organizacionais adotadas para mitigar o risco de Compliance e sugerir medidas para aumentar a capacidade do Sistema de Gestão de Compliance mitigar o risco de Compliance;
- avaliar a implementação efetiva das medidas sugeridas;
- elaborar relatórios adequados para os Órgãos Sociais e outras funções relevantes;
- contribuir para salvaguardar a integridade e a reputação da Companhia;
- reforçar a sensibilização da Companhia para temas de Compliance, transparência e responsabilidade para com os *stakeholders*;
- apoiar uma operação de negócio estável e persistente e construir uma vantagem competitiva sustentável, integrando a gestão do risco de Compliance nas atividades diárias e no planeamento estratégico.

A Função de Compliance compreende as áreas de Compliance (verificação do cumprimento), AML (prevenção do branqueamento de capitais) e Data Protection (proteção de dados).

Função de Atuariado

De acordo com as disposições do Solvência II, a Função Atuarial tem como principais responsabilidades:

- coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- assegurar a adequação das metodologias e dos modelos subjacentes utilizados, bem como dos pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas.

Função de Auditoria Interna

A função de auditoria interna tem um papel de controlo em última instância da adequação do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

No decorrer da sua atividade, apoia os Órgãos Sociais na realização dos seus objetivos, estabelecendo uma abordagem disciplinada e sistemática, a fim de avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão, governação e controlo dos riscos.

O principal papel da Função de Auditoria é assistir o Conselho de Administração e o Comité de Gestão Executivo na proteção do património, reputação e sustentabilidade da organização.

Plano de Continuidade de Negócio

No âmbito do Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno destacamos as seguintes atividades relacionadas com o Plano de Continuidade de Negócio:

- Implementação de planos de continuidade e de recuperação aplicáveis, para garantir a operação no caso de um cenário de incidente, incluindo ainda como elementos essenciais a proteger, os clientes, investidores e partes interessadas.
- Deslocação e proteção dos colaboradores, incluídos todos aqueles envolvidos em processos críticos, numa solução de trabalho remoto, como consequência da pandemia e seguindo as recomendações da DGS.

3.5. – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Generali Seguros, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido positivo do exercício de 2022, no montante de +49.489.993,75 euros tenha a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício, no montante de 4.948.999,37 euros para Reserva Legal;
- b) O remanescente para Resultados Transitados.

3.6. – OBJETIVOS PARA 2023

Depois dos recentes anos de incerteza nas previsões macroeconómicas e de desestabilização económica e social causados pela pandemia, 2022 acrescenta duas novas variáveis com impactos de difícil gestão. Uma delas, a inflação, eventualmente previsível, e a outra, a guerra, menos previsível e ainda menos desejável. Apesar destes novos desafios acrescidos, é expectável que 2023 traga fatores que permitam compensar os tempos difíceis para a economia e as famílias.

Por um lado, há sinais de que em 2023 as pressões inflacionistas deverão abrandar devido à desaceleração do crescimento da economia, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A estimativa rápida do INE aponta para uma taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor de 7,8% em 2022, a mais alta em 30 anos.

Ainda de acordo com o INE, a taxa de inflação homóloga desceu em dezembro, pelo segundo mês consecutivo, para 9,6%, em parte resultado da diminuição dos preços dos combustíveis e da energia.

Por outro lado, as previsões do Banco de Portugal e da Comissão Europeia apontam para que o índice harmonizado de preços ao consumidor, em 2023, caia para 5,8%, enquanto o Conselho das Finanças Públicas prevê que seja de 5,1% e o Fundo Monetário Internacional de 4,7%.

E se a economia portuguesa cresceu o dobro da zona euro em 2022, deverá crescer o triplo em 2023, de acordo com as projeções do Banco de Portugal. Apesar da quebra dos indicadores do Produto Interno Bruto face às previsões feitas em junho, Portugal regista um crescimento reduzido, mas positivo, devendo alcançar um crescimento de 1,5.

O turismo volta a ter um papel determinante para a economia, com o Banco de Portugal a estimar que as receitas geradas pelos turistas estrangeiros cresçam 8,3% em 2023, depois de terem aumentado quase 80% em 2022, após o levantamento das restrições impostas pela pandemia.

O Banco de Portugal tem expectativas de que o mercado de trabalho continue a resistir à desaceleração económica em 2023, prevendo no mais recente boletim económico que a taxa de desemprego vai continuar estável entre 2023 e 2025. Projetando uma taxa de desemprego de 5,6% para 2023.

Especificamente no setor segurador, tendo em consideração que a economia vive um momento apesar de tudo estável, com pleno emprego, com forte dinâmica exportadora e um acentuado crescimento do mercado do turismo, e por outro lado as pressões inflacionistas a originar a subida dos prémios de seguros, antecipamos a continuidade do aumento do volume de prémios, com foco no equilíbrio técnico.

Os desafios previsíveis para este ano são de grande dimensão para as empresas e as famílias, designadamente a inflação e a subida das taxas de juro, as alterações climáticas e os fenómenos naturais extremos, o envelhecimento da população, os acessos e a prestação de cuidados de saúde.

Especificamente para o setor segurador acrescem os desafios regulatórios, como a IFRS 17, que vai influenciar o modelo de gestão das seguradoras, e também o reporte da sustentabilidade, entre outros.

Se de um lado os desafios são consideráveis, do outro lado este é também um tempo de oportunidades a que há que responder de forma responsável.

Neste contexto, continuam a ser extremamente relevantes os processos de transformação e de diferenciação da proposta de valor através de produtos inovadores e com serviços personalizados, a simplificação e otimização de processos que assegurem níveis de serviço de excelência e a redução dos custos operacionais com base em ferramentas digitais.

Em Portugal, a Generali Seguros continua a trabalhar no sentido de se afirmar como a primeira escolha para clientes, parceiros e colaboradores, reforçando o propósito de ser um parceiro para a vida, contribuindo para a concretização dos seus projetos de vida e ajudando-os a construir um futuro seguro e protegido.

Por todos estes motivos, em 2023 reforçamos três objetivos principais:

1. O fortalecimento da posição de mercado, com foco nos segmentos de Particulares, incluindo os Seniores, e Pequenas e Médias Empresas.
2. O incremento do profissionalismo dos agentes e o aumento do peso da Generali Seguros nas suas carteiras, além da aposta no desenvolvimento de novos canais e de novas ferramentas digitais.
3. A transformação da forma de trabalhar e da organização, melhorando processos de gestão e envolvimento dos colaboradores.

A concretização destes objetivos assenta nos seguintes pilares:

1. Distribuidores
 - 1.1. Dinamização comercial
Plano de Campanhas ambicioso e lançamento de ferramenta digital de gamification.
 - 1.2. Potenciação do impacto do digital no negócio
Reforço do investimento na geração de *leads*. Lançamento do novo simulador com emissão online do produto Saúde, disponibilizando-o a parceiros, tal como já sucedeu com o simulador Automóvel e Casa. Desenvolvimento contínuo de conteúdos para redes sociais e publicidade digital.
 - 1.3. Equipamento de clientes – 5T
Orientação para a venda focada nas necessidades do cliente, desenvolvendo uma ferramenta digital para o efeito e promovendo a formação dos distribuidores. Capitalização de um forte investimento nas campanhas ATL 5T.
 - 1.4. Segmentação de parceiros
Aplicação da proposta de valor associada à nova segmentação de parceiros, garantindo uma gestão mais eficaz e ajustada ao perfil de cada grupo.
2. Clientes
 - 2.1. O foco no cliente e na humanização dos serviços são objetivos reforçados, o que passa por “revolucionar” a relação com o cliente:
 - Adotar a perspetiva do cliente no desenho das jornadas, dos produtos e dos serviços, garantindo otimização operacional e eficiência, minimizando a complexidade da comunicação, dos produtos e dos processos.
 - Aumentar a facilidade, rapidez e eficiência através da automatização inteligente dos processos de venda, pagamento e resposta em caso de sinistros.
 - Apoiar o cliente 24/7 através de soluções self-service de compra, sinistros, pagamentos e assistência em canais autenticados ou WhatsApp e *chatbot*.
 - Reforçar uma visão 360º do cliente, em todos os canais.
 - 2.2. Diferenciação da proposta de valor
Aprofundar o conhecimento dos clientes e do seu valor para apresentar produtos, preços e comunicações adequadas e personalizadas, assentes em modelos analíticos preditivos.
 - Responder de forma abrangente às necessidades dos clientes, com soluções 360º que englobam informação, prevenção, proteção, assistência e apoio.
 - Identificar e valorizar/premiar os clientes de maior valor.
 - 2.3. Aconselhamento personalizado multicanal
 - Aprofundar proativamente a relação de aconselhamento aos clientes existentes, reforçando a relação de confiança e aumentando o engagement.
 - Incentivar o contacto phygital para garantir multicanalidade e aconselhamento de soluções personalizadas e flexíveis para cada cliente.
 - Reforçar a formação da rede de vendas para a escuta ativa contínua de clientes e consequente geração de novas oportunidades de negócio.

Estes são os caminhos traçados com o objetivo de materializar, de forma cada vez mais sustentável e social e ambientalmente responsável, o plano de crescimento para 2023 e para o futuro.

3.7. – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano extremamente desafiante, o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia.

A Companhia reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Generali Seguros conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 8 de março de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústegui Melgarejo
(Presidente do Conselho de Administração)

João Vieira de Almeida
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Luís Francisco Carvalho
(CEO)

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo
(Vogal)

Riccardo Candoni
(Vogal)

Stefano Flori
(Vogal)

04 / Demonstrações Financeiras



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (ATIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	86.886		86.886	82.916
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7				
Ativos financeiros detidos para negociação	6	9.261		9.261	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	8.495		8.495	9.733
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	2.094.432	43.444	2.050.988	2.411.809
Empréstimos e contas a receber		21.057	15.000	6.057	30.047
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	201		201	25.000
Empréstimos concedidos	6	20.856	15.000	5.856	5.047
Contas a receber					
Outros					
Investimentos a deter até à maturidade	6	910		910	879
Terrenos e edifícios		32.692	10.311	22.381	24.767
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	28.351	10.311	18.040	21.747
Terrenos e edifícios de rendimento	9	4.341		4.341	3.020
Outros ativos tangíveis	10	16.877	14.112	2.765	4.474
Inventários					
Goodwill	12	65.981		65.981	65.981
Outros ativos intangíveis	12	119.893	109.524	10.369	11.333
Provisões técnicas de resseguro cedido		238.161		238.161	250.848
Provisão para prémios não adquiridos	4	35.138		35.138	35.309
Provisão matemática do ramo vida	4	74.544		74.544	86.047
Provisão para sinistros	4	125.027		125.027	110.998
Provisão para participação nos resultados	4	3.452		3.452	18.494
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	6.398		6.398	1.356
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		100.881	30.750	70.131	78.458
Contas a receber por operações de seguro direto	13	49.865	7.557	42.308	52.773
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	14.860	6.080	8.780	9.362
Contas a receber por outras operações	13	36.156	17.113	19.043	16.323
Ativos por impostos		182.265		182.265	77.539
Ativos por impostos correntes	24	35.865		35.865	13.922
Ativos por impostos diferidos	24	146.400		146.400	63.617
Acréscimos e diferimentos	13	2.629		2.629	3.323
Outros elementos do ativo	13	22.766		22.766	27.490
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	11	4.911		4.911	4.911
TOTAL ATIVO		3.014.495	223.141	2.791.354	3.085.864

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CHIEF FINANCIAL OFFICER

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PASSIVO			
Provisões técnicas		2.287.045	2.361.616
Provisão para prêmios não adquiridos	4	241.173	228.826
Provisão matemática do ramo vida	4	576.901	649.851
Provisão para sinistros		1.412.927	1.351.081
De Vida	4	89.945	80.183
De Acidentes de Trabalho	4	752.970	772.194
De Outros Ramos	4	570.012	498.704
Provisão para participação nos resultados	4	5.934	63.598
Provisão para compromissos de taxa	4	5.750	36.038
Provisão para estabilização de carteira	4	654	656
Provisão para desvios de sinistralidade	4	26.643	24.679
Provisão para riscos em curso	4	17.063	6.887
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	39.292	37.628
Outros passivos financeiros		120.586	147.927
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados	5	10.000	10.000
Depósitos recebidos de resseguradores	5	89.616	112.794
Outros	5	20.970	25.133
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	1.259	799
Outros credores por operações de seguros e outras operações		102.676	100.333
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	64.230	68.452
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	19.837	22.226
Contas a pagar por outras operações	13	18.609	9.655
Passivos por impostos		19.350	27.294
Passivos por impostos correntes	24	19.350	27.294
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	81.369	66.276
Outras provisões	13	3.877	1.227
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
TOTAL PASSIVO		2.655.454	2.743.100
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	90.500	90.500
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27.097	27.097
Reservas de reavaliação		-248.341	109.762
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-248.805	109.762
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	9 e 26	464	
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	65.335	-30.831
Outras reservas	26	166.363	155.374
Resultados transitados	25	-14.544	-63.194
Resultado líquido do exercício		49.490	54.056
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		135.900	342.764
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.791.354	3.085.864

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CHIEF FINANCIAL OFFICER

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(milhares de euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		59.360	978.981		1.038.341	984.515
Prêmios brutos emitidos	14	72.040	1.115.009		1.187.049	1.136.683
Prêmios de resseguro cedido	14	-12.267	-118.850		-131.117	-144.497
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	4 e 14	-414	-18.359		-18.773	-8.197
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	1	1.181		1.182	526
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	171			171	184
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		110.523	664.413		774.936	735.525
Montantes pagos		102.036	624.343		726.379	671.625
Montantes brutos	4	123.071	677.019		800.090	774.600
Parte dos resseguradores	4	-21.035	-52.676		-73.711	-102.975
Provisão para sinistros (variação)		8.487	40.070		48.557	63.900
Montante bruto	4	9.761	52.825		62.586	51.007
Parte dos resseguradores	4	-1.274	-12.755		-14.029	12.893
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-28.818	12.140		-16.678	9.238
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		-69.328			-69.328	-96.998
Montante bruto	4	-83.079			-83.079	-120.441
Parte dos resseguradores	4	13.751			13.751	23.443
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	885			885	6.685
Custos e gastos de exploração líquidos	21	20.006	263.254		283.260	270.723
Custos de aquisição		15.829	210.643		226.472	209.619
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-106	-6.319		-6.425	2.253
Gastos administrativos		8.464	65.572		74.036	75.546
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-4.181	-6.642		-10.823	-16.695
Rendimentos	16	16.737	27.250	377	44.364	38.126
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		15.275	19.759	361	35.395	33.236
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		1.462	7.491	16	8.969	4.890
Gastos financeiros	16	618	6.026	20	6.664	7.246
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		618	6.026	20	6.664	7.246
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-25.883	-24.172		-50.055	5.319
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	-25.877	-24.172		-50.049	5.382
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5 e 17	-6			-6	-63
De outros						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-40	9.145	-575	8.530	-736
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	19		9.261		9.261	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	-40	-116	-575	-731	-736
Diferenças de câmbio	19		-399	493	94	247
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18					35
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		-746	-151	1.242	345	-16.939
De ativos disponíveis para venda	6	-746	-151		-897	-19.866
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado						
De investimentos a deter até à maturidade						
De outros	7, 12, 13 e 18			1.242	1.242	2.927
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-11	-3.517		-3.528	-3.044
Outras provisões (variação)	13			-2.650	-2.650	-444
Outros rendimentos/gastos	20			7.651	7.651	-1.175
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial						
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	17 e 18					145
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		15.702	41.304	6.518	63.524	73.814
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24			-650	-650	-14.300
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24			-13.384	-13.384	-5.458
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.702	41.304	-7.516	49.490	54.056
Resultado por ação (em euros)	27				0,55	0,10

05 / Demonstração do Rendimento Integral



5. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Resultado líquido do exercício	49.490	54.056
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados	-261.937	-57.076
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	-358.567	-75.070
Variação de justo valor de terrenos e edifícios	464	-
Variação dos impostos correntes e diferidos	96.166	17.994
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados	4.846	3.635
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	4.846	3.635
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Total de outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-257.091	-53.441
Total do rendimento integral do exercício	-207.601	615

06 / Demonstração de Variação de Capitais Próprios



6. DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(milhares de euros)

	Outros instrumentos de capital		Reservas de reavaliação		Outras reservas						
	Capital social	Prestações suplementares	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos e correntes	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL	
Balanço a 1 de janeiro 2021	84.000	27.097	184.832	-	-48.825	49.903	99.497	-80.200	18.895	335.199	
Aumento de capital	6.500									6.500	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-75.070							-75.070	
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					17.994					17.994	
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							3.635			3.635	
Planos de pagamentos de ações reconhecidos nas reservas							450			450	
Aplicação dos resultados do exercício anterior						1.889		17.006	-18.895	-	
Total das variações do capital próprio	6.500	-	-75.070	-	17.994	1.889	4.085	17.006	-18.895	-46.491	
Resultado líquido do exercício									54.056	54.056	
Balanço a 31 de dezembro 2021	90.500	27.097	109.762	-	-30.831	51.792	103.582	-63.194	54.056	342.764	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-358.567							-358.567	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				464						464	
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					96.166					96.166	
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							4.846			4.846	
Planos de pagamentos de ações reconhecidos nas reservas							737			737	
Aplicação dos resultados do exercício anterior						5.406		48.650	-54.056	-	
Total das variações do capital próprio	-	-	-358.567	464	96.166	5.406	5.583	48.650	-54.056	-256.354	
Resultado líquido do exercício									49.490	49.490	
Balanço a 31 de dezembro 2022	90.500	27.097	-248.805	464	65.335	57.198	109.165	-14.544	49.490	135.900	

07 / Demonstração dos Fluxos de Caixa



7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(milhares de euros)

	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais	-4.603	20.103
Resultado líquido do exercício	49.490	54.056
Depreciações e amortizações do exercício	12.001	13.510
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	-344	16.938
Variação das provisões técnicas de seguro direto	-74.571	-66.362
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	12.687	39.768
Variação de passivos por contratos de investimento	1.663	-24.460
Variação de outras provisões	2.650	445
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	7.887	42.779
Variação de outros ativos e passivos por impostos	-16.503	-4.828
Variação de outros ativos e passivos	-1.906	-23.762
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	2.343	-27.981
Fluxos de caixa de atividades de investimento	12.736	-36.353
Variação de investimentos	-29.130	-62.923
Dividendos recebidos	7.901	4.392
Juros	38.520	25.801
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-4.583	-7.196
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	28	3.573
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	-4.163	16.326
Variação responsabilidades de contratos de leasing	-4.163	9.826
Subscrição de capital	-	6.500
Variação líquida em caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.970	76
Caixa e equivalentes no início do exercício	82.916	82.840
Caixa e equivalentes no fim do exercício	86.886	82.916

08 / Anexo às Demonstrações Financeiras



8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Generali Seguros, S.A. (adiante designada por Companhia) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na entidade Seguradoras Unidas, S.A. das companhias de seguros Generali - Companhia de Seguros, S.A e Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 1 de outubro de 2020, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das três entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data. Nesta mesma data, a Seguradoras Unidas, S.A. alterou a sua designação para Generali Seguros, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas apenas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO. Considerando que as 3 entidades, estavam sob o controlo comum (*under common control*) da acionista única Assicurazioni Generali, S.p.A., a fusão foi efetuada tendo por base os valores contabilísticos dos ativos e passivos (*book value*) e ao abrigo do regime da neutralidade fiscal.

A sociedade incorporante Seguradoras Unidas, S.A. era por sua vez uma companhia de seguros já resultante também de uma fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100% à data de 30 de dezembro de 2016 (data de registo e produção de efeitos): a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a Seguros LOGO, S.A. e a Açoreana Seguros, S.A. Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF.

Em 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido igualmente a aprovação prévia da ASF.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Após a fusão, a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 21 zonas comerciais (19 no continente, Açores e Madeira), que são suportadas por escritórios locais e por um total de 685 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 13 lojas próprias (em Lisboa, Porto e 11 lojas nos Açores) e por 672 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana (nos Açores), dos quais 292 são exclusivos.

Através da LOGO, marca digital de seguros, lançada em janeiro de 2008, e a primeira seguradora direta a disponibilizar compra totalmente online, comercializa seguros Automóvel (incluindo Moto), Casa, Saúde e Vida (para proteção de doenças graves e crédito habitação), contando com cerca de 164 mil clientes.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/benefício para a Companhia, Cliente e

Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2022	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	72.040	64.529	7.510	1
Comissões de contratos de investimento	171	-	-	171
Prémios brutos adquiridos	71.626	64.115	7.510	1
Resultado dos investimentos	-10.561	-9.437	-1.098	-25
Custos com sinistros brutos	132.832	83.193	49.582	57
Variação da provisão matemática	-83.079	-45.359	-37.720	-
Variação da provisão para compromissos de taxa	-30.288	-13.704	-16.584	-
Variação da provisão para estabilização carteira	-1	-1	-	-
Participação nos resultados	1.368	3.141	-1.773	-
Custos de exploração brutos	24.187	22.097	1.733	357
Saldo de resseguro	-515	-515	-	-
Resultado técnico	15.702	4.796	11.174	-267

(milhares de euros)

2021	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	78.087	54.525	21.634	1.928
Comissões de contratos de investimento	184	-	28	156
Prémios brutos adquiridos	76.990	53.428	21.634	1.928
Resultado dos investimentos	15.271	10.638	4.221	412
Custos com sinistros brutos	168.760	32.268	56.780	79.712
Variação da provisão matemática	-120.441	-10.596	-43.199	-66.646
Variação da provisão para compromissos de taxa	4.905	-236	-716	5.857
Variação da provisão para estabilização carteira	393	393	-	-
Participação nos resultados	8.988	3.352	2.629	3.007
Custos de exploração brutos	26.610	22.866	1.399	2.345
Saldo de resseguro	-5.143	-5.143	-	-
Resultado técnico	-1.913	10.876	8.990	-21.779

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Não Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2022	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	1.115.009	284.134	158.107	426.857	245.911
Prémios de resseguro cedido	-118.850	-10.031	-54.495	-2.592	-51.732
Prémios brutos adquiridos	1.096.650	282.742	154.435	419.654	239.819
Resultado dos investimentos	5.648	-8.339	2.859	8.635	2.493
Custos com sinistros brutos	729.844	149.352	110.731	330.351	139.410
Custos de exploração brutos	269.896	61.244	43.966	99.187	65.499
Resultado técnico	41.304	58.323	-23.666	-5.857	12.504

(milhares de euros)

2021	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	1.058.596	278.197	150.392	405.957	224.050
Prémios de resseguro cedido	-121.306	-10.634	-55.754	-2.364	-52.554
Prémios brutos adquiridos	1.051.496	276.565	148.069	405.450	221.412
Resultado dos investimentos	442	-1.445	364	1.159	364
Custos com sinistros brutos	656.847	164.978	101.254	262.649	127.966
Custos de exploração brutos	260.808	57.900	42.638	98.722	61.548
Resultado técnico	74.088	41.462	-5.933	44.718	-6.159

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2022, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2022. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As normas acima referidas apresentam-se discriminadas na Nota 32. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 32. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguros, da possibilidade de adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquido dos ativos do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Nos termos do previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de maio, a Generali Seguros, S.A. passou a estar dispensada da consolidação ao nível nacional uma vez que a consolidação é efetuada na empresa-mãe Assicurazioni Generali S.p.A., sediada em Itália.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de março de 2023. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;

- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações a serem reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de crédito a clientes - crédito titulado e ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de ativos	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	3 a 20
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	10
Direito de uso - Imóveis	13
Direito de uso - Frota automóvel	4

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispendios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pela Companhia.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force - VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Locações (IFRS 16)

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável - este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e
- iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar “como” e “com que objetivo” o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é predeterminado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o “como” e “com que objetivo” este irá ser utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nas quais a entidade é locatário, a Companhia optou por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes de locação e não locação como uma única componente de locação.

Como locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se esperam vir a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de locação a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa da Companhia do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis, Outros Ativos Intangíveis e passivos de locação em Outros Passivos no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

Sublocações

Uma sublocação implica que o locatário estabeleça um contrato de locação com uma terceira entidade, atuando como intermediário, mantendo-se em vigor o contrato de locação com o locador original.

A IFRS 16 – Locações obriga a que o locador avalie as sublocações com referência ao direito de uso e não com referência ao ativo subjacente. O locador da sublocação, simultaneamente locatário com referência à locação original, deverá reconhecer um ativo na sua demonstração financeira – um direito de uso relativo à locação primária (se a locação estiver classificada como operacional) ou um ativo financeiro, mensurado de acordo com a IAS 39, relativa à sublocação (se a locação estiver classificada como financeira). No caso da locação primária ser de curta duração, então a sublocação deverá ser classificada como locação operacional.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como Caixa e seus equivalentes o total da rubrica Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Companhia aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de Benefício Pós-Reforma

A Companhia assume a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez emergentes do regime geral da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

As responsabilidades da Companhia relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

A convenção coletiva de trabalho que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes na Companhia era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

A Companhia, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes deste Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho de 2016 foram de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passaram a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual seria devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador completasse um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, a Companhia, de acordo com a IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Entretanto, a Companhia celebrou em 15 de janeiro de 2019 o primeiro Acordo de Empresa (AE) conjunto com os representantes dos diversos sindicatos do setor, Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), SISEP - Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal e STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, que foi publicado no BTE, n.º 5 de 8 de fevereiro de 2019 e substituiu os anteriores IRCT aplicados na Companhia. No caso das entidades que foram incorporadas em 2020, a celebração do acordo foi em 8 de março de 2019 e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 13 de 8 de abril de 2019.

As condições e clausulados previstos neste novo AE vieram alterar um conjunto de benefícios atribuídos aos empregados da Companhia, nomeadamente:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores estão abrangidos por um plano de contribuição definida, ao abrigo do qual a Companhia fará anualmente contribuições de 3,25% sobre a retribuição base anual do trabalhador. Sem prejuízo, os trabalhadores pré-reformados ou reformados antes de 1 de janeiro de 2019, continuarão abrangidos pelos sistemas previstos nos instrumentos de regulamentação coletivo aplicáveis à data em que se pré-reformaram ou reformaram;
- ii) o prémio anual de carreira equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos). Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

O ano de 2021 foi marcado pela vigência simultânea de dois IRCT na Companhia, por um lado o AE da fusionada Seguradoras Unidas, S.A. e por outro, o ACT da fusionada Generali Seguros, S.A.. Foi por isso imperativo negociar um único Acordo de Empresa, de forma a regular as mesmas relações de trabalho e benefícios para todos os trabalhadores da Companhia. Já no decurso do mês de outubro de 2021, foi assinado por todas as partes envolvidas, o novo Acordo de Empresa (AE) para os 3 anos seguintes e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 8 de 28 de fevereiro de 2022.

Plano de Benefício Definido

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de *rating* elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2022, e ressalvados os empregados abrangidos pelo plano de benefício definido, a Companhia tem três planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade, Açoreana ou Generali, anterior à fusão) para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador. Adicionalmente, a Companhia atribuiu um plano de contribuição definida ao CEO.

Prémio de permanência

Em vigor até à entrada em vigor do novo AE, o prémio de permanência equivalia a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas, completou um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência foi determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Este benefício aplicou-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016 cujo prémio de permanência pecuniário se venceria durante o ano de 2019, foi assegurado um regime de transição em 2019 com o pagamento de um valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo ou o gozo de dias de licença com retribuição.

Os desvios atuariais determinados foram registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Prémio de carreira

Em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, o prémio de carreira equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal do colaborador, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos). Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

Os desvios atuariais determinados foram registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Pagamentos com base em ações

Os colaboradores e administradores da Companhia podem ter direito a receber uma remuneração adicional na forma de pagamentos com base em ações, em que os mesmos prestam serviços como contraprestação por instrumentos de capital (transações liquidadas com ações).

A Companhia não tem obrigação de liquidar a transação baseada em ações; uma vez que a transação será liquidada por ações a emitir pela Assicurazioni Generali S.p.A. (acionista). O custo do benefício com ações é determinado pelo valor justo na data da concessão do benefício (*grant date*). O custo é reconhecido por contrapartida de reservas, sendo reconhecido a cada data de reporte durante o período da aquisição do direito ao benefício (*vesting period*) e considerando a melhor estimativa do número de ações a ser atribuído.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu benefícios de assistência médica:

- i) a ex-colaboradores mediante acordo de rescisão através de plano de seguro de saúde com um desconto de 25% sobre o prémio de tarifa em vigor à data de início da Apólice, já incluindo a redução relativa à isenção de encargos, para o Trabalhador e membros do agregado familiar que se encontrem incluídos no seguro de saúde do Plano de Seguro de Saúde da Companhia de que o Trabalhador seja titular na data da cessação do contrato de trabalho;
- ii) aos empregados no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma, prevendo coberturas mínimas de assistência clínica em regime de internamento e assistência clínica em regime de ambulatório, com os capitais, franquias e co-pagamentos aplicáveis. Estas garantias mínimas previstas no atual AE não prejudicam a existência e/ou aplicação de outros regimes mais favoráveis e mais abrangentes, a que os empregados poderão ter acesso.

Tratando-se de um benefício definido, o seu reconhecimento e mensuração é equivalente ao plano de benefício com pensões.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, como sejam participações de despesas de educandos de colaboradores, seguros de Vida, descontos em outros tipos de seguros e remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2022 e 2021 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2. A Companhia não adotou a IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros e outros ativos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros e impostos diferidos

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia procede à determinação da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos. Esta avaliação tem por base a estimativa de lucros tributáveis futuros que compreende (i) o plano de negócios aprovado pela Gestão e, (ii) a reversão expetável das diferenças temporárias que resultam da diferença entre as quantias registadas nas demonstrações financeiras e as quantias determinadas de acordo com a legislação fiscal aplicável.

Quaisquer alterações a esta estimativa poderão ter impacto na determinação do valor recuperável dos impostos diferidos ativos.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente com referência ao final do período ou sempre que existam sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Os fluxos de caixa futuros são determinados tendo por base o plano de negócios aprovado pela Gestão. Alterações a este plano poderão ter impacto na determinação do valor recuperável da Companhia.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais e Rendimentos foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas

de regularização respetivas, (vi) provisão matemática de contratos Vida, (vii) provisão para estabilização de carteira e (viii) provisão para compromissos de taxa.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro e de investimento

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é considerado como um contrato de investimento, mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*) emitidos pela Companhia, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos. Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica Prémios adquiridos líquidos de resseguro, da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. A Companhia calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos do ramo Não Vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão matemática Vida

As provisões matemáticas Vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Origem Tranquilidade	Tábua de Mortalidade	Taxa técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0% e 0,883%
PET SATA 5109		2%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25%, 1,15% e 0%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Após 1 de outubro de 2013	PASEM / F 2010	0%
Após 1 de janeiro de 2020	PASEM / F 2010 e GKM95	0%
Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%
Seguros Híbridos (***)		
Início em novembro de 2021	GKM 95	variável anualmente

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. A taxa de 2022 foi de 0,15%

(***) Taxas definidas anualmente. A taxa de 2022 foi de 0,40%

Produtos Origem Açoreana	Tábua de Mortalidade	Taxa técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1999 a julho 2003	GKM 80	3%
De agosto 2003 a setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após 3 de outubro de 2011 (**)	GKM 80	0% a 3%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Seguros Mistos (*)		
Até fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de março de 2001	GKM 80	3% e 4%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. A taxa de 2022 foi de 0,15%

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Produtos Origem Generali Vida	Tábua de Mortalidade	Taxa técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1998		4%
De janeiro 1999 a maio 2012		3%
Após maio de 2012 (**)		variável anualmente
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas vitalícias e temporárias		
Até dezembro 1999	TV 73/77	4%
Após 1 de janeiro 2000	GRM 95 / GRF 95	entre 3% e 2%
Após 1 de julho de 2013	Unisexo (base GRM/F 95)	entre 2,75% e 0,5%
Rendas reversíveis e com contrasseguro	Unisexo (base GRM/F 95)	entre 2,75% e 0,5%
Seguros em caso de Morte (*)		
Vida Inteira		
Até abril 2000	GKM 80	4%
De maio 2000 a janeiro 2015	GKM 95	3%
Após janeiro 2015	Unisexo (base GKM/F 95)	3% e 2,5%
Temporários Nivelados		
Até maio 2000	GKM 80	4%
De junho 2000 a maio 2009	GKM 95	3%
De junho 2009 a fevereiro 2015	SIM 2000	3%
Após fevereiro 2015	Unisexo (SIM/F 2000)	3%
Temporários Nivelados pacotizados	SIM 2000	3%
TAR		
Até abril 2010	GKM/F 95	3%
A partir março 2017	SIMF 2000, SIM/F 2006, SIM/F 2012, Unisexo (SIM/F 2000), Unisexo (SIM/F 2006), Unisexo (SIM/F 2012)	3%
TAR GRUPO	GKM 80 ou SIM 2000	4% e 3%
Seguros Mistos (*)		
Até fevereiro de 1996	PM 6064	4%
De março 1996 a dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1999 a março de 2015	GKM 80	3%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. A taxa de 2022 foi de 0,15%

Com referência a 31 de dezembro de 2022 a tábua de mortalidade considerada na avaliação dos produtos rendas vitalícias foi 100% da PERMP/PERFP 2000 (2021: 100% da PERMP/PERFP 2000).

Provisão para compromissos de taxa

A Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base os *cash flows* futuros, considerando a mortalidade esperada, descontados às taxas de juro que correspondem à rentabilidade dos ativos afetos a essas responsabilidades, incluindo a estimativa da rentabilidade futura dos ativos a adquirir no reinvestimento de acordo com a política de investimentos aprovada, sendo esta avaliação efetuada por fundo autónomo.

A avaliação reconhecida tem por base o valor atual dos *cash flows* acima referidos, resultando em taxas implícitas compreendidas entre o intervalo de 0,4% e 4,2% (2021: entre 0,08% e 2,3%).

Provisão matemática Não Vida

As provisões matemáticas Não Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 100% da tábua do INE referente à população masculina no período 2018-2020 para homens (2021: INE 2018-2020) e 100% da tábua do INE referente à população feminina no período 2018-2020 para mulheres (2021: INE 2018-2020), com uma taxa de desconto que corresponde à rentabilidade esperada dos ativos afetos ao ramo Acidentes de Trabalho de juro de 3,25% (2021: 2,11%) e encargos de gestão de 2,0% (2021: 1,5%), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 (2021: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2021: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2021: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e no ramo Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo, quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se uma taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2022 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2022 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente. Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento (assistência vitalícia) em 31 de dezembro de 2022 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de Vida ou similares, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontadas as taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2022, a taxa implícita considerada no teste da adequação das responsabilidades ascende a 3,25% para uma *duration* de 11,8 anos (2021: taxa 2,11% e *duration* de 12,9 anos).

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir de Vida (Shadow accounting)

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo Vida reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda e por contrapartida dos resultados por ajustamentos no justo valor de ativos, mensurados ao justo valor através de resultados, afetos aos produtos de Vida com participação nos resultados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

BALANÇO		2022		2021		
Ramos / Grupos de Ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Vida	5.618	810	4.808	5.205	704	4.501
Acidentes e Doença	46.235	9.482	36.753	40.350	7.409	32.941
Incêndio e Outros Danos	58.279	12.570	45.709	54.606	10.858	43.748
Automóvel	157.446	29.166	128.280	150.243	27.226	123.017
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.350	262	1.088	1.368	261	1.107
Responsabilidade Civil geral	6.781	1.370	5.411	6.415	1.209	5.206
Crédito e caução	31	8	23	39	10	29
Proteção jurídica	4	1	3	4	1	3
Assistência	22.612	4.083	18.529	21.356	3.645	17.711
Diversos	701	132	569	699	136	563
Total	299.057	57.884	241.173	280.285	51.459	228.826

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

GANHOS E PERDAS				2021		
Ramos / Grupos de Ramos	2022			2021		
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Vida	414	106	308	1.097	179	918
Acidentes e Doença	5.885	2.073	3.812	3.047	-47	3.094
Incêndio e Outros Danos	3.673	1.712	1.961	2.322	-237	2.559
Automóvel	7.203	1.940	5.263	508	-1.821	2.329
Marítimo, Aéreo e Transportes	-18	1	-19	88	-28	116
Responsabilidade Civil geral	366	161	205	163	-125	288
Crédito e caução	-8	-2	-6	-17	2	-19
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	1.256	438	818	931	-185	1.116
Diversos	2	-4	6	58	9	49
Total	18.773	6.425	12.348	8.197	-2.253	10.450

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de resseguro cedido refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e refletida na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço				Variação de ganhos e perdas	
	2022			2021	2022	2021
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA líquida		
Vida	4.742	213	4.529	5.684	-1.155	3.176
Acidentes e Doença	3.534	766	2.768	2.254	514	1.077
Incêndio e Outros Danos	15.794	3.114	12.680	12.507	173	895
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	509	140	369	384	-15	-51
Responsabilidade Civil geral	1.179	227	952	636	316	-194
Crédito e caução	-	-	-	1	-1	-3
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	13.343	8	13.335	13.235	100	-1.712
Diversos	632	127	505	608	-103	-8
Total	39.733	4.595	35.138	35.309	-171	3.180

A evolução da provisão matemática de Vida refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	649.851	769.419
Variação do ano	-83.079	-120.441
Incorporação de participação nos resultados	10.129	873
Saldo em 31 de dezembro	576.901	649.851

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2022 a 10,5 milhões de euros (2021: 13,7 milhões de euros).

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Tradicionais	-	-	-	-559
Capitalização	74.544	86.047	-13.751	-22.884
Total	74.544	86.047	-13.751	-23.443

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, líquida de reembolsos, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Vida	89.945	80.183	9.761	4.806
Acidentes de Trabalho	752.970	772.194	-19.038	18.002
Acidentes Pessoais e Doença	31.730	28.881	2.847	1.788
Incêndio e Outros Danos	93.311	77.465	16.078	11.318
Automóvel	386.091	327.564	58.655	17.027
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.223	2.634	-413	-1.150
Responsabilidade Civil geral	47.921	53.434	-5.324	-4.913
Crédito e caução	13	160	-147	-8
Proteção jurídica	33	9	24	-8
Assistência	6	15	-	6
Diversos	8.684	8.542	143	4.139
Total	1.412.927	1.351.081	62.586	51.007

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 661.951 milhares de euros (2021: 683.135 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho, incluindo também as provisões relativas a assistência vitalícia. Neste saldo da provisão matemática está incluída uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 31.410 milhares de euros (2021: 34.043 milhares de euros).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2022 a 27,6 milhões de euros (2021: 29,4 milhões de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 78.075 milhares de euros (2021: 84.122 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2022 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 13.714 milhares de euros (2021: 13.462 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31.12.2021 (1)	Sinistros* pagos em 2022 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2022 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e Doença	801.076	118.906	649.194	-32.976
Incêndio e Outros Danos	77.464	40.539	41.445	4.520
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	300.421	97.385	223.918	20.882
- Outras coberturas	27.143	19.484	4.467	-3.192
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.634	1.627	1.327	320
Responsabilidade Civil geral	53.434	15.021	41.399	2.986
Crédito e caução	160	-5	13	-152
Proteção jurídica	9	13	10	14
Assistência	15	-	15	-
Diversos	8.542	3.105	4.577	-860
Total	1.270.898	296.075	966.365	-8.458

* Sinistros ocorridos no ano 2021 e anteriores

No âmbito do ramo de Acidentes e Doença, o reajustamento observado respeita sobretudo à alteração da taxa de desconto. Adicionalmente, em todos os ramos, mas com particular destaque no ramo Automóvel, os reajustamentos refletem a evolução verificada na inflação durante o exercício de 2022, bem como a gestão corrente da função gestão de sinistros.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Vida	10.028	8.754	1.274	2.905
Acidentes de Trabalho	16.384	16.349	35	-5.135
Acidentes Pessoais e Doença	1.909	1.898	11	-256
Incêndio e Outros Danos	52.240	40.874	11.366	-3.809
Automóvel	21.152	22.749	-1.597	-1.091
Marítimo, Aéreo e Transportes	872	791	81	-629
Responsabilidade Civil geral	14.709	12.145	2.564	-8.552
Crédito e caução	-	74	-74	-13
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	7.733	7.364	369	3.687
Total	125.027	110.998	14.029	-12.893

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 8.151 milhares de euros (2021: 6.142 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2022 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicional	75.272	359	7562	83.193
PPR e Capitalização com part. resultados	46.652	788	2199	49.639
Não Vida				
Acidentes e Doença	280.423	4.589	-16.192	268.820
Incêndio e Outros Danos	92.225	2.373	16.093	110.691
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	180.659	7.029	50.567	238.255
- Outras coberturas	80.824	3.178	8.130	92.132
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.374	42	-392	2.024
Responsabilidade Civil geral	17.670	712	-5.251	13.131
Crédito e caução	-5	1	-147	-151
Proteção jurídica	11	3	25	39
Assistência	-	-	-	-
Diversos	3.800	19	143	3.962
Total	779.905	19.093	62.737	861.735
Resseguro Aceite	1.092		-151	941
Total Geral	780.997	19.093	62.586	862.676

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	32.199	428	-1.694	30.933
PPR e Capitalização com participação nos resultados	129.999	1.318	6.492	137.809
Não Vida				
Acidentes e Doença	246.720	4.700	19.780	271.200
Incêndio e Outros Danos	86.731	2.347	12.065	101.143
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	164.707	6.471	19.804	190.982
- Outras coberturas	71.232	3.208	-2.806	71.634
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.209	55	-1.023	2.241
Responsabilidade Civil geral	17.390	732	-4.826	1.3296
Crédito e caução	-13	3	-8	-18
Proteção jurídica	9	2	-8	3
Assistência	1	1	6	8
Diversos	1.685	29	4.140	5.854
Total	753.869	19.294	51.922	825.085
Resseguro Aceite	1.437	-	-915	522
Total Geral	755.306	19.294	51.007	825.607

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo é analisada e tem a seguinte evolução:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Vida				
Tradicionais	4.553	90.22	3.142	3.352
Capitalização	681	53.876	-1.774	5.636
Acidentes e Doença	368	368	-	167
Incêndio e Outros Danos	9	9	-	-8
Automóvel	323	323	-	50
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil geral	-	-	-	-9
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5.934	63.598	1.368	9.188

(milhares de euros)

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	63.598	84.065
Dotação do ano	3.386	9.370
Pagamentos	-3.077	-8.095
Incorporação em provisão matemática	-10.129	-873
Variação da participação a atribuir (<i>shadow accounting</i>)	-47.844	-20.869
Saldo em 31 de dezembro	5.934	63.598

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Vida				
Tradicionais	3.452	3.266	475	956
Capitalização	-	15.228	8	1.547
Total	3.452	18.494	483	2.503

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo, em resultado do teste de adequação de responsabilidades, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Tradicionais	1.156	17.942	-16.786	5.792
Capitalização com participação nos resultados	4.594	18.096	-13.502	-887
Total	5.750	36.038	-30.288	4.905

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Tradicionais	654	656	-2	393
Total	654	656	-2	393

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	24.928	22.977	1.951	1.558
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil geral	1.305	1.305	-	-
Crédito e caução	156	156	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	254	241	13	11
Total	26.643	24.679	1.964	1.569

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de balanço		Variação de ganhos e perdas	
	2022	2021	2022	2021
Acidentes e Doença	10.183	6.873	3.310	6.649
Incêndio e Outros Danos	6.880	14	6.866	-719
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-6
Responsabilidade Civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	17.063	6.887	10.176	5.924

De acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, em 2022 e 2021, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de procedimentos extraordinários, solicitados pela Companhia, e devidamente aprovados pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir, portanto, que a Companhia tem sido interveniente em diversos processos de concentração de empresas, cujo acréscimo de custos daí resultante, iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, em 2022, a Companhia considerou, numa ótica de 12 meses corridos, que o montante de 3.028 milhares de euros (2021: 11.151 milhares de euros), relativo a custos totais incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que a Companhia optou por não considerar para efeitos de cálculo desta provisão o montante imputado a Não Vida, i.e., 2.771 milhares de euros (2021: 9.704 milhares de euros).

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas de Não Vida correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

No âmbito do regime de Solvência II, a Companhia possui na sua estrutura e nos seus procedimentos as ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo Interno faz parte integrante da estrutura de Governança da Companhia e tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*.

Este Comité em conjunto com os outros comités corporativos, visa robustecer os sistemas de governo e gestão de risco da Companhia, reforçando a comunicação e os níveis de interação entre os Órgãos de Gestão e Funções de Controlo, de forma a contribuir para um constante conhecimento e gestão dos principais riscos inerentes à atividade.

Sendo suportado transversalmente por diferentes Direções, tem como principais atribuições:

- Políticas (ORSA) de identificação/ análise de riscos
- Controlo interno - financeiro e não financeiro
- *Compliance* e DPO
- Acompanhamento da função de gestão de reclamações

(milhares de euros)

Estimativa final do custo com sinistros líquidos de reembolsos											
	Ano de ocorrência										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Anos decorridos	0	473.657	470.672	439.587	435.629	534.278	553.551	583.447	532.955	599.601	674.246
	1	473.226	484.377	444.137	430.331	517.378	524.770	567.862	509.264	577.146	
	2	481.080	493.405	441.411	426.835	521.918	552.460	564.097	497.893		
	3	485.890	496.037	446.049	442.825	528.461	558.157	568.004			
	4	486.471	493.570	454.482	447.165	530.093	572.842				
	5	487.612	494.727	460.767	449.468	544.048					
	6	489.429	493.243	460.216	454.241						
	7	497.136	494.306	469.555							
	8	483.913	496.316								
	9	487.339									

A Companhia pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

Para a sua persecução, a Companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não Vida	Tipo de resseguro
Assistência	Proporcional
Engenharia	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos	Proporcional
Incêndio e Outros Danos (proteção retenção-catástrofes)	Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos (proteção retenção-catástrofes-top-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não Proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não Proporcional
Saúde (2ª opinião)	Proporcional
Responsabilidade Civil <i>cyber risks</i>	Proporcional
Responsabilidade Civil geral	Não Proporcional
Responsabilidade Civil ambiental	Proporcional
Responsabilidade Civil profissionais de saúde	Proporcional
Responsabilidade Civil administradores (art.º 396)	Proporcional
Responsabilidade Civil intermediários de crédito	Proporcional
Marítimo	Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não Proporcional
Automóvel (Responsabilidade Civil)	Não Proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Não Proporcional
Acidentes Pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Agro	Proporcional
GEB - Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde	Proporcional
GC&C - Vários	Proporcional

Ramos Vida	Tipo de resseguro
Vida Crédito Habitação	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual	Proporcional
Vida VTCC	Proporcional
Vida Profissionais de Saúde	Proporcional
Vida + Cool	Proporcional
Vida Catástrofes	Não Proporcional
Vida Proteção de Cúmulos	Não Proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida Proteção aos Prémios	Proporcional
Vida Gestão de Tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização / PPR	Proporcional
Vida + Vencer	Proporcional
GEB - Vida	Proporcional

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de análise	Cenários	Impacto no resultado antes de impostos	
		2022	2021
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro (Não Vida)	-43.049	-32.977
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro (Não Vida)	-30.266	-25.749
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de Acidentes de Trabalho	-11.670	-14.678
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo Vida	-926	-2364

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas. De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade de Vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

Natureza e Extensão de Outros Riscos

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos, para o qual a Companhia dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

As políticas de investimento adotadas pela Companhia, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité de Investimentos.

Risco Cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de análise	Cenários	Impacto no resultado antes de impostos	
		2022	2021
Cambial	Valorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-109	-357

Risco de Ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de análise	Cenários	Impacto no resultado e nas reservas de justo valor antes de imposto	
		2022	2021
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-2.608	-1.123

Risco Imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de análise	Cenários	Impacto no resultado e nas reservas de justo valor antes de imposto	
		2022	2021
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-4.227	-4.399

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações e em fundos de obrigações ou similares.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo Vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia:

(milhares de euros)

Área de análise	Cenários	Impacto nas reservas de justo valor antes de imposto	
		2022	2021
Taxa de juro	Descida de 100 bps na curva de taxa de juro - Efeito nos Ativos	138.732	197.825
	Subida de 100 bps na curva de taxa de juro - Efeito nos Ativos	-138.732	-197.825

(milhares de euros)

Área de análise	Cenários	Impacto no resultado antes de impostos	
		2022	2021
Taxa de juro	Descida de 100 bps na curva de taxa de juro - Efeito nos Passivos	-104.159	-119.955
	Subida de 100 bps na curva de taxa de juro - Efeito nos Passivos	64.984	94.070

Risco de Spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate* embora as obrigações de emissores públicos sejam a maioria das obrigações.

(milhares de euros)

Rating	2022		2021	
	%	valor	%	valor
AAA	9%	165.761	5%	116.332
AA	21%	388.274	17%	376.222
A	18%	330.066	17%	366.399
BBB	46%	836.563	55%	1.183.500
BB	2%	37.673	3%	69.627
B	0%	113	0%	-
CCC	0%	1	0%	205
Unrated	3%	52.785	3%	54.976
Total	100%	1.811.235	100%	2.167.261

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de Concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de atividade (*)	2022		2021	
	%	Valor Líquido	%	Valor Líquido
Recursos básicos	1,0%	20.205	1,2%	28.771
Comunicações	1,8%	36.701	1,4%	33.958
Bens consumíveis (cíclico)	3,4%	70.140	3,5%	83.028
Bens consumíveis (Não-cíclico)	4,0%	81.801	4,4%	104.970
Energia	0,9%	19.300	1,8%	42.765
Financeiro	18,8%	386.353	16,3%	391.409
Fundos	11,2%	229.454	9,8%	235.958
Dívida Pública	53,3%	1.092.637	55,2%	1.329.027
Industrial	1,8%	36.179	1,6%	38.883
Tecnologia	0,4%	9.022	0,6%	15.016
Serviços públicos / coletivos	2,6%	52.770	3,4%	81.558
Outros	0,8%	15.663	0,9%	21.020
	100%	2.050.224	100%	2.406.363

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Investimentos a deter até à maturidade, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário e qualquer exposição direta ou indireta com o risco imobiliário, por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, é como segue:

(milhares de euros)

2022	< 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	149.798	96.374	602.671	1.142.809	263.842	2.255.494
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	125.727	73.754	222.685	328.382	88.907	839.455
Líquido	24.071	22.620	379.986	814.427	174.935	1.416.039

(milhares de euros)

2021	< 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	165.457	82.799	463.294	1.670.156	259.626	2.641.332
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	121.011	88.525	271.292	342.319	112.592	935.739
Líquido	44.446	-5.726	192.002	1.327.837	147.034	1.705.593

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2022		2021	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	0%	201	29%	25.000
A	96%	83.233	88%	76.800
BBB	1%	1.105	4%	3.249
BB	0%	17	0%	120
B	0%	-	0%	-
CCC	2%	2.152	2%	2.078
Unrated	0%	368	1%	650
Total	100%	87.076	124%	107.897

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2022		2021	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	0%	17	1%	61
A	94%	8.335	86%	8.176
BBB	0%	-	0%	-
BB	0%	17	0%	18
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	6%	512	13%	1.210
Total	100%	8.880	100%	9.465

Risco Operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas materiais resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio;
- Risco legal.

Risco Estratégico

O risco estratégico é o risco resultante de decisões estratégicas. Definimos risco estratégico como o risco de tomar decisões de negócio inadequadas, implementar decisões de forma desajustada ou não ser capaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O risco estratégico, em regra, é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco de Reputação

O Risco de reputação é o risco que decorre de possíveis danos à reputação das empresas como consequência da percepção negativa do público (por exemplo, entre clientes, parceiros de negócio, acionistas ou autoridades). Assim como o risco estratégico, o risco reputacional é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco Intragrupo

O risco de a entidade estar dependente de transações intragrupo significativas que possam influenciar significativamente a solvência ou a posição de liquidez do Grupo ou de uma das entidades envolvidas nestas transações. Essas transações podem ser relacionadas com:

- Investimentos;
- Saldo entre empresas, incluindo empréstimos, recuperáveis e acordos para centralizar a gestão de ativos ou dinheiro;
- Garantias e compromissos, tais como cartas de crédito;
- Operações com derivativos;
- Dividendos, cupões e outros pagamentos de juros;
- Operações de resseguro;
- Prestação de serviços ou acordos de partilha de custos;
- Compra, venda ou arrendamento de bens.

Risco Sistémico

Ao risco de destabilização do sistema financeiro ou mercado com consequências ao nível dos ativos, taxas de juro, câmbio, afetando a economia como um todo.

Riscos Emergentes

Riscos existentes ou que possam surgir, de difícil quantificação e com potencial de perdas elevadas. Caracterizados por um elevado grau de incerteza, onde mesmo a informação básica, que suportaria uma avaliação adequada sobre a frequência e severidade de um determinado risco, é reduzida.

Medidas de mitigação

Como principais medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Existência e forte dinamização do Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção e deteção de fraude;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança de instalações;
- Implementação e renovação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de formação transversais, como Código de Conduta, Compliance, Proteção de Dados e outros específicos, como o treino de colaboradores que interagem diretamente com clientes;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades críticas;
- Revisão de processos de negócio, com a identificação de riscos e controlos associados.

Solvência

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência e informação mais detalhada sobre a Gestão do Risco serão divulgados publicamente durante o mês de abril de 2023 através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade de Não Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	2022	2021
a) Rácio de Sinistralidade	68,0%	63,5%
b) Rácio de Aquisição	18,6%	18,7%
c) Rácio Administrativo	5,9%	6,1%
Rácio Combinado	92,5%	88,3%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

(%)

	2022	2021
Sinistros / Prémios (IFRS 4)	184,4%	216,1%
Benefícios Pagos / Depósitos Recebidos (IAS 39)	41,2%	1403,8%
Custos de Aquisição / (Prémios + Depósitos Recebidos)	19,5%	19,7%
Custos Administrativos / (Prémios + Depósitos Recebidos)	10,5%	13,8%

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

(milhares de euros)

	2022	2021
Contas a receber	1.649	1.979
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-168	-211
Total líquido	1.481	1.768

NOTA 5 – PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A decomposição da rubrica de Passivos financeiros por contratos de investimento pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	Financieros sem participação nos resultados	Unit Linked	PPR Unit Linked	OCA's Unit Linked	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2021	38.884	5.035	18.044	126	62.089
Passivos adicionais do período, líquidos de comissões	99	1.245	179	-	1.523
Montantes pagos	-24.301	-608	-1.536	-	-26.445
Juros técnicos	-19.148	905	-1.153	-	-19.396
Outros movimentos	19.507	-835	1.196	-10	19.858
Saldo a 31 de dezembro de 2021	15.041	5.743	16.730	116	37.628
Passivos adicionais do período, líquidos de comissões	149	7.498	-	-	7.647
Montantes pagos	-2.518	-350	-1.242	-	-4.110
Juros técnicos	-65	-	-1.806	-	-1.871
Outros movimentos	-2	-	-	-	-2
Saldo a 31 de dezembro de 2022	12.605	12.891	13.681	116	39.292

Os valores dos passivos financeiros de contratos *Unit Linked*, no valor total de 26.572 milhares de euros (2021: 22.472 milhares de euros) correspondem ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos na IFRS 13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao justo valor por ganhos e perdas	4.571	-3.769	802	2.122	-2.144	-22
Capitalização	1.351	-552	799	585	-608	-23
PPR	3.220	-3.217	3	1.537	-1.536	1
Valorizados ao custo amortizado	2.539	-2.545	-6	26.731	-26.794	-63
Capitalização	1.212	-1.212	-	24.789	-24.897	-108
PPR	1.327	-1.333	-6	1.942	-1.897	45
Total	7.110	-6.314	796	28.853	-28.938	-85

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	89.616	112.794
Passivos subordinados	10.000	10.000
Direito de uso de ativos (IFRS 16)	20.970	25.133
Valor de balanço	120.586	147.927

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os passivos subordinados correspondem a dois empréstimos subordinados, com prazo fixo (10 anos) e taxa de juro fixa, no valor de cinco milhões de euros cada, os quais foram subscritos em 2015 pelas seguintes entidades do Grupo Generali: (i) Generali Horizon e (ii) Participatie Maatschappij Graafschap Holland N.V.

Adicionalmente a Companhia constituiu em 15 de dezembro de 2021 um empréstimo subordinado *on demand* no valor de 91,5 milhões de euros subscrito, e não realizado pelo acionista Assicurazioni Generali S.p.A., com prazo fixo (5 anos) e um *fee* fixo, que de acordo com a IAS 32 não carece de registo no balanço por se tratar de um compromisso em forma de linha de crédito.

Os pagamentos mínimos futuros relativos aos contratos de locação operacionais não revogáveis, por maturidade são os seguintes:

(milhares de euros)

	2022	2021
Até 1 ano	4.878	5.565
1 ano até 5 anos	12.039	16.054
Mais de 5 anos	5.780	5.744
Total de pagamentos futuros	22.697	27.363
Custo de juro a periodificar em Gastos financeiros	-1.727	-2.230
Total do passivo IFRS 16	20.970	25.133

O passivo de locação foi inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Ao abrigo desta norma foi registado ao longo de 2022 um custo de juros sobre a variação dos passivos financeiros no montante de 575 milhares de euros (2021: 684 milhares de euros).

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.050.988	2.411.809
Depósitos a prazo	201	25.000
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	8.495	9.733
Ativos financeiros detidos para negociação	9.261	-
Investimentos a deter até à maturidade	910	879
Total participações e instrumentos financeiros	2.069.855	2.447.421
Outros ativos financeiros	5.856	5.047
Total ativos financeiros	2.075.711	2.452.468

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.122	1.225
De outros emissores	-	5.102
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	7.373	3.406
Valor de balanço	8.495	9.733
Valor de aquisição	8.151	9.465

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 966 milhares de euros (2021: 1.483 milhares de euros).

Adicionalmente, esta rubrica incluía em 2021 ainda títulos de rendimento fixo estruturados ou colateralizados no montante de 4.678 milhares de euros. Estes títulos encontravam-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.108.423	1.343.901
De outros emissores	686.097	811.688
Ações	18.846	18.480
Outros títulos de rendimento variável	237.622	237.740
Valor de balanço	2.050.988	2.411.809

A decomposição dos valores finais de balanço é como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo amortizado ou de aquisição	Juro decorrido	Reserva de Justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1.210.782	15.299	117.820	-	1.343.901
De outros emissores	778.273	10.494	23.504	-583	811.688
Ações	17.652	-	2.756	-1.928	18.480
Outros títulos de rendimento variável	266.070	-	12.350	-40.680	237.740
Saldo a 31 de dezembro de 2021	2.272.777	25.793	156.430	-43.191	2.411.809
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1.275.804	14.241	-180.876	-746	1.108.423
De outros emissores	755.790	9.436	-78.546	-583	686.097
Ações	20.210	-	470	-1.834	18.846
Outros títulos de rendimento variável	270.706	-	7.197	-40.281	237.622
Saldo a 31 de dezembro de 2022	2.322.510	23.677	-251.755	-43.444	2.050.988

Em 31 de dezembro de 2022, os Outros títulos de rendimento variável incluem 31.315 milhares de euros relativos a participações detidas pela Companhia em fundos de investimento imobiliário (2021: 20.000 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	43.191	25.240
Dotações do exercício	897	19.866
Anulações do exercício por venda de ativos	-628	-1.877
Reversões do exercício	-16	-38
Saldo em 31 de dezembro	43.444	43.191

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-746	-29
Ações e outros títulos de rendimento variável	-151	-19.837
Total	-897	-19.866

Ativos/passivos financeiros detidos para negociação

O saldo desta tipologia de ativos e passivos é decomposto como segue:

	2022		2021	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Contratos <i>Forward</i>	9.261	138.589	-	-
Opções	-	-	-	-
Total	9.261	138.589	-	-

Os valores de 2022 referem-se a um acordo venda de *forward contracts* sobre a dívida pública portuguesa, estabelecido pela Companhia em junho com o acionista Assicurazioni Generali, S.p.A. e que permitiu equilibrar a duração entre ativos e passivos e mitigar o risco de *spread* em relação ao emitente em causa.

Investimentos a deter até à maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	910	879
De outros emissores	-	-
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de balanço	910	879
Valor de mercado	1.180	1.659

A decomposição dos valores finais de balanço é como segue:

(milhares de euros)

	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	879	-	879
De outros emissores	-	-	-
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	879	-	879
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	910	-	910
De outros emissores	-	-	-
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2022	910	-	910

Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos líquidos de imparidades, conforme segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Empréstimos a colaboradores	434	581
Empréstimo - Generali Europe Income Holding, SA	5.000	4.044
Empréstimo - Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A	-	-
Prestações acessórias - Centro Novo Funchal	422	422
Total de outros ativos financeiros	5.856	5.047

A decomposição dos Outros ativos financeiros é como segue:

(milhares de euros)

	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	422	-	422
Empréstimos	19.625	-15.000	4.625
Outros	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	20.047	-15.000	5.047
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	422	-	422
Empréstimos	20.434	-15.000	5.434
Outros	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2022	20.856	-15.000	5.856

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A, sendo que em dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade.

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registrados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registrados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2022		2021	
	Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	86.886	86.886	82.916	82.916
Empréstimos e contas a receber	6.057	6.057	30.047	30.047
Investimentos a deter até à maturidade	1.180	910	1.659	879
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	70.131	70.131	78.458	78.458
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	164.254	163.984	193.080	192.300
Passivos financeiros de contratos de investimento	39.862	39.292	40.564	37.628
Outros passivos financeiros	120.586	120.586	147.927	147.927
Outros credores por operações de seguros e outras operações	102.676	102.676	100.333	100.333
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	263.124	262.554	288.824	285.888

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Com exceção dos Investimentos a deter até à maturidade dos passivos acima referidos, e tendo em conta que os restantes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos na IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes, depósitos à ordem e Investimentos a deter até à maturidade que são de Nível 1.

Metodologias de Valorização

Os instrumentos financeiros são estratificados de acordo com os níveis prescritos na IFRS 13, que representam a seguinte descrição:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis acima descritos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.826.853	25.176	198.959	2.050.988
Títulos e unidades de participação	70.929	-	166.693	237.622
Ações e outros títulos de rendimento variável	2.138	105	16.603	18.846
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1.104.805	3.618	-	1.108.423
De outros emissores	648.981	21.453	15.663	686.097
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.788	130	577	8.495
Títulos e unidades de participação	6.666	130	577	7.373
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1.122	-	-	1.122
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	9.261	-	9.261
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	9.261	-	9.261
Investimentos a deter até à maturidade (a valores de mercado)	910	-	-	910
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	910	-	-	910
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Total ativos financeiros	1.835.551	34.567	199.536	2.069.654

(milhares de euros)

	2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.187.157	37.221	187.431	2.411.809
Títulos e unidades de participação	86.875	-	150.865	237.740
Ações e outros títulos de rendimento variável	2.864	70	15.546	18.480
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1.335.396	8.505	-	1.343.901
De outros emissores	762.022	28.646	21.020	811.688
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	9.602	131	-	9.733
Títulos e unidades de participação	3.275	131	-	3.406
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1.225	-	-	1.225
De outros emissores	5.102	-	-	5.102
Derivados	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade (a valores de mercado)	879	-	-	879
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	879	-	-	879
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Total ativos financeiros	2.197.638	37.352	187.431	2.422.421

O valor em 2022 classificado como Nível 3 na rubrica de Títulos e Unidades de Participação, inclui cerca de 87 milhões de euros (2021: 106 milhões de euros) que dizem respeito a um investimento em 1 sub-fundo (2021: 2 sub-fundos) pertencentes a um organismo de investimento coletivo, designado por ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), que é detido 100% pela Companhia. A determinação do *fair value* destes ativos teve por base o seu valor patrimonial, que por sua vez é determinado com base em valores de mercado ou em informação de mercado disponível para valorização do ativo (curvas de risco, *spreads*, etc.) tal como definidos pela IFRS 13. Adicionalmente este fundo é alvo de análise *look-through* por parte da Companhia tal como definido pelos requisitos de Solvência II.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	31 Dez 2021	Valias potenciais	Compras	Vendas	Imparidades	Valias realizadas	Reclassif.	31 Dez 2022
Ativos financeiros disponíveis para venda	187.431	9.063	24.057	-36.120	400	1.138	12.990	198.959
Títulos e unidades de participação	150.865	15.338	21.140	-35.432	400	1.138	13.244	166.693
Ações e outros títulos de rendimento variável	15.546	-1.557	2.868	-	-	-	-254	16.603
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	21.020	-4.718	49	-688	-	-	-	15.663
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	577	-	-	-	-	577
Títulos e unidades de participação	-	-	577	-	-	-	-	577
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem investimentos relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados no valor de 31.315 milhares de euros (2021: 20.000 milhares de euros) e 135.380 milhares de euros relativos a fundos de *private equity/debt* (2021: 130.865 milhares de euros), cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras.

Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

2022		Impacto no resultado do exercício		Impacto na reserva de justo valor	
Área de análise	Tipologia de ativos	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-1.817	3.131	-1.314
	Fundos <i>private equity/debt</i>	-	-3.714	13.538	-9.824

(milhares de euros)

2021		Impacto no resultado do exercício		Impacto na reserva de justo valor	
Área de análise	Tipologia de ativos	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-2.000	2.000	-
	Fundos <i>private equity/debt</i>	-	-7.451	13.087	-5.636

NOTA 7 - INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros das subsidiárias e associadas da Companhia podem ser resumidos da seguinte forma:

(milhares de euros)

Nome da empresa / Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados financeiros							
			Direta	Direito de voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
										2022	2021	2022	2021
						2022	2021	2022	2021				
Tranquilidade Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, nº 35 15ºD LUANDA	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	49,00	49,00	49,00	35.361	34.415	25.537	26.604	9.824	7.811	4.308	3.261
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,996	99,996	100,00	7.777	7.439	4.828	5.758	2.949	1.681	619	-166,0
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	69,997	69,997	100,00	4.974	7.273	2.026	4.510	2.948	2.763	194	78
Tranquilidade Diversified Income ICAV 2nd Floor, Block E Iveagh Court Harcourt Road Dublin D02 YT22 Ireland	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Close to Customers, ACE Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	80,00	80,00	80,00	754	793	754	793	0	0	0	0

Os valores de 2022 representam a última informação financeira não auditada recebida por parte de cada subsidiária ou associada, pelo que os valores oficiais definitivos poderão ser divergentes.

Em 2022 e 2021 não existiu qualquer variação do saldo desta rubrica.

De acordo com a IAS 36 e a política contabilística, a Companhia procedeu à análise de imparidade das subsidiárias e associadas tendo por base o *value in use* determinado com base nos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração de cada entidade ou o *fair value less cost to sell*, nos casos aplicáveis.

Em 2021, a Companhia firmou um acordo para a cedência das carteiras das sociedades: Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. O processo seguiu os tramites legais e de aprovação pelas autoridades regulatórias. Em 2022 foram obtidas todas as aprovações e efetivada com efeitos a 1 de outubro de 2022 a transferência integral das referidas carteiras para um operador local, assim como todos ativos representativos das respetivas provisões técnicas. As companhias ficaram com serviços mínimos de suporte ao comprador até 31 de dezembro de 2022, não possuindo atividade operacional de seguros e encontram-se a preparar o processo de liquidação ou alienação.

Em relação à sua participação na Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A., não se concretizou a alienação do acordo formal de 2019. Assim, durante o ano de 2022 foram desenvolvidos vários contactos e disponibilizada informação, no sentido do respetivo dossier ser retomado a curto prazo.

Adicionalmente, a Companhia detém as seguintes entidades de finalidade especial, classificadas na rubrica de Ativos financeiros detidos para venda (Nota 6), nas quais exerce controlo:

	Sede	Atividade	% interesse económico	
			2022	2021
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	-	100,00%

Os fundos de investimento acima referidos são detidos através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), representando em 31 de dezembro de 2022 um investimento total acumulado de 87 milhões de euros (2021: 106 milhões de euros).

NOTA 8 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Caixa	11	19
Depósitos em instituições de crédito	86.875	82.897
Total	86.886	82.916

NOTA 9 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo da IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Propriedades de investimento - Edifícios de Rendimento	2022	2021
Saldo líquido a 1 de janeiro	3.020	2.985
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	-	-
Transferências p/ ativos a descontinuar	-	-
Transferências de serviço próprio	1.321	-
Abates/Vendas	-	-
Variações justo valor	-	35
Saldo líquido a 31 de dezembro	4.341	3.020

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo, portanto, imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	2.996	2.996
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	1.345	24
Total	4.341	3.020

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Rendimentos de rendas	149	142
Custos operacionais	12	23
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	5	6
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	7	17

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio em 2021 e 2022, e respetivo movimento ocorrido em ambos os exercícios, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Valor bruto	28.351	29.296
Amortizações e imparidades acumuladas	-10.311	-7.549
Saldo líquido a 31 de dezembro	18.040	21.747

(milhares de euros)

Ativos tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2022	2021
Saldo líquido a 1 de janeiro	21.747	12.697
Adições da IFRS 16	268	15.973
Transferências p/ propriedades de investimento	-1.321	-
Abates / Vendas	-	-
Abates / Vendas IFRS 16	-	-3.573
Imparidades - [(Dotação) / Utilização]	-	-
Amortizações imóveis IFRS 16	-3.108	-3.332
Amortizações imóveis próprios	-11	-19
Reavaliações	464	-
Saldo líquido a 31 de dezembro	18.040	21.747

A Companhia adotou a IFRS 16 - Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 - Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para dismantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Equipamento	16.877	53.427
Equipamento administrativo	1.941	6.020
Máquinas e ferramentas	661	2.314
Equipamento informático	3.552	27.181
Instalações interiores	914	4.554
Despesas edifícios arrendados	5.988	9.245
Material transporte	282	233
Ativos sob direito de uso (IFRS 16) - Material de transporte	3.232	3.104
Outras imobilizações corpóreas	307	776
Imobilizado em curso	-	-
Amortizações acumuladas	-14.112	-48.953
Equipamento	-11.568	-46.613
Ativos sob direito de uso (IFRS 16) - Material de transporte	-2.544	-2.340
Imparidades	-	-
	2.765	4.474

A Companhia adotou a IFRS 16 - Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 - Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de material de transporte e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para dismantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	Imobilizado em curso	Total
Saldo a 01 de janeiro de 2021	4.839	978	-	5.817
Adições	1.315	366	-	1.681
Transferências	-	-	-	-
Amortizações do exercício	-2.444	-580	-	-3.024
Abates/Vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	3.710	764	-	4.474
Adições	896	437	-	1.333
Transferências	-	-	-	-
Amortizações do exercício	-2.529	-486	-	-3.015
Abates/Vendas	-	-27	-	-27
Saldo a 31 de dezembro de 2022	2.077	688	-	2.765

NOTA 11 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	Edifícios Rendimento	Edifícios Uso Próprio	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Total
Saldo a 01 de janeiro de 2021	4.766	-	0	4.766
Transferências	-	-	-	-
Variações justo valor	145	-	-	145
Abates/Vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	4.911	-	0	4.911
Transferências	-	-	-	-
Variações justo valor	-	-	-	-
Abates/Vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2022	4.911	-	0	4.911

Os valores de Edifícios correspondem a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos, ou já se concretizaram em 2023, ou se perspectivam estarem concretizados em 2023, após a conclusão dos processos de licenciamento em curso, com a efetiva realização (Nota 9).

Em 2021, a Companhia firmou um acordo para a cedência das carteiras das sociedades: Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. O processo seguiu os tramites legais e de aprovação pelas autoridades regulatórias.

Em 2022 foram obtidas todas as aprovações e efetivada com efeitos a 1 de outubro de 2022 a transferência integral das referidas carteiras para um operador local, assim como todos ativos representativos das respetivas provisões técnicas. As companhias ficaram com serviços mínimos de suporte ao comprador até 31 de dezembro de 2022, não possuindo atividade operacional de seguros e encontram-se a preparar o processo de liquidação ou alienação.

Em relação à sua participação na Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A., não se concretizou a alienação do acordo formal de 2019. Assim, durante o ano de 2022 foram desenvolvidos vários contactos e disponibilizada informação, no sentido do respetivo dossier ser retomado a curto prazo.

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o *goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65.981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A.

O *goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e Vida financeiros, através do desconto dos *cash flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (EIOPA) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de Solvência II.

Em 2022 foi efetuado o teste de imparidade ao *goodwill* tendo por base o seu valor recuperável, com base no qual não se obteve qualquer indicador de imparidade. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. A estimativa do valor recuperável teve por base o plano de negócios da Companhia e respetivas projeções de *cash flows* descontadas a uma taxa de cerca de 9,8% (2021: 6,8%).

Em 31 de dezembro de 2022, o VIF corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor líquido de amortizações e imparidades de 3.376 milhares de euros (2021: 3.746 milhares de euros), referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (atual Gama Life - Companhia de Seguros de Vida, S.A.).

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida em 2006 à GNB - Companhia de Seguros de Vida (atual Gama Life - Companhia de Seguros de Vida, S.A.), tendo concluído pela existência de uma perda por imparidade no valor de 9.514 milhares de euros (2021: 11.196 milhares de euros).

O saldo das rubricas de *goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Goodwill	65.981	65.981
Value in force	-	-
Outros intangíveis	119.893	174.305
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	52.465	81.263
Software	6.764	26.784
Intangíveis em curso	1.396	399
Value in force	50.000	56.836
Ativos sob direito de uso (IFRS 16) - Software	9.268	9.023
Amortizações acumuladas	-100.010	-151.776
Outros intangíveis	-92.403	-145.794
Ativos sob direito de uso (IFRS 16) - Software	-7.607	-5.982
Imparidades	-9.514	-11.196
	76.350	77.314

O movimento ocorrido em ambos os exercícios, pode ser analisado como se segue:

(milhares de euros)

	Goodwill	Outros intangíveis	Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	Software	Intangíveis em curso	Value in Force	Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	Total
Saldo a 01 de dezembro de 2021	65.981	11.445	4.131	639	287	4.190	2.198	77.426
Adições	-	5.475	499	633	1.121	-	3.222	5.475
Amortizações do exercício	-	-7.136	-2.220	-385	-	-2.152	-2.379	-7.136
Imparidades	-	1.708	-	-	-	1.708	-	1.708
Transferências	-	-159	850	-	-1.009	-	-	-159
Saldo a 31 de dezembro de 2021	65.981	11.333	3.260	887	399	3.746	3.041	77.314
Adições	-	3.250	618	324	2.063	-	245	3.250
Amortizações do exercício	-	-5.867	-1.828	-362	-	-2.052	-1.625	-5.867
Imparidades	-	1.682	-	-	-	1.682	-	1.682
Transferências	-	-29	1.037	-	-1.066	-	-	-29
Saldo a 31 de dezembro de 2022	65.981	10.369	3.087	849	1.396	3.376	1.661	76.350

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado como segue:

(milhares de euros)

	2023	2024	2025	2026	Após	Total
Amortização estimada	362	352	333	326	2.003	3.376

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Amortizações do exercício de ativos intangíveis	5.867	7.136
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	763	928
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	1.995	2.426
Gastos administrativos	2.816	3.425
Gastos financeiros		
Outros	293	357

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ativo bruto	49.865	61.081
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	38.916	41.855
- reembolsos de sinistros	2.780	3.490
Mediadores de seguro	6.537	7.909
Cosseguradoras	1.633	7.827
Ajustamentos	-7.557	-8.308
Recibos por cobrar	-5.606	-6.204
Créditos de cobrança duvidosa	-1.951	-2.104
Ativo líquido	42.308	52.773

Os reembolsos brutos de imparidades e exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 1.649 milhares de euros (2021: 1.979 milhares de euros).

Em 2021, a rubrica recibos por cobrar incluía uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos negativos esperados do fim das moratórias de prazos de pagamentos de prémios, que só foram efetivamente conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 6,0 milhões de euros, e respeitante a diversos ramos.

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ativo bruto	14.860	14.444
Resseguradores	8.880	9.465
Ressegurados	5.980	4.979
Ajustamentos	-6.080	-5.082
Créditos de cobrança duvidosa	-6.080	-5.082
Ativo líquido	8.780	9.362

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Ressegurados” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 4,8 milhões de euros (2021: 4,3 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 4,8 milhões de euros (2021: 4,3 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Ressegurados” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias em Moçambique, no valor total de cerca de 1,0 milhões de euros (2021: 0,5 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 0,8 milhões de euros (2021: 0,4 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ativo bruto	36.156	33.243
Entidades relacionadas	8.796	8.223
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	902	153
IFAP	8.198	9.028
FAT	1.163	1.469
Gestão por conta IDS e Representadas	10.401	7.514
Cauções	147	173
Planos de pagamento	3.132	2.535
Rendas e outros valores à cobrança	241	259
Pessoal	174	79
Clientes	334	288
Outros valores a receber	2.669	3.522
Ajustamentos	-17.113	-16.920
Créditos de cobrança duvidosa	-17.113	-16.920
Ativo líquido	19.043	16.323

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 6,2 milhões de euros (2021: 6,0 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 6,2 milhões de euros (2021: 6,0 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias de Moçambique, no valor de cerca de 1,9 milhões de euros (2021: 1,8 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 1,4 milhões de euros (2021: 1,3 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ajustamento de recibos por cobrar		
Saldo em 1 de janeiro	6.204	8.480
Dotações do exercício	-	-
Reversões do exercício	-598	-2.276
Saldo em 31 de dezembro	5.606	6.204
Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa		
Saldo em 1 de janeiro	24.106	23.049
Dotações do exercício	1.038	1.057
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro	25.144	24.106

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Acréscimos de rendimentos	554	609
- Profit commission de resseguro	55	277
- Prestações de serviços	499	332
Gastos diferidos	2.074	2.714
- Seguros	95	102
- Rendas	265	281
- Outros serviços	1.714	2.331
Total	2.629	3.323

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo em 2022 no valor de 22.766 milhares de euros, (2021: 27.490 milhares de euros), diz respeito a contratos de investimento comercializados pela Companhia, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life - Companhia de Seguros de Vida, S.A.).

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	6.107	8.592
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	282	196
- Contas correntes	13.883	12.980
Cosseguradoras	3.857	4.998
Prémios recebidos antecipadamente	40.101	41.686
Total	64.230	68.452

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Resseguradores	19.757	22.126
Ressegurados	80	100
Total	19.837	22.226

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Entidades relacionadas	7	25
Outros fornecedores de bens e serviços	678	436
IFAP	994	1.047
Pensões AT	1.755	1.162
Outros valores a pagar	15.175	6.985
Total	18.609	9.655

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Rendimentos diferidos	42	78
- Rendas	42	78
Acréscimo de custos	81.327	66.198
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	27.089	24.938
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	26.749	24.505
- Fornecimentos e serviços externos	27.359	16.610
- Impostos	130	145
Total	81.369	66.276

Os valores de Acréscimos de Custos com pessoal incluem estimativas de custos reestruturação no montante de 9.943 milhares de euros (2021: 8.795 milhares de euros).

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Contingências fiscais e de segurança social	428	428
Contingências judiciais	1.150	469
Outras provisões	2.299	330
Total	3.877	1.227

(milhares de euros)

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	1.227	782
Dotações do exercício	2.696	460
Utilizações do exercício	-45	-15
Saldo em 31 de dezembro	3.877	1.227

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos		Variação PPNA		Prémios adquiridos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Vida						
Tradicionais	64.529	54.525	414	1.097	64.115	53.428
PPR e Capitalização com participação nos resultados	7.511	23.562	-	-	7.511	23.562
Não Vida						
Acidentes e Doença	442.647	418.290	5.884	3.046	436.763	415.244
Incêndio e Outros Danos	158.107	150.392	3.672	2.323	154.435	148.069
Automóvel	426.857	405.957	7.203	507	419.654	405.450
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.820	4.794	-17	88	4.837	4.706
Responsabilidade Civil geral	22.702	22.002	366	164	22.336	21.838
Crédito e caução	53	59	-7	-17	60	76
Proteção jurídica	8	8	-	-	8	8
Assistência	56.710	53.537	1.256	931	55.454	52.606
Diversos	3.105	3.557	2	58	3.103	3.499
Total	1.187.049	1.136.683	18.773	8.197	1.168.276	1.128.486

Em 2021, a rubrica de prémios brutos emitidos incluía uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos negativos esperados do fim das moratórias de prazos de pagamentos de prémios, que só seriam efetivamente conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 6,0 milhões de euros, e respeitante a diversos ramos.

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios emitidos de resseguro		Variação PPNA		Prémios adquiridos de resseguro	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Vida						
Tradicionais	11.998	16.856	1	-3	11.997	16.859
PPR e Capitalização com participação nos resultados	269	6.335	-	-	269	6.335
Não Vida						
Acidentes e Doença	25.551	25.581	710	1.288	24.841	24.293
Incêndio e Outros Danos	54.495	55.754	139	1.297	54.356	54.457
Automóvel	2.592	2.364	-	-	2.592	2.364
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.749	1.684	-23	-87	1.772	1.771
Responsabilidade Civil geral	3.410	3.107	395	-244	3.015	3.351
Crédito e caução	-	-	-1	-5	1	5
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	28.690	29.760	101	-1.706	28.589	31.466
Diversos	2.363	3.056	-140	-14	2.503	3.070
Total	131.117	144.497	1.182	526	129.935	143.971

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não Vida de 2022, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Acidentes e Doença	440.069	435.114	268.820	99.806	-5.697
Incêndio e Outros Danos	157.721	153.909	110.691	43.829	-16.907
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	252.708	249.651	238.254	53.388	-2.314
- Outras coberturas	173.979	169.823	92.133	45.792	-1.163
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.801	4.809	2.024	1.346	-356
Responsabilidade Civil geral	22.682	22.312	13.132	6.677	8.653
Crédito e caução	53	60	-152	16	-74
Proteção jurídica	8	8	39	5	-
Assistência	56.710	55.454	-	17.707	-28.560
Diversos	3.105	3.103	3.962	680	1.003
Total	1.111.836	1.094.243	728.903	269.246	-45.415
Resseguro Aceite	3.173	2.407	941	650	-181
Total Geral	1.115.009	1.096.650	729.844	269.896	-45.596

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	72.040	78.087
Relativos a contratos individuais	48.076	72.067
Relativos a contratos de grupo	23.964	6.020
	72.040	78.087
Periódicos	67.693	69.033
Não periódicos	4.347	9.054
	72.040	78.087
De contratos sem participação nos resultados	43.212	53.845
De contratos com participação nos resultados	28.828	24.242
	72.040	78.087
Saldo de resseguro	-515	-5.143

NOTA 15 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 – RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordadas na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Juros	35.611	33.593
Ativos financeiros disponíveis para venda	35.159	33.026
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	216	357
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	63	288
Depósitos, empréstimos e outros ativos	173	-78
Rendas	149	142
Terrenos e edifícios	149	142
Dividendos	8.604	4.391
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.296	273
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.308	4.118
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Total	44.364	38.126

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	18.308	17.886
De outros emissores	17.129	15.785
Ações	2.409	390
Outros títulos de rendimento variável	6.195	4.002
Imóveis	149	142
Depósitos	167	-88
Empréstimos e outros ativos	7	9
Total	44.364	38.126

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Custos imputados à função investimentos	6.652	7.224
Custos diretos de funcionamento	12	22
Total	6.664	7.246

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao justo valor por resultados	6.641	-56.690	-50.049	7.866	-2.484	5.382
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.641	-56.690	-50.049	7.866	-2.484	5.382
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Financeiros - Ao justo valor por resultados	1	-203	-202	2	-26	-24
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1	-203	-202	2	-26	-24
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos não correntes classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios - Uso próprio	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	-	-	-	-	-	-
Total	6.642	-56.893	-50.251	7.868	-2.510	5.358

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB–Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life - Companhia de Seguros de Vida, S.A.) respeitante a contratos de investimento não *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -6 milhares de euros (2021: -63 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao justo valor	9.625	-1.120	8.505	387	-393	-6
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
- Títulos de dívida	1	-99	-98	1	-331	-330
- Ações, UP e outros títulos de rendimento variável	363	-1.021	-658	386	-62	324
Ativos financeiros detidos para negociação	9.261	-	9.261	-	-	-
Não Financeiros	-	-	-	69	-34	35
Terrenos e edifícios - Rendimento	-	-	-	69	-34	35
Terrenos e edifícios - Serviço próprio	-	-	-	-	-	-
Ativos não correntes classificados como detidos para venda	-	-	-	145	-	145
Terrenos e edifícios - Rendimento	-	-	-	145	-	145
Terrenos e edifícios - Serviço próprio	-	-	-	-	-	-
Total	9.625	-1.120	8.505	601	-427	174

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life - Companhia de Seguros de Vida, S.A.) respeitante a contratos de investimento *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Os valores de 2022 de Ativos financeiros detidos para negociação referem-se a um acordo venda de *forward contracts* sobre a dívida pública portuguesa, estabelecido pela Companhia em junho com o acionista Assicurazioni Generali, S.p.A. e que permitiu equilibrar a duração entre ativos e passivos e mitigar o risco de *spread* em relação ao emitente em causa.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de 802 milhares de euros (2021: -22 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	710	-220	490	1.152	-120	1.032
Ativos financeiros detidos para negociação	7.295	-8.183	-888	5.300	-6.641	-1.341
Outros	1.780	-1.288	492	2.043	-1.487	556
Total	9.785	-9.691	94	8.495	-8.248	247

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Outros rendimentos técnicos	14.546	12.237
Comissões de gestão de cosseguro	96	107
Taxas de gestão de sinistros	166	-
Outros rendimentos técnicos	-	53
Gestão por conta de sinistros	14.283	12.078
Outros gastos técnicos	18.074	15.281
Comissões de gestão de cosseguro	462	463
Outros gastos fundo pensões	-	17
Gestão por conta de sinistros	17.612	14.800
Total	-3.528	-3.044

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Outros rendimentos não técnicos	10.868	1.541
Restituição de impostos	7.696	113
Outros ganhos	1.166	1.085
Juros e outros ganhos financeiros	1.798	13
Serviços prestados	209	330
Outros gastos não técnicos	3.217	2.716
Donativos	63	35
Mecenato	29	67
Ofertas a clientes	13	17
Multas	6	8
Quotizações	41	32
Dívidas incobráveis	141	553
Outros gastos	2.795	1.848
Serviços bancários e juros de mora	129	157
Total	7.651	-1.175

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função é como segue:

(milhares de euros)
(%)

2022	Custos com sinistros		Custos de aquisição		Custos administrativos		Custos com investimentos		Total	
Custos com pessoal	12.315	18%	24.889	36%	30.194	44%	1.754	2%	69.152	100%
Fornecimentos e serviços externos	5.948	10%	23.931	40%	28.847	49%	374	1%	59.100	100%
Impostos	-	0%	5.154	68%	2.395	32%	6	0%	7.555	100%
Amortizações	830	7%	2.019	17%	8.840	73%	312	3%	12.001	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	4.206	100%	4.206	100%
Total	19.093	13%	55.993	37%	70.276	46%	6.652	4%	152.014	100%

(milhares de euros)
(%)

2021	Custos com sinistros		Custos de aquisição		Custos administrativos		Custos com investimentos		Total	
Custos com pessoal	11.719	16%	23.474	33%	34.391	48%	2.382	3%	71.966	100%
Fornecimentos e serviços externos	6.265	12%	18.926	36%	26.465	51%	521	1%	52.177	100%
Impostos	-	0%	4.696	70%	2.013	30%	3	0%	6.712	100%
Amortizações	1.310	10%	3.082	23%	8.339	61%	779	6%	13.510	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	3.539	100%	3.539	100%
Total	19.294	13%	50.178	34%	71.208	48%	7.224	5%	147.904	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Eletricidade e Água	270	280
Combustíveis	754	474
Material de escritório, impressos e outros	68	27
Artigos para oferta	564	198
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	1.686	1.402
Manutenção de equipamento informático	6.003	6.733
Rendas	1.173	1.772
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	870	631
Despesas de deslocação e representação	603	322
Comunicações telefónicas e redes	719	914
Correios	1.390	1.769
Seguros	125	316
Avenças e honorários	489	184
Publicidade e marketing	11.612	8.678
Limpeza, higiene e conforto	453	387
Vigilância e segurança	180	264
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	13.572	10.786
Serviços e desenvolvimentos informáticos	14.457	14.316
Quotizações APS	494	641
Cobrança de prémios	1.702	1.659
Formação de mediadores	563	127
Trabalho temporário	90	42
Outros serviços e fornecimentos diversos	1.263	255
Total	59.100	52.177

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG, relativos ao exercício de 2022, excluindo despesas e imposto sobre o valor acrescentado, ascendem a 883 milhares de euros, dos quais 550 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas/ Auditoria, 150 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente no âmbito de Solvência II, dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e emissão de relatórios sobre sistema de controlo interno, e 183 milhares de euros relativos a outros serviços, neste caso a serviços no âmbito de *due diligence*.

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Taxa para a ASF	2.730	2.563
Taxa para o FAT	2.367	1.974
Imposto municipal sobre imóveis	-	1
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	2.260	1.977
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	164	156
Outros impostos, taxas e licenças	34	41
Total	7.555	6.712

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	1.828	1.951
Software	362	385
Outros ativos intangíveis	2.052	2.421
Equipamento informático	897	724
Imóveis de uso próprio	11	19
Equipamento administrativo e máquinas	204	238
Instalações interiores	107	118
Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	5.219	6.291
Outro equipamento	1.321	1.363
Total	12.001	13.510

O montante de Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Juros de empréstimos	1.814	506
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	2.069	2.827
Total	4.206	3.539

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	138.947	131.194
Custos imputados	55.993	50.178
Outros custos de aquisição	31.532	28.247
Custos de aquisição diferidos (variação)	-6.425	2.253
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	3.760	4.338
Custos imputados	70.276	71.208
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-10.823	-16.695
Total	283.260	270.723

NOTA 22 – GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia segregado por categoria profissional é analisado como segue:

	2022	2021
Diretores / Gestão de topo	36	24
Gestores / Gestão intermédia	141	103
Coordenadores / Gestão operacional	94	103
Técnicos	313	283
Especialistas / Operacionais	485	570
Auxiliares	1	2
Total	1.070	1.085

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

	2022	2021
Remunerações - Órgãos Sociais	837	698
Remunerações - Pessoal	48.929	47.282
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	115	117
Encargos sobre remunerações - Pessoal	11.341	9.798
Planos de contribuição definida	1.443	979
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	-82	7.168
Benefícios de cessação de emprego	2.887	4.000
Seguros obrigatórios	533	672
Gastos de ação social	2.045	796
Formação	825	298
Outros gastos com pessoal	280	159
Total	69.152	71.966

(milhares de euros)

Os valores de Benefícios de cessação de emprego de 2021 e 2022 englobam os montantes tanto já incorridos como os ainda estimados relativos ao processo de reorganização aprovado pelo Conselho de Gestão Executivo, no seguimento dos processos de alteração acionista e de fusão ocorridos em 2020.

Os custos com pessoal incluem em 2022 um custo com planos individuais de reforma de 1.443 milhares de euros (2021: 979 milhares de euros), dos quais 49 milhares de euros (2021: 49 milhares de euros) dizem respeito aos Órgãos Sociais.

Os custos com pessoal incluem ainda em 2022 um custo com planos de pagamentos de ações de 738 milhares de euros (2021: 449 milhares de euros), dos quais 435 milhares de euros (2021: 266 milhares de euros) dizem respeito aos Órgãos Sociais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos Órgãos Sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral, dos Colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de Funções-Chave e Colaboradores com Outras Funções Relevantes são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assume a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, a Companhia declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo, ex-empregados e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este Contrato Coletivo de Trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Entretanto, a Companhia celebrou em 15 de janeiro de 2019 o primeiro Acordo de Empresa (AE) conjunto com os representantes dos diversos sindicatos do setor, Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), SISEP - Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal e no STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, que foi publicado no BTE, n.º 5 de 8 de fevereiro de 2019 e substituiu os anteriores IRCT aplicados na Companhia. No caso das entidades que foram incorporadas em 2020, a celebração do acordo foi em 8 de março de 2019 e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 13 de 8 de abril de 2019.

As condições e clausulados previstos neste novo AE vieram alterar um conjunto de Benefícios atribuídos aos empregados da Companhia, nomeadamente:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores estão abrangidos por um plano de contribuição definida, ao abrigo do qual a Companhia fará anualmente contribuições de 3,25% sobre a retribuição base anual do trabalhador. Sem prejuízo, os trabalhadores pré-reformados ou reformados antes de 1 de janeiro de 2019, continuarão abrangidos pelos sistemas previstos nos instrumentos de regulamentação coletivo aplicáveis à data em que se pré-reformaram ou reformaram;
- ii) o prémio anual de carreira equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos). Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

O ano de 2021 foi marcado pela vigência simultânea de dois IRCT na Companhia, por um lado o AE da fusionada Seguradoras Unidas, S.A. e por outro, o ACT da fusionada Generali Seguros, S.A.. Foi por isso imperativo negociar um único Acordo de Empresa, de forma a regular as mesmas relações de trabalho e benefícios para todos os trabalhadores da empresa.

Já no decurso do mês de outubro de 2021, foi assinado por todas as partes envolvidas, o novo Acordo de Empresa (AE) para os 3 anos seguintes e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 8 de 28 de fevereiro de 2022.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Companhia é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2022.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados pertencentes ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, são os seguintes:

	2022	2021
Pressupostos financeiros		
Taxa média de evolução salarial	n.a.	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,70%	0,50%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,70%	0,50%
Taxa de desconto	4,05%	0,60%
Probabilidade de passagem à pré-reforma	0,00%	0,00%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores da Global Seguros, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2022	2021
Pressupostos financeiros		
Taxa média de evolução salarial	1,71%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,70%	0,50%
Taxa de desconto	4,05%	1,00%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	GKF 95	GKF 95
Mulheres	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores das sociedades Generali - Companhia de Seguros e Generali Vida - Companhia de Seguros, do Fundo de Pensões Generali, antes da liquidação das responsabilidades são as seguintes:

	2022	2021
Pressupostos financeiros		
Taxa média de evolução salarial	n.a.	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	n.a.	0,50%
Taxa de desconto	n.a.	1,00%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	n.a.	GKF 95
Mulheres	n.a.	GKF 95
Tábua de invalidez	n.a.	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	n.a.	<i>Project Unit Credit Method</i>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

O número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2022	2021
Ativos	22	22
Reformados	215	231
	237	253

As responsabilidades por serviços passados da Companhia, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	-12.230	-2.765	-14.995	-16.608	-7.203	-23.811
Saldo do fundo em 31 de dezembro	21.393	-	21.393	25.167	-	25.167
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro	9.163	-2.765	6.398	8.559	-7.203	1.356

Em 2022 a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo inclui as responsabilidades com os benefícios de contribuição definida de 1.144 milhares de euros (2021: 626 milhares de euros) e as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 114 milhares de euros (2021: 173 milhares de euros).

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelo Fundo para a Companhia através da aquisição de apólices de seguros de Vida (rendas) junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (entidade cuja fusão por incorporação na Seguradoras Unidas, S.A. ocorreu em 30 de dezembro de 2016).

O número de pensionistas (rendeiros) coberto por essas apólices ascende a 180 (2021: 210), e o valor total da responsabilidade ascende a 3.483 milhares de euros (2021: 3.885 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades com pensões em pagamento da Companhia encontravam-se integralmente financiadas. Os planos de pensões em questão são não contributivos e independentes da Segurança Social, sendo financiados pelos fundos de pensões da Companhia.

A *duration* das responsabilidades da Companhia apresenta uma duração de cerca de 6 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade) e 7 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	16.608	7.203	23.811	20.411	94	20.505
Alteração do plano	-	-	-	-	7.151	7.151
Custo do serviço corrente	152	-	152	13	-	13
Custo dos juros	-	38	38	124	-	124
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-2.441	-4.197	-6.638	-1.465	-12	-1.477
Pensões pagas pelo fundo	-2.089	-	-2.089	-2.335	-	-2.335
Benefícios pagos pela Companhia	-	-279	-279	-	-30	-30
<i>Curtailment</i>	-	-	-	-141	-	-141
Efeito Fusão	-	-	-	1	-	1
Responsabilidades em 31 de dezembro	12.230	2.765	14.995	16.608	7.203	23.811

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Saldo do fundo em 1 de janeiro	25.167	-	25.167	25.433	-	25.433
Settlement de benefícios	-	-	-	-209	-	-209
Rendimento real do fundo						
Rendimentos de juros	196	-	196	120	-	120
Ganhos e perdas atuariais	-1.792	-	-1.792	1.136	-	1.136
Pensões pagas pelo fundo	-2.089	-	-2.089	-2.335	-	-2.335
Asset ceiling	-	-	-	1.022	-	1.022
Transferências para outros fundos de pensões	-89	-	-89	-	-	-
Saldo do fundo em 31 de dezembro	21.393	-	21.393	25.167	-	25.167

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro	-10.989	153	-10.836	-7.366	165	-7.201
(Ganhos) e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	-2.441	-4.197	-6.638	-1.465	-12	-1.477
- nos ativos do plano	1.792	-	1.792	-1.136	-	-1.136
Asset ceiling	-	-	-	-1.022	-	-1.022
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	-11.638	-4.044	-15.682	-10.989	153	-10.836

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	-8.559	7.203	-1.356	-5.022	94	-4.928
Alteração do plano	-	-	-	-	7.151	7.151
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-2.441	-4.197	-6.638	-1.465	-12	-1.477
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	1.792	-	1.792	-1.136	-	-1.136
Encargos do ano:	-	-	-	-	-	-
- Custo do serviço corrente	152	-	152	13	-	13
- Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	-196	38	-158	4	-	4
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-279	-279	-	-30	-30
Asset ceiling	-	-	-	-1.022	-	-1.022
Transferências para outros fundos de pensões	89	-	89	68	-	68
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	-9.163	2.765	-6.398	-8.559	7.203	-1.356

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2022			2021		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Custo do serviço corrente	152	-	152	137	-	137
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	-196	-38	-234	-120	-	-120
Alteração do plano	-	-	-	-	7.151	7.151
Custos do exercício	-44	-38	-82	17	7.151	7.168

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2022		2021	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	-194	200	-310	322
Variação na evolução das pensões	242	-236	363	-352
Variação na evolução dos salários	44	-43	70	-67

Tendo em atenção que coexistem três fundos, os ativos do fundo de pensões total são reportados em separado, conforme 3 quadros seguintes. Os valores de ativos abaixo divulgados, e que não incluem qualquer ativo no Grupo, representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.017	1.595
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	11.522	12.335
Liquidez	259	1.024
Outros ativos	-	222
	12.798	15.176

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros extinguiu a adesão coletiva n.º 2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos, que não incluem qualquer ativo no Grupo, podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.887	2.171
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	11.100	11.859
Imobiliário	1.131	1.122
Liquidez	260	1.352
Subscrições e resgates em processamento	-	-317
Outros ativos	788	1.388
	15.166	17.575

Os valores de ativos abaixo divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões Generali e podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Ações e outros títulos de rendimento variável	484	448
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	9.179	8.017
Liquidez	311	2.120
	9.974	10.585

Do valor total dos ativos dos 3 fundos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, Fundo de Pensões Açoreana Seguros e Fundo de Pensões Generali) cerca de 43% (2021: 41%) dizem respeito a ativos a cobrir os planos de contribuição definida. O valor total dos ativos dos 3 fundos estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na Nota 6, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Nível 1	35.763	40.880
Nível 2	-	1
Nível 3	2.175	2.455
	37.938	43.336

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
1 de janeiro	2.454	1.377
Correção imóveis	-	1.008
1 de janeiro ajustado	2.454	2.385
Compras	413	672
Alienações	-747	-653
Variação de justo valor	55	50
31 de dezembro	2.175	2.454

O nível 3 é representado essencialmente por fundos imobiliários fechados e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 218 milhares de euros (2021: 245 milhares de euros).

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo que em 2022 se registou um prejuízo fiscal, o cálculo do imposto corrente correspondeu exclusivamente à tributação autónoma estimada. Em 2021 o cálculo do imposto corrente foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5%, que corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2019, sendo de referir que relativamente à companhia fusionada Generali - Companhia de Seguros, S.A. também já foi recebido o relatório sobre os primeiros nove meses de 2020, isto é, até à data da fusão. Genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspecionadas.

Não obstante, já depois de ter inspecionado os exercícios de 2015 e 2016, a Autoridade Tributária decidiu proceder, em 2018, à inspeção sobre o exercício de 2014, exercício este que já tinha sido alvo de análise aquando do requerimento de manutenção de prejuízos fiscais solicitado pela Companhia em 2015 com decisão favorável da Autoridade Tributária no mesmo ano.

Desta inspeção ao exercício de 2014 resultaram divergências, maioritariamente relativas à aceitação de menos-valias sobre a venda de títulos, com impacto negativo nos resultados de 2018 no valor de 24,9 milhões de euros (0,5 milhões de euros de insuficiência de estimativa de imposto e 24,4 milhões de euros de reversão de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais), sendo que estas divergências foram impugnadas judicialmente pela Companhia.

De uma forma geral e referentes a questões fiscais de IRC, IVA, IMT e Imposto do selo, a Companhia já submeteu ou está a preparar a submissão de processos de impugnação judicial no valor total de cerca de 39,6 milhões de euros relativos a impostos e juros pagos ou à não aceitação de prejuízos fiscais, atinentes fundamentalmente a IRC dos exercícios de 2006 e 2014, no valor de 8,4 e 24,9 milhões de euros, respetivamente. No caso de as decisões judiciais serem favoráveis os respetivos valores serão considerados proveitos nos exercícios em que essas decisões sejam conhecidas e irrevogáveis, limitado, nos casos de IRC, à limitação temporal de utilização de reporte fiscal.

Os exercícios ainda não inspecionados estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

As entidades fusionadas na Companhia apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte inicial	Reporte utilizado	Adequação do reporte	Reporte por utilizar	Último ano para utilização
2014	2.054	-	-2.054	-	n/a
2015	18.898	-	-10.452	8.446	n/a
2016	104.016	-	-574	103.442	n/a
2018	-	-	7.357	7.357	n/a
2019	17.735	-	5.713	23.449	n/a
2022	8.074	-	-	8.074	n/a
Total	150.778	0	-10	150.767	

A adequação do reporte entre os exercícios decorre das inspeções efetuadas, das diferenças entre as estimativas de imposto e os cálculos finais da Declaração de IRC (Modelo 22), e ainda devido à alteração de anos com a aprovação dos requerimentos em curso junto da Autoridade Tributária.

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, a Companhia realizou um teste de recuperabilidade do total dos prejuízos fiscais das 6 entidades fusionadas face ao plano de negócio aprovado pelos órgãos de gestão e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

Com aprovação do OE 2023, verificaram-se duas alterações ao regime de dedução de prejuízos fiscais reportáveis. Por um lado, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável (70% na versão anterior). Por outro, a utilização dos prejuízos fiscais reportáveis deixou de ter um limite temporal.

Em virtude da fusão ocorrida os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e do último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Em 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirido pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF.

Tendo em atenção esta alteração da titularidade de mais de 50% do capital social a dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do artigo 52.º do Código do IRC, fica limitada. No entanto, esta condicionante pode ser evitada se for apresentado um requerimento de pedido de autorização para manutenção dos mesmos e a Autoridade Tributária permitir o uso dos ditos, se reconhecer interesse económico da operação, conforme n.º 12 do artigo 52.º do Código do IRC.

Dado o exposto, e considerando que a situação subjacente se enquadra também no âmbito da incerteza sobre tratamentos de imposto de rendimento, torna-se necessário determinar se este ativo de imposto devia ser reconhecido aplicando os requisitos da IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento, e em conformidade com a interpretação definida na IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos, que foi aplicada para os exercícios que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

Esta interpretação acima referida veio clarificar que podia ser considerado um ativo de imposto, caso fosse relativo a impostos sobre o rendimento, aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria em causa.

Dado que o requerimento foi apresentado de maneira pontual e oportuna à Autoridade Tributária, e dentro dos prazos estabelecidos pela lei (condição formal), e o interesse económico reconhecido da operação (condição material) era evidente e de conhecimento público, sendo minuciosamente detalhado no requerimento, foi sempre entendimento da Companhia poder reconhecer o ativo fiscal decorrente dos prejuízos fiscais existentes à data de 31 de dezembro de 2019, no montante de 41.424 milhares de euros, dado entender ser provável que o requerimento sobre os mesmos viesse a ser aceite.

Em 2022 foi rececionado o deferimento da Autoridade Tributária do requerimento, confirmando assim o entendimento da Companhia. Subsequentemente, e considerando que a Companhia não havia utilizado os prejuízos fiscais pendentes de aprovação nos períodos de 2020 e de 2021, foi submetida uma reclamação graciosa à apreciação da Autoridade Tributária com o objetivo de recuperar os montantes de imposto pagos em excesso.

À presente data, o referido processo administrativo ainda se encontra pendente de concretização por parte dos serviços da Autoridade Tributária.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2022		2021	
	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
Imposto sobre o rendimento	33.043	-	11.215	7.339
Retenção de imposto na fonte	1	1.499	30	1.541
Imposto sobre o valor acrescentado	82	560	82	356
Outros impostos e taxas	2.706	16.314	2.539	17.089
Contribuições para a segurança social	33	977	55	970
Total	35.865	19.350	13.922	27.294

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço pelo seu líquido podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
Rubricas	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Investimentos	91.593	37.026	-	-26.877	91.593	10.148
Benefícios pós-emprego	5.387	4.611	-	-	5.387	4.611
Provisões não aceites	2.756	2.083	-	-	2.756	2.083
Prejuízos fiscais	31.661	29.968	-	-	31.661	29.968
Imóveis	680	554	-	-	680	554
Value in force	2.667	3.165	-	-	2.667	3.165
Provisões técnicas	10.702	12.158	-	-	10.702	12.158
Outras diferenças temporárias	955	929	-	-	955	929
Total	146.400	90.494	-	-26.877	146.400	63.617

Em 2022, e originado pela fusão da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 19.304 milhares de euros (2021: 19.469 milhares de euros) decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através dos ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A. O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expectável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2022, e em função de (i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2023 e (ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Companhia alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 28,27% para 28,03% (diminuição de cerca de 509 milhares de euros).

Durante o exercício de 2022, a Companhia suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento (“I&D”), as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de consideração no Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial II (“SIFIDE II”), regulado no Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro e subsequentes alterações.

Deste modo, atentos os investimentos realizados em 2022 nesta área em particular, a Companhia está, atualmente, a preparar uma candidatura ao SIFIDE II, para a apresentar às entidades competentes no prazo legalmente estipulado, isto é, até ao final de maio de 2023.

Assim, a Companhia prevê finalizar o processo de candidatura até à data da submissão da Declaração de IRC (Modelo 22) relativa ao exercício de 2022, pelo que, o valor do benefício fiscal que venha a ser solicitado será refletido nesta declaração, na Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual (IES) de 2022, assim como no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2023.

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2022	Reserva de justo valor	Ganhos e perdas	Total
Imposto corrente	0	-650	-650
Estimativa de IRC	0	-	0
Imposto autónomo	-	-650	-650
Imposto diferido	96.166	-13.384	82.783
Investimentos	82.031	-586	81.445
Benefícios pós-emprego	-	776	776
Provisões não aceites	-	673	673
Prejuízos fiscais	14.005	-12.312	1.693
Imóveis	130	-5	125
Value in force	-	-498	-498
Provisões técnicas	-	-1.456	-1.456
Outras diferenças temporárias	-	24	24
Total	96.166	-14.034	82.133

(milhares de euros)

2021	Reserva de justo valor	Ganhos e perdas	Total
Imposto corrente	1.544	-14.300	-12.756
Estimativa de IRC	1.544	-13.842	-12.298
Imposto autónomo	-	-458	-458
Imposto diferido	16.450	-5.458	10.992
Investimentos	14.924	6.431	21.355
Benefícios pós-emprego	-	2.182	2.182
Provisões não aceites	-	-444	-444
Prejuízos fiscais	1.526	-13.258	-11.732
Imóveis	-	-6	-6
Value in force	-	-192	-192
Provisões técnicas	-	-280	-280
Outras diferenças temporárias	-	109	109
Total	17.994	-19.758	-1.764

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022	2021
Resultado antes de impostos	63.524	73.814
Taxa teórica de imposto	21,00%	29,3%
Imposto apurado com base na taxa oficial	-13.340	-21.628
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	-265	-1.299
Prejuízos fiscais desreconhecidos / Reporte de prejuízos fiscais não considerados	-2	425
Outros proveitos e custos excluídos de tributação/diferença de taxa ID's	151	3.077
Imposto autónomo	-650	-458
Imóveis	-5	-6
Benefícios fiscais	76	130
Imposto reconhecido nos resultados	-14.034	-19.758
Taxa de imposto efetiva	22,1%	26,8%

NOTA 25 - CAPITAL

Os valores desta nota encontrando-se visíveis no Mapa de Variação de Capitais Próprios.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social ascendia a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, e encontrava-se realizado em 84 milhões de euros, pelo seu anterior acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l..

A essa data, o capital não realizado, no valor de 98 milhões de euros, poderia ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.

Em 2016, o anterior acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

A 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF, sendo que os valores e condições atrás referidos de capital realizado, capital não realizado e prestações acessórias se mantiveram todos em vigor até 15 de dezembro de 2021, altura em que ocorreram as seguintes operações:

- realização parcial do capital não realizado, no valor de 6,5 milhões de euros;
- redução, por não realização, do restante capital não realizado, no valor de 91,5 milhões de euros;
- constituição de um empréstimo subordinado on demand, não realizado, no valor de 91,5 milhões de euros, com prazo fixo (5 anos) e um *fee* fixo, que de acordo com a IAS 32 não carece de registo no balanço por se tratar de um compromisso em forma de linha de crédito.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, o capital social ascende a 90,5 milhões de euros, representado por 90,5 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Os resultados dos exercícios de 2021 e de 2020 foram aplicados em 2022 e 2021, respetivamente, conforme indicado:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Resultados transitados	48.650	17.006
Pagamento de dividendos	-	-
Reserva legal	5.406	1.889
	54.056	18.895

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos e correntes

Os impostos diferidos e correntes reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva Desvios Atuariais

De acordo com a IAS 19 - Benefícios a empregados, a Companhia reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Reservas de justo valor de ativos financeiros	-248.805	109.762
Reserva por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	464	-
Reserva por impostos diferidos	65.335	-30.831
Outras reservas	166.363	155.374
- Reserva legal	57.198	51.792
- Reserva desvios atuariais	15.682	10.836
- Reservas livres	3.808	3.672
- Outras reservas	89.675	89.074
Reservas	-16.643	234.305

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Títulos de rendimento fixo	-259.618	141.116
Títulos de rendimento variável	7.667	15.106
Shadow accounting	3.146	-46.460
Reservas de justo valor	-248.805	109.762

A reserva de reavaliação líquida de impostos explica-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	2.346.187	2.298.570
Imparidade	-43.444	-43.191
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	2.302.743	2.255.379
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	2.050.988	2.411.809
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	-251.755	156.430
Reserva de reavaliação dos títulos reclassificados - Investimentos detidos até à maturidade	-196	-208
Reserva por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	464	-
Impostos diferidos e correntes	65.335	-30.831
Shadow accounting	3.146	-46.460
Reserva de reavaliação líquida de impostos	-183.006	78.931

O movimento da reserva de justo valor líquida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Saldo a 01 de janeiro	78.931	136.007
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-406.812	-77.256
Imparidade reconhecida no ano	-897	-19.866
Variações do Shadow accounting	49.606	22.052
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	96.166	17.994
Saldo a 31 de dezembro	-183.006	78.931

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	49.490	54.056
Número de ações (final do exercício)	90.500.000	90.500.000
Resultados por ação (em euros)	0,55	0,60

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Assicurazioni Generali S.p.A., à qual não foi pago qualquer dividendo nos exercícios de 2021 e 2022.

NOTA 29 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia: as entidades sob controlo ou influência significativa, os fundos de pensões, os membros do Conselho de Administração e do Comité de Gestão Executiva.

Para além dos membros dos Órgãos Sociais atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhe são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

Dado que a 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF, são consideradas entidades relacionadas da Companhia, em 2021 e 2022, todas as suas participadas e as restantes entidades que integram o Grupo Generali, ao qual pertence o atual acionista.

Os membros dos Órgãos Sociais são os seguintes: (i) Conselho de Administração (Jaime Anchústegui Melgarejo, João Vieira de Almeida, Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, Riccardo Candoni e Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo); (ii) Comité de Gestão Executivo (Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, João Carlos Dores Candeias Barata, Andrea Giovanni Giuseppe Fiorani, Joana Mafalda da Costa de Pina Pereira e Tiago Miguel Tavares Rodrigues) e (iii) Conselho Fiscal (Nelson Manuel Marques Fontan, Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento, Dinora Clara Feijão Margalho Botelho e Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier).

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- a) Subsidiárias (resseguro, gestão de sinistros e consultadoria)
- b) Associadas (resseguro e consultadoria)
- c) Outras entidades relacionadas (resseguro, gestão de seguros do ramo Saúde, seguros Vida e Não Vida, consultadoria, gestão de ativos, serviços informáticos e serviços médicos)

O montante global dos ativos e passivos da Companhia referente a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, incluindo provisões técnicas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2022				2021			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	-	885	13.716	303	-	1.752	14.159	286
CLOSE TO CUSTOMERS, A.C.E.	-	-	5.642	120	10	-	5.561	120
ESUMÉDICA	-	-	122	-	-	-	120	-
TRQ ANGOLA	-	-	1.817	4.024	-	-	1.012	2.121
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	467	-	152	846	352	-	550	1.159
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	233	-	2	113	198	-	11	316
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	86.528	-	-	-	69.870	-	-	-
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	-	-	94	645	35.942	-	-	600
ASSICURAZIONI GENERALI, S.P.A.	168.340	120.505	102.598	93.457	154.304	122.107	124.517	102.996
GENERALI OPERATIONS SERVICE PLATFORM S.R.L.	7	-	-	-	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	2.995	31.164	-	21	3.300	31.786	-
GENERALI ESPAÑA, S.A.	5.300	1.855	7.340	12.384	4.292	1.411	11.718	12.789
GENERALI EUROPEAN REAL ESTATE INVESTMENTS S.A.	502	-	-	1.405	2.680	-	-	-
GENERALI REAL ESTATE DEBT INVESTMENT FUND II	1.493	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI HORIZON B.V.	-	5.000	224	-	-	5.000	223	-
GENERALI IARD S.A.	147	-	5	4	186	52	79	29
GENERALI INSURANCE ASSET MANAGEMENT S.P.A.	-	-	80	-	-	-	560	-
GRUPO GENERALI ESPAÑA AGRUPACIÓN DE INTERÉS ECONÓMICO	2	-	-	-	2	-	-	-
GENERALI ROMANIA ASIGURARE REASIGURARE S.A.	5	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI PARTICIPATIONS NETHERLANDS N.V.	-	5.000	224	-	-	5.000	223	-
GENERALI DEUTSCHLAND VERSICHERUNG AG	11	7	264	25	19	59	-	-
GENERALI POIŠTOVNÁ, A. S.	0	-	-	-	-	1	-	-
GENERALI CESKA POJISTOVNA A.S	10	-	13	1	6	13	-	-
GENERALI EUROPE INCOME HOLDING S.A.	20.000	-	-	498	16.176	-	-	159
GENERALI REAL ESTATE LOGISTICS FUND S.C.S. SICAV-RAIF	20.000	-	-	393	20.000	-	-	114
GENERALI VERSICHERUNG AG (AUSTRIA)	23	5	1	21	72	-	-	-
GENERALI ASSURANCES GÉNÉRALES SA	241	-	-	-	20	-	-	-
L'EQUITÉ S.A. CIE D'ASSURANCES ET RÉASS.	158	-	-	-	71	1	-	-
EURÓPAI UTÁZÁSI BIZTOSÍTÓ ZRT.	7	-	-	-	8	-	-	-
GENERTEL S.P.A.	12	-	-	-	8	-	-	-
GENERALI BUSINESS SOLUTIONS S.C.P.A.	14	-	-	-	2	-	-	-
GENERALI ITALIA S.P.A.	-	-	-	-	79	-	-	-
	303.501	136.252	163.457	114.239	304.318	138.697	190.519	120.689

Em 2020 foi registado um reforço da imparidade sobre a participação financeira detidas sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. no valor total de 2,1 milhões de euros, valor este que acresce à imparidade registada em 2018 por 5,2 milhões de euros. Em 2020 foi registado também um reforço da imparidade sobre as participações financeiras detidas sobre as 2 subsidiárias de Moçambique no valor total de 0,4 milhões de euros, valor este que acresce às imparidades registadas em 2019 de 1,3 milhões de euros e em 2017 de 1,5 milhões de euros.

Em 2022 foi ainda registado um reforço de imparidade de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. de 0,6 milhões de euros (2021: reforço de 0,8 milhões de euros) e um reforço de imparidade sobre as 2 subsidiárias de Moçambique de 0,5 milhões de euros (2019: reforço de 0,4 milhões de euros).

Em 2021, a Companhia constituiu um empréstimo subordinado *on demand* no valor de 91,5 milhões de euros subscrito, e não realizado pelo acionista Assicurazioni Generali S.p.A., com prazo fixo (5 anos) e um *fee* fixo, que de acordo com a IAS 32 não carece de registo no balanço por se tratar de um compromisso em forma de linha de crédito.

Em 2022 não foi registado qualquer custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração (2021: 134 milhares de euros).

Em 2022 foi registado um custo com planos individuais de reforma de membros do Conselho de Administração no valor de 49 milhares de euros (2021: 49 milhares de euros).

Em 2022 foi registado um custo com planos de pagamentos de ações relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 435 milhares de euros (2021: 266 milhares de euros).

Em 2022 e 2021 não foram registados quaisquer custos com rescisões contratuais e respetivos encargos relativos a membros do Conselho de Administração.

Em 2022 e 2021 não foram feitas quaisquer transferências para os fundos de pensões de benefício definido.

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver adicionalmente informação divulgada na nota 22 e nas Políticas de Remuneração.

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 – COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia contratou um conjunto de garantias bancárias junto de instituições financeiras para fazer face a obrigações com entidades públicas no âmbito de contratação de seguros e cauções de autos de execução perante tribunais, que à data de 31 de dezembro de 2022 perfazem um total de 2.988 milhares de euros.

A Companhia celebrou em 6 de novembro de 2022 um acordo de parceria estratégica com os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”) e a sua subsidiária Banco CTT, S.A. (“Banco CTT”) com os seguintes componentes:

- a) subscrição pela Companhia de um aumento de capital social reservado de 25 milhões de euros no Banco CTT em contrapartida de uma participação de aproximadamente 8,71%;
- b) acordos de distribuição de longo prazo, com período de exclusividade renovável a cada 5 anos, para a distribuição pelos CTT e pelo Banco CTT de produtos de seguros de Vida e Não Vida da Companhia.

A Companhia espera que este acordo de parceria estratégica, que está sujeito a condições suspensivas, incluindo aprovações de autoridades reguladoras de banca e de seguros, esteja concluído antes do final de 2023.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.

As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018.

As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente alteração.

Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente alteração.

Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo.

As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente alteração.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018–2020 contendo as seguintes alterações às IFRS:

- permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS;
- esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9);
- remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e
- remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de *feedback* obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS *Practice Statement 2* – Fazendo julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: (i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, (ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e (iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS *Practice Statement 2* para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material: “A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento, em 7 de maio de 2021.

As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para (i) a classificação e mensuração de ativos (ii) passivos financeiros (iii) uma metodologia da cobertura e, (iv) novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

No que se refere a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, a norma passa a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

Relativamente ao risco de crédito de um ativo financeiro que não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma empresa de seguros, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2018-R emitida pela ASF.

A Companhia irá adotar esta norma em 1 de janeiro de 2023 simultaneamente com a norma IFRS 17 – Contratos de Seguro.

A esta data, a Companhia está a ultimar os impactos decorrentes da adoção desta norma. No entanto, considerando que a quase totalidade dos ativos da Companhia já está mensurada ao justo valor, os impactos esperados nos capitais próprios são reduzidos considerando as opções que a Companhia está a tomar no que respeita à classificação dos ativos.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurada e apresentada a *performance* dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A IFRS 17 estabelece os princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Neste sentido, os contratos de investimento sem participação nos resultados e contratos *Unit Linked* não são avaliados de acordo com os princípios da IFRS 17 e serão considerados no âmbito da IFRS 9, em linha com a abordagem considerada em ambiente de IFRS 4 / IAS 39.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de agrupar os contratos de seguro com riscos similares e geridos em conjunto (unidades de conta). Decorrente da análise às carteiras de contratos de seguro, as unidades de conta para o ramo Não Vida foram definidas com base na visão de risco, o que implica a separação das componentes de seguro dos contratos. As unidades de conta para o ramo Vida foram definidas com base nas características implícitas aos contratos, nomeadamente, a tipologia de risco e a sua gestão. Para resseguro, o nível de agregação foi definido ao nível do tratado de resseguro.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: (i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e (iii) restantes contratos em carteira. A onerosidade foi definida ao nível da unidade de conta sendo que cada uma é considerada onerosa ou rentável.

A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: (i) Modelo geral de mensuração – ou “*General measurement model*” (“GMM”); (ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “*Premium allocation approach*” (“PAA”); e (iii) a Abordagem da comissão variável – ou “*Variable fee approach*” (“VFA”).

Os grupos de contratos do ramo Não Vida foram mensurados de acordo o método PAA, uma vez que a maioria dos contratos tem um período de cobertura de um ano. Para os contratos com período de cobertura superior a um ano foi realizado o teste de elegibilidade que comprovou a adoção do método PAA.

Os grupos de contratos do ramo Vida foram mensurados da seguinte forma:

- Contratos com fronteira contratual até um ano são elegíveis para o método PAA
- Contratos de produtos financeiros com participação nos resultados que passem o teste de elegibilidade são mensurados pelo método VFA
- Os restantes contratos serão mensurados pelo método GMM

No caso do resseguro, os tratados com duração de 1 ano são elegíveis para o método PAA, sendo que os restantes tratados são mensurados pelo método GMM.

Para além disto, a IFRS 17 estabelece que o grupo de contratos apenas pode incluir contratos que distam até um ano, entre si. Neste sentido, para o grupo de contratos mensurados pelo método PAA, as unidades de conta não foram desagregadas por anos. Para o grupo de contratos mensurados pelo método VFA, as unidades de conta não foram desagregadas por anos, de acordo com a isenção definida na Comissão Europeia. Para os contratos mensurados pelo método GMM, estes foram agregados de acordo com o ano de subscrição.

A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro.

A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro.

Para a determinação da margem de lucro (CSM), a IFRS 17 define três abordagens para a sua determinação na data da transição: (i) Abordagem Retrospectiva Total – ou “*Full Retrospective approach*” (“FRA”); (ii) a Abordagem Retrospectiva Modificada – ou “*Modified Retrospective approach*” (“MRA”); e (iii) a Abordagem do Justo Valor – ou “*Fair Value approach*” (“FVA”).

Na transição para a IFRS 17 foram consideradas as três abordagens para a determinação da CSM, tendo por base a capacidade de aplicar a abordagem retrospectiva total e o tratamento da *business combination* ocorrida em 2016.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023. Da aplicação da IFRS 17 são expectáveis os seguintes impactos nos capitais próprios:

- Em Não Vida, o maior impacto negativo decorre da aplicação da taxa de desconto às responsabilidades, com maior enfoque nas responsabilidades de longo prazo do ramo Acidentes de Trabalho.
- Em Vida, verificou-se um impacto positivo pela extensão das fronteiras contratuais dos produtos de risco e um impacto negativo decorrente do reconhecimento da margem de lucro e da aplicação de uma taxa de desconto mais baixa às responsabilidades.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Companhia

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam:

- a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser substantivo;
- b) esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores a compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- c) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex.: dívida convertível).

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024. A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)

O IASB emitiu em setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.

As alterações confirmam que:

- No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação.
- Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.

Um vendedor - locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.

De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor - locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024. A Companhia encontra-se a avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
1 - FILIAIS, SUBSIDIÁRIAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em subsidiárias							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
TRQ ANGOLA	2.450			2.986,90	7.317.897,10	0,00	0,00
TRQ MOÇAMBIQUE CS	99.996			13,61	1.361.259,95	0,00	0,00
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	117.596			15,39	1.810.331,96	0,00	0,00
subtotal	220.044	0,00			10.489.491,01		2,00
Total	220.044	0,00			10.489.491,01		2,00
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
BANCO ESPIRITO SANTO-REG (BES PL)	243.000			0,72	175.670,10	0,00	0,24
BANIF SGPS	6.954.651.167			0,00	0,00	0,00	0,00
BPG SA	10.472			2,09	21.905,33	0,34	3.605,65
CENTRONOVOFUNCHAL, S.A.	42.233			10,72	452.741,10	11,56	488.186,87
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3.195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21.752,48	0,00	0,00
ENTIGERE	23.200			0,00	0,00	0,00	0,00
ESTELA GOLF	40			5.540,45	221.618,00	0,00	0,00
FINPRO SCR SA	2.284.652			0,00	0,00	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
IMOVALOR	90.000			0,00	0,00	0,00	0,00
NOS ACORES	13.936			24,65	343.497,32	1,86	25.929,87
NOS MADEIRA	17.314			62,39	1.080.220,46	16,65	288.328,80
Portugal Capital Ventures S.C.R. S.A.	2.525			6,06	15.300,49	0,00	0,00
S.N.I.SOC NAC IMOBILIARIA SA	7.500			0,00	0,00	0,00	0,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SONAGI SA (SNG PL)	55.600			0,44	24.293,86	4,10	227.960,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7.500			14,66	109.986,38	3,23	24.245,48
subtotal	6.957.449.568	0,00			2.470.186,26		1.058.257,91
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	201.403.854			0,00	0,20	0,01	1.341.349,67
EXPLORER II	80			10.145,79	816.012,90	6.111,95	491.576,32
FUNDO DE COMPENSACAO SEGURADORAS UNIDAS	118.884			1,10	130.523,72	1,10	130.289,01
SC1 Classe A Fundo Capital Risco	1.000.000			0,58	582.633,31	0,43	427.000,00
subtotal	202.522.819	0,00			1.529.170,13		2.390.215,00
subtotal	7.159.972.387	0,00			3.999.356,39		3.448.472,91
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
INFRAESTRUTURAS 4.675 10/16/24		2.150.000,00	102,53%	100,0%	2.150.000,00	103,5%	2.225.343,75
PORTUGUESE OT'S 0.3 10/17/31		82.898.000,00	76,51%	98,8%	81.909.805,30	76,6%	63.473.519,52
PORTUGUESE OT'S 0.475 10/18/30		58.900.000,00	80,57%	98,9%	58.238.303,91	80,7%	47.514.030,65
PORTUGUESE OT'S 0.9 10/12/35		29.119.041,10	71,87%	101,0%	29.423.283,07	72,1%	20.985.396,19
PORTUGUESE OT'S 1 04/12/52		80.645,16	49,35%	99,4%	80.172,58	50,1%	40.380,82
PORTUGUESE OT'S 1.15 04/11/42		11.900.000,00	63,35%	82,8%	9.858.403,00	64,5%	7.674.454,62
PORTUGUESE OT'S 1.65 07/16/32		2.500.000,00	84,63%	99,6%	2.489.600,00	85,8%	2.145.467,72
PORTUGUESE OT'S 1.95 06/15/29		14.750.000,00	93,07%	102,7%	15.147.841,50	94,1%	13.884.676,32
PORTUGUESE OT'S 2.125 10/17/28		12.053.846,15	95,26%	101,9%	12.286.083,92	95,7%	11.535.138,26
PORTUGUESE OT'S 2.25 04/18/34		38.050.000,00	87,35%	113,0%	42.986.605,00	88,9%	33.838.598,06
PORTUGUESE OT'S 2.875 07/21/26		2.725.000,00	99,88%	100,4%	2.737.069,50	101,2%	2.756.805,74
PORTUGUESE OT'S 2.875 10/15/25		13.060.000,00	99,98%	103,3%	13.491.837,00	100,6%	13.136.770,71

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
PORTUGUESE OT'S 3.875 02/15/30		23.440.000,00	103,97%	118,9%	27.878.451,90	107,4%	25.165.195,45
PORTUGUESE OT'S 4.1 02/15/45		12.365.000,00	103,73%	123,1%	15.227.093,70	107,5%	13.292.613,13
PORTUGUESE OT'S 4.1 04/15/37		29.500.000,00	101,61%	104,8%	30.913.259,50	104,6%	30.857.072,77
PORTUGUESE OT'S 4.125 04/14/27		7.415.000,00	104,63%	116,6%	8.643.993,95	107,6%	7.976.979,55
PORTUGUESE OT'S 4.95 10/25/23		17.480.000,00	101,81%	106,3%	18.578.956,68	102,7%	17.954.546,52
PORTUGUESE OT'S 5.65 02/15/24		37.540.000,00	103,14%	114,1%	42.840.986,06	108,1%	40.573.023,38
subtotal	0	395.926.532,41			414.881.746,57		355.030.013,16
2.1.2.3 - De outros emissores							
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995		10.000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANCO COM ACORES 10/23/16		1.800.000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANIF BANCO FUN 06/30/19		5.000.000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BRISA CONCESSAO 1.875 04/30/25		1.600.000,00	95,69%	102,4%	1.638.917,44	97,0%	1.551.230,99
EDP FINANCE BV 1.625 01/26/26		200.000,00	93,73%	99,7%	199.412,00	95,2%	190.480,44
EDP SA 04/30/79		4.500.000,00	98,25%	109,5%	4.927.050,00	101,3%	4.557.053,84
FNAC INVEST 22/05/1995		5.000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
REN FINANCE BV 2.5 02/12/25		750.000,00	96,91%	106,2%	796.349,65	99,1%	743.333,66
RENTGLOBO SGPS 0% 17-200626		401.000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTGLOBO SGPS 0% 200626		2.006.000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTGLOBO SGPS 1,5% 17-200626		441.200,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	202,22
Supplementary Payments CentroNovoFunchal		421.622,70	100,00%	100,0%	421.622,70	100,0%	421.622,70
subtotal	0	17.134.822,70			7.983.351,79		7.463.923,85
subtotal	0	413.061.355,11			422.865.098,36		362.493.937,01
Total	7.159.972.387	413.061.355,11			426.864.454,75		365.942.409,92
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
ADYEN NV (ADYEN NA)	10			1.623,39	16.233,91	1.288,40	12.884,00
AGNICO EAGLE MINES LTD (AEM UN)	288			51,57	14.853,10	48,71	14.029,63
AIR LIQUIDE SA (AI FP)	449			136,75	61.399,24	132,40	59.447,60
AIRBUS SE (AIR FP)	360			115,14	41.450,12	111,02	39.967,20
ALLIANZ SE-REG (ALV GY)	103			210,96	21.728,97	200,90	20.692,70
AMADEUS IT GROUP SA (AMS SM)	428			59,88	25.628,75	48,55	20.779,40
AMUNDI SA (AMUN FP)	586			64,10	37.564,38	53,00	31.058,00
ASM INTERNATIONAL NV (ASM NA)	36			295,38	10.633,75	235,65	8.483,40
ASML HOLDING NV (ASML NA)	104			538,15	55.967,30	503,80	52.395,20
AUDATEX PORTUGAL PERITAGENS (9444326Z PL)	225			284,11	63.925,27	301,47	67.830,75
AXA SA (CS FP)	1.449			23,93	34.669,65	26,06	37.753,70
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTA (BBVA SM)	7.267			5,52	40.130,07	5,63	40.942,28
BANCO SANTANDER SA (SAN SM)	12.179			3,20	39.023,35	2,80	34.131,65
BNP PARIBAS (BNP FP)	788			51,38	40.486,22	53,25	41.961,00
BOUYGUES SA (EN FP)	662			36,16	23.939,21	28,04	18.562,48
CAIXABANK SA (CABK SM)	6.223			3,25	20.217,55	3,67	22.850,86
CAPGEMINI SE (CAP FP)	196			172,14	33.740,20	155,95	30.566,20
CARREFOUR SA (CA FP)	1.981			16,31	32.300,97	15,64	30.982,84
CELLNEX TELECOM SA (CLNX SM)	841			41,96	35.286,82	30,92	26.003,72
CIE FINANCIERE RICHEMO-A REG (CFR SE)	309			119,70	36.988,24	121,42	37.519,98
COMPAGNIE DE SAINT GOBAIN (SGO FP)	784			52,36	41.046,54	45,65	35.789,60
DEUTSCHE POST AG-REG (DPW GY)	965			35,14	33.914,19	35,18	33.948,70
DEUTSCHE TELEKOM AG-REG (DTE GY)	1.854			16,76	31.082,23	18,64	34.554,85
ENGIE (ENGI FP)	2.784			13,90	38.686,43	13,39	37.272,19
ENI SPA (ENI IM)	2.134			14,21	30.313,66	13,29	28.352,32
ESSILORLUXOTTICA (EL FP)	229			130,97	29.992,40	169,20	38.746,80
GENERALI EUR.IN.HOLD.S.A-CL A EUR DIS	1.394.249			10,76	15.000.000,00	10,33	14.404.274,00
GENERALI EUROPEAN REAL ESTATE INVESTMENTS SA	26.912			18,66	502.154,60	50,84	1.368.316,00
GRUPO GENERALI ESPANA AIE	2			1.000,00	2.000,00	1.009,00	2.018,00
IBERDROLA SA (IBE SM)	3.760			9,81	36.888,66	10,93	41.096,80
INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL (ITX SM)	1.544			28,08	43.361,29	24,85	38.368,40
INFINEON TECHNOLOGIES AG (IFX GY)	313			31,53	9.868,61	28,43	8.898,59
ING GROEP NV (INGA NA)	3.086			12,21	37.664,63	11,39	35.143,37

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
INTESA SANPAOLO (ISP IM)	16.498			2,39	39.421,48	2,08	34.282,84
K+S AG-REG (SDF GY)	474			25,57	12.118,28	18,38	8.709,75
KERING (KER FP)	46			547,57	25.188,39	475,50	21.873,00
KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE N (AD NA)	1.287			27,37	35.221,76	26,84	34.543,08
LEGRAND SA (LR FP)	292			81,73	23.864,08	74,82	21.847,44
L'OREAL (OR FP)	93			384,90	35.795,86	333,60	31.024,80
LVMH MOET HENNESSY LOUIS VUI (MC FP)	137			660,82	90.532,89	679,90	93.146,30
MERCEDES-BENZ GROUP AG (MBG GY)	380			74,54	28.324,39	61,40	23.332,00
MERCK KGAA (MRK GY)	256			201,57	51.602,65	180,90	46.310,40
MOSAIC CO/THE (MOS UN)	195			54,09	10.548,44	41,11	8.015,60
NCG BANCO SA-B SHARES (0852019D SM)	185.838			0,50	92.919,00	0,00	0,02
NESTE OYJ (NESTE FH)	493			40,98	20.202,79	43,02	21.208,86
NESTLE SA-REG (NESN SE)	208			115,94	24.115,87	108,50	22.568,35
NEWMONT CORP (NEM UN)	254			56,22	14.281,06	44,23	11.233,36
NEXI SPA (NEXI IM)	2.854			10,50	29.967,63	7,37	21.022,56
NN GROUP NV (NN NA)	265			46,04	12.200,54	38,16	10.112,40
NOKIA OYJ (NOKIA FH)	5.620			3,81	21.440,07	4,33	24.317,74
NOVARTIS AG-REG (NOVN SE)	331			77,68	25.710,58	84,65	28.019,94
OCI NV (OCI NA)	256			34,80	8.908,21	33,42	8.555,52
PERNOD RICARD SA (RI FP)	164			170,49	27.960,39	183,75	30.135,00
REPSOL SA (REP SM)	2.811			13,03	36.622,96	14,85	41.743,35
SANOFI (SAN FP)	283			100,24	28.367,00	89,84	25.424,72
SAP SE (SAP GY)	577			118,46	68.350,58	96,39	55.617,03
SCHNEIDER ELECTRIC SE (SU FP)	271			160,19	43.412,46	130,72	35.425,12
SIEMENS AG-REG (SIE GY)	189			116,02	21.927,76	129,64	24.501,96
SOCIETE GENERALE SA (GLE FP)	905			28,76	26.028,32	23,48	21.249,40
STELLANTIS NV (STLA IM)	2.258			16,36	36.951,47	13,26	29.950,11
TELEFONICA SA (TEF SM)	10.009			4,42	44.197,77	3,39	33.880,47
TOTALENERGIES SE (TTE FP)	1.576			58,15	91.643,77	58,65	92.432,40
UNICREDIT SPA (UCG IM)	1.099			11,22	12.332,20	13,27	14.585,93
VEOLIA ENVIRONNEMENT (VIE FP)	1.608			26,38	42.416,55	24,00	38.592,00
VINCI SA (DG FP)	335			89,97	30.141,25	93,29	31.252,15
VIVENDI SE (VIV FP)	4.643			10,91	50.652,90	8,91	41.387,70
VONOVIA SE (VNA GY)	887			30,35	26.917,66	22,02	19.531,74
YAMANA GOLD INC (AUY UN)	2.849			5,02	14.290,78	5,20	14.815,60
ZALANDO SE (ZAL GY)	352			33,93	11.943,37	33,11	11.654,72
subtotal	1.719.693		0,00		17.739.661,47		17.787.925,57
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	1.048.502			100,10	104.957.482,03	82,52	86.527.561,93
CVC CREDIT PARTNERS EU DL 2022 SCA SICAV-RAIF - CO	576.471			1,00	576.470,58	1,00	576.470,58
ENTRUST GLOB GEN PARTNERSHIP - SCSP - MARITIME	10.000.000			0,36	3.567.059,00	0,36	3.605.683,00
Eurazeo Private Debt VI SCSp Sicav-Raif Unlevered	161.250			100,00	16.125.000,00	104,54	16.856.591,25
FIDELITY FDS-TARG 2040-A ACC (FI2040A LX)	10.300			22,18	228.411,19	40,75	419.725,00
FIDELITY FDS-TARGT 2025 E-AC (FI2025A LX)	94.000			13,63	1.281.531,02	15,65	1.471.100,00
FIDELITY FDS-TARGT 2030 E-AC (FI2030A LX)	19.500			10,71	208.863,21	17,47	340.665,00
FIDELITY FDS-TARGET 2050-AA (FIDAAEU LX)	330			15,75	5.196,33	17,18	5.669,40
FIDELITY FD-TARGET 2035 E-AC (FI2035A LX)	6.050			22,18	134.189,91	39,20	237.160,00
FIDELITY TARGET 2045 EUR-AA (FT45EAA LX)	210			15,79	3.315,73	17,19	3.609,90
GENERALI INV-INC PAR AS DB-A (GIPASBA LX)	217.092			90,96	19.745.958,88	72,07	15.645.801,12
GENERALI REAL ESTATE DEBT INVST FUND II(GREDIF II)	14.929			100,00	1.492.890,99	100,20	1.495.892,00
Generali Real Estate Logistics Fund SCS SICAV-RAIF	1.661			12.037,98	20.000.000,00	12.742,33	21.170.219,00
GENERALI REAL ESTATE MUTLI MANAGER ASIA FUND CLB	90.573			110,41	10.000.000,00	112,00	10.144.201,76
GENERALI SMT-GE NEXT PRT-DXE (GSNPDXE LX)	47.046			92,49	4.351.540,46	89,02	4.188.255,15
GENERALI-LO ASIA IG-BEURHDIS (GACBEHD LX)	140.202			99,86	13.999.999,39	79,53	11.150.963,68
GEN-UMB ALG CRDT FD-AEURDIS (GUACAED LX)	300.000			100,00	30.000.000,00	81,39	24.415.500,00
GIP Pri Debt FoF III FCP-RaifCorpLoan-For Ital Inv	30.255			101,32	3.065.296,74	101,98	3.085.399,02
GIP PRIVATE DEBT FUND-OF-FUNDS ITA	212			100.660,05	21.353.620,94	101.577,72	21.548.290,36
LO ASIA VALUE BOND-SHE X1 ID (LOAVEX1 LX)	274.199			91,17	24.999.999,94	71,91	19.716.558,88
subtotal	13.032.783		0,00		276.096.826,34		242.605.317,03
subtotal	14.752.476		0,00		293.836.487,81		260.393.242,60

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
ASFINAG 0 07/16/27		100.000,00	87,05%	87,7%	87.724,00	87,0%	87.049,64
ASFINAG 0.1 07/09/29		6.000.000,00	82,54%	85,6%	5.136.300,00	82,6%	4.955.063,22
AUSTRIA REP OF 07/28/25		1.000.000,00	96,14%	106,5%	1.064.600,00	96,6%	965.685,81
BELGIAN 2.75 04/22/39		2.000.000,00	91,19%	100,3%	2.005.600,00	91,9%	1.838.970,30
BELGIAN GOVT 0.5 10/22/24		8.400.000,00	96,09%	99,0%	8.313.396,00	96,2%	8.080.021,60
BELGIAN GOVT 1 06/22/26		10.976.900,00	94,35%	103,8%	11.398.447,08	94,9%	10.414.217,45
BELGIAN GOVT 1 06/22/31		5.660.000,00	84,72%	100,2%	5.670.748,10	85,2%	4.825.140,34
BELGIAN GOVT 1.6 06/22/47		34.000.000,00	70,35%	96,8%	32.919.800,00	71,2%	24.205.584,24
BELGIAN GOVT 1.7 06/22/50		17.000.000,00	69,32%	125,6%	21.358.120,00	70,2%	11.937.104,81
BELGIAN GOVT 4 03/28/32		900.000,00	106,36%	109,7%	987.390,00	109,4%	984.643,54
BELGIAN GOVT 4.25 03/28/41		2.700.000,00	110,13%	120,0%	3.240.994,00	113,9%	3.076.035,32
BELGIAN GOVT 4.5 03/28/26		70.000,00	105,44%	99,8%	69.825,70	108,9%	76.206,83
BELGIAN GOVT 5 03/28/35		4.990.000,00	116,26%	160,6%	8.012.940,08	120,1%	5.991.497,39
BGARIA-FLIRB-REG 1.375 09/23/50		780.000,00	56,62%	97,6%	761.014,80	57,0%	444.543,72
BTPS 0.35 02/01/25		30.000,00	93,98%	99,8%	29.954,88	94,1%	28.235,90
BTPS 2 12/01/25		1.650.000,00	95,79%	106,9%	1.764.094,68	96,0%	1.583.179,46
BTPS 3.75 09/01/24		3.775.000,00	100,84%	119,0%	4.490.966,72	102,1%	3.854.094,48
BTPS 4.5 03/01/24		1.800.000,00	101,58%	123,1%	2.215.103,31	103,1%	1.855.446,96
BTPS 4.5 03/01/26		282.000,00	102,57%	127,3%	359.008,21	104,1%	293.479,18
BTPS 4.5 05/01/23		1.800.000,00	100,67%	121,4%	2.184.510,87	101,4%	1.825.420,52
BTPS 5 03/01/25		7.507.000,00	103,38%	128,9%	9.674.342,42	105,0%	7.885.994,93
BTPS 6.5 11/01/27		800.000,20	111,90%	117,5%	940.141,88	113,0%	903.814,90
CHILE 0.83 07/02/31		975.000,00	77,95%	101,4%	989.040,00	78,4%	764.006,37
CHILE 1.3 07/26/36		5.600.000,00	70,81%	93,3%	5.223.095,00	71,4%	3.996.915,94
CHILE 1.44 02/01/29		12.000.000,00	86,63%	105,3%	12.630.000,00	87,9%	10.552.905,65
CHILE 1.75 01/20/26		1.400.000,00	94,11%	98,7%	1.382.270,68	95,8%	1.340.631,68
CHINA (PEOPLE'S) 0.625 11/25/35		800.000,00	68,75%	99,4%	795.560,00	68,8%	550.464,10
CROATIA 1.125 03/04/33		2.000.000,00	76,84%	98,4%	1.967.500,00	77,8%	1.555.391,23
CROATIA 1.5 06/17/31		400.000,00	83,03%	103,8%	415.200,00	83,8%	335.348,47
DEUTSCHLAND REP 0 08/15/26		7.659.900,00	91,40%	97,5%	7.468.367,54	91,4%	7.001.457,91
DEUTSCHLAND REP 4 01/04/37		16.135.400,00	115,91%	159,6%	25.753.063,86	119,9%	19.340.358,28
DEUTSCHLAND REP 4.75 07/04/28		2.550.000,00	111,14%	153,5%	3.915.146,73	113,5%	2.893.914,56
DEUTSCHLAND REP 4.75 07/04/34		15.200.000,00	121,29%	164,1%	24.945.292,63	123,6%	18.791.555,52
FRANCE O.A.T. 0 03/25/24		40.000,00	96,63%	99,6%	39.824,80	96,6%	38.650,81
FRANCE O.A.T. 0.25 11/25/26		21.598.700,00	90,63%	95,8%	20.693.658,34	90,7%	19.579.821,47
FRANCE O.A.T. 0.5 05/25/25		1.500.000,00	94,71%	94,4%	1.416.210,00	95,0%	1.425.112,65
FRANCE O.A.T. 1 11/25/25		5.700.000,00	95,14%	99,9%	5.693.331,00	95,2%	5.428.472,29
FRANCE O.A.T. 1.25 05/25/36		30.798.200,00	77,71%	98,8%	30.416.111,32	78,5%	24.166.639,70
FRANCE O.A.T. 1.5 05/25/31		28.780.000,00	89,57%	106,2%	30.550.063,11	90,5%	26.039.065,77
FRANCE O.A.T. 1.75 06/25/39		75.000,00	81,02%	101,5%	76.094,25	81,9%	61.442,54
FRANCE O.A.T. 2 05/25/48		650.000,00	77,13%	101,6%	660.335,00	78,3%	509.198,50
FRANCE O.A.T. 3.25 05/25/45		700.000,00	98,45%	100,6%	704.347,00	101,5%	710.682,38
FRANCE O.A.T. 3.5 04/25/26		1.370.000,00	102,09%	125,4%	1.718.377,30	104,5%	1.431.536,99
FRANCE O.A.T. 4 04/25/55		1.000.000,00	112,43%	193,2%	1.931.532,28	115,2%	1.151.680,43
FRANCE O.A.T. 4 10/25/38		2.900.000,00	107,96%	114,8%	3.329.175,00	108,7%	3.152.220,47
FRANCE O.A.T. 4.25 10/25/23		20.000,00	101,21%	109,3%	21.863,80	102,0%	20.398,69
FRANCE O.A.T. 5.75 10/25/32		1.980.000,00	122,28%	178,3%	3.531.182,22	123,3%	2.441.996,53
HUNGARY 0.5 11/18/30		814.000,00	68,55%	98,6%	802.913,32	68,6%	558.467,97
HUNGARY 1.5 11/17/50		41.000,00	49,66%	96,4%	39.506,78	49,8%	20.433,06
HUNGARY 1.625 04/28/32		100.000,00	71,60%	102,4%	102.440,00	72,7%	72.704,51
HUNGARY 1.75 10/10/27		7.000.000,00	87,37%	105,6%	7.393.750,00	87,8%	6.143.252,55
INDONESIA (REP) 0.9 02/14/27		2.000.000,00	88,06%	99,1%	1.982.500,00	88,8%	1.776.900,10
INDONESIA (REP) 1.4 10/30/31		11.000.000,00	78,25%	89,6%	9.859.690,00	78,5%	8.633.658,90
INDONESIA (REP) 1.45 09/18/26		3.000.000,00	91,04%	99,7%	2.991.000,00	91,5%	2.743.736,30
INDONESIA (REP) 1.75 04/24/25		1.700.000,00	95,53%	104,6%	1.778.200,00	96,7%	1.644.508,47
INDONESIA (REP) 3.75 06/14/28		6.570.000,00	97,07%	110,9%	7.288.350,00	99,1%	6.512.184,95
IRISH GOVT 1 05/15/26		600.000,00	95,04%	100,1%	600.705,00	95,7%	574.032,03

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
IRISH GOVT 1.3 05/15/33		3.000.000,00	83,94%	96,2%	2.886.720,00	84,8%	2.542.893,78
IRISH GOVT 1.7 05/15/37		1.200.000,00	82,51%	95,1%	1.140.663,00	83,6%	1.003.019,46
IRISH GOVT 2.4 05/15/30		4.025.000,00	96,53%	116,0%	4.667.897,99	98,0%	3.946.182,97
IRISH GOVT 5.92 05/20/42		5.010.135,41	125,32%	157,6%	7.894.968,86	129,0%	6.461.374,66
KAZAKHSTAN 1.5 09/30/34		3.000.000,00	74,50%	92,3%	2.769.450,00	74,9%	2.246.280,94
KAZAKHSTAN 1.55 11/09/23		1.800.000,00	98,40%	103,1%	1.856.250,00	98,6%	1.775.113,14
KFW 0.25 06/30/25		1.500.000,00	93,68%	97,5%	1.462.403,00	93,8%	1.407.018,76
KFW 0.875 07/04/39		3.000.000,00	70,46%	71,5%	2.144.040,00	70,9%	2.126.789,91
KFW 2.5 11/19/25		600.000,00	98,97%	99,4%	596.430,00	99,3%	595.530,37
LITHUANIA 1.625 06/19/49		838.000,00	65,67%	97,5%	817.158,94	66,5%	557.626,19
NETHERLANDS GOVT 0.5 07/15/26		3.454.900,00	92,70%	100,7%	3.477.375,16	92,9%	3.210.716,07
NETHERLANDS GOVT 2 07/15/24		1.000.000,00	98,89%	102,1%	1.020.810,00	99,8%	998.167,59
NETHERLANDS GOVT 2.5 01/15/33		4.870.000,00	96,51%	127,7%	6.220.838,70	98,9%	4.816.864,52
NETHERLANDS GOVT 3.75 01/15/23		4.000.000,00	99,98%	122,7%	4.906.811,65	103,6%	4.142.952,53
NETHERLANDS GOVT 4 01/15/37		4.135.600,00	111,78%	158,0%	6.534.542,59	115,6%	4.781.410,71
PHILIPPINES(REP) 1.2 04/28/33		400.000,00	77,02%	99,4%	397.400,00	77,8%	311.314,34
REP OF AUSTRIA 0.75 10/20/26		5.095.000,00	92,78%	102,5%	5.223.328,24	92,9%	4.734.463,90
REP OF AUSTRIA 1.5 02/20/47		16.000.000,00	76,34%	111,0%	17.767.680,00	77,6%	12.420.865,75
REP OF AUSTRIA 2.4 05/23/34		2.610.000,00	92,65%	124,2%	3.242.088,68	94,1%	2.456.329,49
REP OF AUSTRIA 4.15 03/15/37		2.349.000,00	110,07%	156,0%	3.663.371,87	113,4%	2.663.256,33
REP OF AUSTRIA 6.25 07/15/27		1.350.000,00	114,51%	161,6%	2.182.208,55	117,4%	1.584.983,48
REP OF CYPRUS 0.625 01/21/30		100.000,00	78,56%	100,3%	100.260,80	79,1%	79.149,91
REP OF CYPRUS 2.375 09/25/28		6.050.000,00	91,55%	105,0%	6.353.925,00	92,2%	5.576.913,43
REP OF CYPRUS 2.75 02/26/34		5.500.000,00	85,54%	106,1%	5.838.000,00	87,9%	4.832.407,58
REP OF LATVIA 2.25 02/15/47		200.000,00	78,50%	102,9%	205.898,00	80,5%	160.931,41
REP OF POLAND 3 01/15/24		1.700.000,00	99,93%	100,1%	1.701.062,50	102,8%	1.747.660,99
REP OF POLAND 3.75 01/19/23		920.000,00	100,09%	99,8%	918.252,00	103,6%	953.496,36
REP OF POLAND 5.25 01/20/25		700.000,00	104,00%	120,8%	845.250,00	109,0%	762.743,31
REP OF SLOVENIA 1.25 03/22/27		800.000,00	92,75%	98,3%	786.722,00	93,7%	749.801,46
REP OF SLOVENIA 1.5 03/25/35		1.083.000,00	76,06%	91,7%	993.301,48	77,2%	836.219,04
REP OF SLOVENIA 1.75 11/03/40		5.800.000,00	69,38%	96,6%	5.605.500,78	69,7%	4.039.915,72
REP OF SLOVENIA 2.125 07/28/25		575.000,00	99,53%	113,6%	652.975,71	100,4%	577.531,50
REP OF SLOVENIA 2.25 03/03/32		2.400.000,00	88,35%	102,3%	2.454.143,00	90,2%	2.165.328,50
REP OF SLOVENIA 3.125 08/07/45		200.000,00	86,36%	129,5%	258.943,00	87,6%	175.213,98
REP OF SLOVENIA 4.625 09/09/24		2.000.000,00	103,99%	125,4%	2.508.136,51	105,4%	2.108.407,35
REP OF SLOVENIA 5.125 03/30/26		950.000,00	107,37%	137,8%	1.308.916,00	111,2%	1.056.868,67
REPUBLIC OF PERU 1.25 03/11/33		1.000.000,00	69,79%	93,8%	938.400,00	70,8%	707.987,77
REPUBLIC OF PERU 2.75 01/30/26		2.700.000,00	94,80%	102,7%	2.771.947,11	97,3%	2.627.651,57
REPUBLIC OF PERU 3.75 03/01/30		1.900.000,00	93,22%	119,2%	2.265.330,00	96,4%	1.830.758,28
ROMANIA 2 01/28/32		1.500.000,00	66,77%	86,1%	1.291.875,00	68,6%	1.029.507,88
ROMANIA 2.124 07/16/31		1.500.000,00	68,85%	88,0%	1.320.000,00	69,8%	1.047.381,75
ROMANIA 2.75 10/29/25		675.000,00	96,18%	105,0%	708.750,00	96,7%	652.445,94
ROMANIA 3.875 10/29/35		1.500.000,00	73,65%	100,5%	1.507.500,00	74,3%	1.114.714,37
ROMANIA 4.125 03/11/39		300.000,00	71,32%	100,4%	301.125,00	74,6%	223.947,18
SAUDI INT BOND 0.75 07/09/27		600.000,00	89,22%	102,0%	612.030,00	89,6%	537.501,54
SAUDI INT BOND 2 07/09/39		6.200.000,00	74,25%	92,8%	5.756.360,00	75,2%	4.662.880,88
SLOVAKIA GOVT 1.375 01/21/27		600.000,00	92,87%	102,3%	613.908,00	94,2%	564.993,22
SLOVAKIA GOVT 1.625 01/21/31		100.000,00	86,67%	102,1%	102.100,00	88,2%	88.202,84
SLOVAKIA GOVT 2 10/17/47		500.000,00	70,90%	99,4%	497.245,69	71,3%	356.566,65
SLOVAKIA GOVT 3.625 01/16/29		800.000,00	100,90%	125,0%	1.000.096,00	104,4%	834.926,87
SPANISH GOVT 0.35 07/30/23		50.000,00	98,89%	101,9%	50.946,40	99,0%	49.519,93
SPANISH GOVT 0.5 10/31/31		18.200.000,00	77,62%	99,7%	18.141.866,00	77,7%	14.141.483,11
SPANISH GOVT 0.7 04/30/32		1.000.000,00	77,52%	99,1%	990.690,00	78,0%	779.849,73
SPANISH GOVT 0.85 07/30/37		3.000.000,00	66,20%	96,0%	2.881.215,00	66,6%	1.996.701,60
SPANISH GOVT 1.2 10/31/40		2.000.000,00	65,22%	82,0%	1.640.000,00	65,4%	1.308.386,16
SPANISH GOVT 1.3 10/31/26		1.600.000,00	93,86%	101,3%	1.620.288,00	94,1%	1.505.232,18
SPANISH GOVT 1.4 04/30/28		350.000,00	91,23%	99,8%	349.275,50	92,2%	322.590,81
SPANISH GOVT 1.45 04/30/29		250.000,00	89,83%	103,3%	258.135,00	90,8%	227.008,67
SPANISH GOVT 1.45 10/31/27		1.000.000,00	92,48%	98,8%	988.420,00	92,7%	927.231,36

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
SPANISH GOV'T 1.5 04/30/27		4.400.000,00	93,75%	98,4%	4.328.785,00	94,8%	4.169.279,82
SPANISH GOV'T 1.85 07/30/35		7.400.000,00	80,99%	112,6%	8.331.062,00	81,8%	6.050.672,53
SPANISH GOV'T 1.95 07/30/30		7.360.000,00	90,80%	104,0%	7.653.216,63	91,6%	6.743.715,39
SPANISH GOV'T 2.15 10/31/25		3.900.000,00	97,97%	106,1%	4.138.302,47	98,3%	3.834.753,71
SPANISH GOV'T 2.35 07/30/33		1.600.000,00	88,75%	104,6%	1.673.559,75	89,7%	1.435.818,23
SPANISH GOV'T 2.7 10/31/48		500.000,00	80,86%	116,9%	584.527,50	81,3%	406.543,84
SPANISH GOV'T 2.75 10/31/24		3.740.000,00	99,67%	111,1%	4.153.486,63	100,1%	3.744.702,73
SPANISH GOV'T 2.9 10/31/46		900.000,00	85,28%	125,9%	1.132.776,00	85,8%	771.849,77
SPANISH GOV'T 3.45 07/30/66		1.150.000,00	88,31%	142,4%	1.637.471,50	89,8%	1.032.342,58
SPANISH GOV'T 4.2 01/31/37		776.000,00	104,26%	123,4%	957.560,29	108,1%	838.914,23
SPANISH GOV'T 4.4 10/31/23		7.830.000,00	101,45%	122,9%	9.622.830,48	102,2%	8.000.911,95
SPANISH GOV'T 4.7 07/30/41		720.000,00	110,87%	145,1%	1.045.059,60	113,0%	813.672,37
SPANISH GOV'T 4.9 07/30/40		4.475.000,00	114,46%	148,1%	6.625.646,46	116,5%	5.214.778,47
SPANISH GOV'T 5.15 10/31/28		5.085.000,00	109,98%	130,7%	6.648.140,30	110,8%	5.636.427,57
SPANISH GOV'T 5.15 10/31/44		300.000,00	118,25%	154,2%	462.727,41	119,1%	357.328,20
SPANISH GOV'T 5.4 01/31/23		1.550.000,00	100,30%	126,5%	1.960.580,62	105,2%	1.631.210,54
SPANISH GOV'T 5.75 07/30/32		5.495.000,00	118,37%	149,6%	8.217.904,25	120,8%	6.637.639,07
SPANISH GOV'T 5.9 07/30/26		3.545.000,00	109,72%	137,5%	4.873.908,89	112,2%	3.977.885,83
SPANISH GOV'T 6 01/31/29		6.913.000,00	115,21%	142,9%	9.879.660,92	120,7%	8.344.090,96
UNEDIC 0 03/05/30		18.000.000,00	79,49%	83,3%	14.995.680,00	79,5%	14.307.890,95
UNEDIC 0 11/19/30		4.000.000,00	77,67%	87,9%	3.516.880,00	77,7%	3.106.925,84
UNEDIC 0 11/25/28		1.000.000,00	83,01%	91,7%	916.990,00	83,0%	830.078,76
UNEDIC 1.25 03/28/27		500.000,00	92,34%	100,1%	500.495,00	93,3%	466.453,62
UNEDIC 1.75 11/25/32		7.000.000,00	86,47%	100,9%	7.065.030,00	86,6%	6.064.859,13
UNEDIC 2.375 05/25/24		3.000.000,00	98,85%	100,4%	3.013.450,00	100,3%	3.008.447,90
UNITED MEXICAN 1.125 01/17/30		12.800.000,00	81,45%	85,1%	10.888.000,00	82,5%	10.562.749,53
UNITED MEXICAN 1.625 04/08/26		600.000,00	94,02%	94,7%	568.440,00	95,2%	571.256,55
UNITED MEXICAN 1.75 04/17/28		600.000,00	89,31%	92,4%	554.100,00	90,5%	543.273,90
UNITED MEXICAN 2.375 02/11/30		1.650.000,00	87,63%	98,3%	1.621.950,00	89,7%	1.480.634,04
UNITED MEXICAN 2.875 04/08/39		10.000.000,00	72,64%	88,0%	8.799.000,00	74,7%	7.474.383,82
UNITED MEXICAN 3.625 04/09/29		1.400.000,00	96,96%	113,0%	1.581.350,00	99,6%	1.394.447,99
subtotal	0	580.607.735,61			637.750.518,10		525.668.132,52
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
AGENCE FRANCAISE 0.01 11/25/28		100.000,00	82,48%	91,9%	91.920,00	82,5%	82.478,27
AGENCE FRANCAISE 0.125 09/29/31		600.000,00	75,30%	90,4%	542.244,00	75,3%	451.974,94
BASQUE GOV'T 1.125 04/30/29		700.000,00	87,24%	99,8%	698.607,00	88,0%	615.990,40
BNG BANK NV 4.125 01/13/25		950.000,00	101,56%	99,4%	944.471,00	105,5%	1.002.653,92
CAISSE AMORT DET 0 11/25/26		1.000.000,00	88,43%	95,0%	949.560,00	88,4%	884.290,09
CAISSE AMORT DET 0.6 11/25/29		1.000.000,00	83,61%	87,6%	876.240,00	83,7%	836.659,62
CAISSE AMORT DET 1.375 11/25/24		2.600.000,00	96,51%	97,6%	2.537.548,00	96,6%	2.512.700,50
CAISSE AMORT DET 1.5 05/25/32		2.000.000,00	84,86%	97,6%	1.952.100,00	85,9%	1.717.021,71
CAISSE AMORT DET 4 12/15/25		300.000,00	102,16%	103,6%	310.683,00	102,3%	307.016,96
COMM FRANC BELG 2.1 06/30/67		20.000.000,00	67,32%	99,5%	19.901.800,00	68,4%	13.675.526,03
COMUNIDAD MADRID 1.571 04/30/29		1.000.000,00	89,18%	104,9%	1.049.210,00	90,2%	902.394,49
COMUNIDAD MADRID 3.25 05/03/46		2.500.000,00	86,90%	108,6%	2.714.125,00	89,1%	2.226.343,67
COMUNIDAD MADRID 4.125 05/21/24		3.000.000,00	101,25%	120,2%	3.605.855,38	103,8%	3.113.566,31
CORES 1.75 11/24/27		500.000,00	92,77%	100,1%	500.450,00	93,0%	464.760,69
EFSF 0.125 10/17/23		800.000,00	98,00%	98,7%	789.360,00	98,0%	784.212,77
EFSF 0.2 01/17/24		20.000.000,00	97,26%	97,7%	19.531.600,00	97,5%	19.490.439,19
EFSF 0.75 05/03/27		700.000,00	91,02%	94,1%	658.660,50	91,5%	640.652,72
EFSF 1.5 12/15/25		1.000.000,00	95,95%	99,6%	996.080,00	96,0%	960.132,05
EFSF 1.7 02/13/43		20.000.000,00	77,70%	111,0%	22.192.000,00	79,2%	15.838.155,10
EFSF 1.8 07/10/48		6.000.000,00	75,75%	103,8%	6.229.200,00	76,6%	4.596.189,79
EFSF 2.125 02/19/24		200.000,00	99,11%	101,3%	202.674,00	100,9%	201.889,70
EFSF 2.375 04/11/28		14.350.000,00	96,49%	99,4%	14.257.012,00	97,0%	13.921.919,81
EFSF 3.375 04/03/37		3.000.000,00	100,64%	117,1%	3.513.890,00	103,2%	3.094.618,63
ESM 1.85 12/01/55		10.200.000,00	73,60%	105,0%	10.707.960,00	73,7%	7.522.358,30
EUROPEAN INVT BK 0.2 03/17/36		4.000.000,00	67,17%	70,1%	2.802.240,00	67,3%	2.692.964,61
EUROPEAN INVT BK 0.625 01/22/29		15.600.000,00	86,62%	89,4%	13.952.640,00	87,2%	13.604.121,93

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
EUROPEAN INVT BK 3 10/14/33		2.000.000,00	97,94%	104,2%	2.084.460,00	98,6%	1.971.709,72
EUROPEAN INVT BK 4.125 04/15/24		6.500.000,00	101,40%	102,3%	6.652.620,00	104,3%	6.782.184,87
EUROPEAN INVT BK 5.625 02/15/28		595.200,00	111,43%	99,3%	591.117,52	116,3%	692.469,78
EUROPEAN UNION 0 10/04/28		5.100.000,00	84,05%	86,8%	4.425.015,00	84,0%	4.286.365,59
EUROPEAN UNION 0.2 06/04/36		1.500.000,00	66,69%	75,3%	1.130.055,00	66,8%	1.002.117,33
EUROPEAN UNION 0.25 04/22/36		7.900.000,00	67,79%	71,0%	5.608.882,00	68,0%	5.369.315,95
EUROPEAN UNION 0.625 11/04/23		11.000.000,00	98,34%	98,7%	10.856.560,02	98,4%	10.828.452,89
EUROPEAN UNION 0.8 07/04/25		2.000.000,00	94,88%	95,7%	1.914.700,00	95,4%	1.907.645,56
EUROPEAN UNION 1 07/06/32		9.300.000,00	82,17%	86,5%	8.040.929,00	82,9%	7.712.129,54
EUROPEAN UNION 1.625 12/04/29		10.500.000,00	90,84%	94,9%	9.959.745,00	91,0%	9.550.719,52
EUROPEAN UNION 1.875 04/04/24		1.000.000,00	98,77%	101,5%	1.015.430,00	100,2%	1.001.575,99
EUROPEAN UNION 2.5 11/04/27		400.000,00	97,81%	99,6%	398.396,00	98,2%	392.782,00
EUROPEAN UNION 3.375 04/04/38		5.000.000,00	101,20%	101,6%	5.081.360,00	103,7%	5.185.244,80
HAMBURG FREIE HA 0.25 01/20/25		3.000.000,00	94,30%	94,5%	2.834.583,00	94,5%	2.836.094,65
HOPITAUX DE PARI 1.75 11/27/41		5.000.000,00	72,19%	101,2%	5.058.875,00	72,4%	3.617.768,14
LAND HESSEN 0 10/09/24		7.000.000,00	94,63%	95,7%	6.699.700,00	94,6%	6.623.838,54
NORDRHEIN-WEST 0 04/02/24		15.000.000,00	96,36%	96,8%	14.526.750,00	96,4%	14.453.403,15
NORDRHEIN-WEST 1 10/16/46		10.000.000,00	65,10%	85,5%	8.545.000,00	65,3%	6.530.916,72
NORDRHEIN-WEST 1.65 02/22/38		2.000.000,00	80,56%	79,6%	1.591.280,00	82,0%	1.639.330,26
NORDRHEIN-WEST 3 01/27/28		3.100.000,00	99,63%	102,5%	3.178.709,00	100,2%	3.104.957,08
REGION WALLONNE 0.5 04/08/30		3.000.000,00	81,46%	86,2%	2.586.750,00	81,8%	2.454.897,82
REGION WALLONNE 2.875 01/14/38		10.600.000,00	89,29%	95,7%	10.145.138,00	90,1%	9.554.590,15
RESEAU FERRE FRA 3.3 12/18/42		800.000,00	91,82%	101,9%	815.048,00	91,9%	735.503,22
RHEINLAND-PFALZ 0.01 01/15/24		8.000.000,00	96,93%	97,4%	7.792.000,00	96,9%	7.755.412,75
SNCF SA 4.375 04/15/26		500.000,00	102,98%	98,9%	494.515,00	106,1%	530.492,12
VILLE DE MARSEIL 4 07/18/24		1.066.666,00	100,89%	100,0%	1.066.666,00	102,7%	1.095.599,73
VNESHECONOMBANK 4.032 02/21/23		750.000,00	0,00%	98,0%	734.791,87	0,0%	0,00
subtotal	0	264.711.866,00			256.337.205,29		229.756.550,07
2.2.2.3 - De outros emissores							
CASH POOLING 808		201.000,00	100,00%	100,0%	201.000,00	100,0%	201.000,00
3M CO 2.875 10/15/27		494.000,00	86,71%	99,9%	493.707,66	87,3%	431.134,61
A2A SPA 1 11/02/33		500.000,00	67,02%	87,0%	434.955,00	67,2%	335.917,88
AAREAL BANK AG 0.05 09/02/26		3.400.000,00	82,58%	84,4%	2.871.046,70	82,6%	2.808.255,54
AB INBEV SA/NV 2 01/23/35		500.000,00	80,48%	98,4%	492.160,00	82,4%	411.782,92
AB INBEV SA/NV 2.125 12/02/27		320.000,00	93,50%	106,5%	340.672,98	93,7%	299.730,99
AB INBEV SA/NV 2.75 03/17/36		299.000,00	85,88%	104,0%	311.042,54	88,1%	263.280,81
AB INBEV SA/NV 3.25 01/24/33		800.000,00	94,29%	98,9%	791.216,00	97,9%	783.023,91
AB INBEV SA/NV 3.7 04/02/40		6.000.000,00	91,78%	112,1%	6.723.000,00	94,5%	5.672.847,92
ABERTI 2.375 09/27/27		5.000.000,00	90,53%	95,4%	4.770.000,00	91,2%	4.557.608,83
ABN AMRO BANK NV 03/27/28		200.000,00	91,87%	93,9%	187.707,04	92,9%	185.878,95
ACCOR 2.5 01/25/24		6.000.000,00	98,47%	94,5%	5.670.000,00	100,8%	6.047.828,58
ACCOR 3.625 09/17/23		2.000.000,00	99,96%	99,0%	1.979.000,00	101,0%	2.020.063,88
AEGON NV 4 04/25/44		2.096.000,00	97,98%	102,1%	2.140.025,78	100,7%	2.111.001,21
AEROPORT PARIS 1.5 07/02/32		2.600.000,00	78,60%	105,2%	2.736.240,00	79,3%	2.062.988,81
AEROPORT PARIS 2.75 04/02/30		1.300.000,00	91,49%	115,7%	1.504.711,00	93,6%	1.216.169,62
AIB GROUP PLC 2.25 07/03/25		200.000,00	94,95%	100,2%	200.335,04	96,1%	192.133,44
AIR LIQUIDE FIN 1.375 04/02/30		100.000,00	87,07%	107,3%	107.322,53	88,1%	88.102,79
AIR PROD & CHEM 1 02/12/25		330.000,00	96,46%	99,6%	328.651,80	97,3%	321.222,69
AKELIUS RESIDENT 0.75 02/22/30		2.000.000,00	71,55%	98,5%	1.969.000,00	72,2%	1.443.801,56
AKELIUS RESIDENT 10/05/78		500.000,00	95,45%	98,8%	493.896,15	96,4%	481.883,15
AKER BP ASA 1.125 05/12/29		1.000.000,00	80,76%	98,9%	988.712,00	81,5%	814.732,51
AKZO NOBEL NV 1.5 03/28/28		627.000,00	89,16%	99,8%	625.608,06	90,3%	566.183,06
ALLIANZ FINANCE 1.375 04/21/31		200.000,00	84,18%	106,6%	213.200,04	85,1%	170.266,16
ALTAREA 1.875 01/17/28		2.400.000,00	77,38%	103,7%	2.487.768,00	79,2%	1.899.949,23
ALTRIA GROUP INC 2.2 06/15/27		450.000,00	89,74%	108,4%	487.620,00	90,9%	409.237,60
AMERICA MOVIL SA 2.125 03/10/28		1.500.000,00	91,96%	98,2%	1.473.367,50	93,7%	1.405.322,10
AMERICAN TOWER 1.95 05/22/26		3.000.000,00	92,46%	94,2%	2.824.530,00	93,7%	2.809.537,29
ANZ NZ INTL/LDN 0.375 09/17/29		1.000.000,00	77,88%	78,7%	786.860,00	78,0%	779.867,88
APA INFRA 1.25 03/15/33		2.400.000,00	70,57%	99,9%	2.396.496,00	71,6%	1.717.623,47

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
APA INFRA 2 07/15/30		3.780.000,00	82,62%	107,6%	4.068.558,00	83,5%	3.158.150,22
APPLE INC 1.625 11/10/26		200.000,00	94,83%	95,8%	191.556,00	95,1%	190.115,60
APPLE INC 2.75 01/13/25		382.000,00	90,25%	99,1%	378.573,20	91,5%	349.348,31
APPLE INC 3.2 05/11/27		106.000,00	88,94%	102,3%	108.469,07	89,4%	94.719,66
APPLE INC 3.35 02/09/27		292.000,00	89,70%	102,7%	299.771,71	90,9%	265.529,67
APRR SA 1.125 01/09/26		100.000,00	93,32%	94,5%	94.539,00	94,4%	94.418,56
APTIV PLC 1.5 03/10/25		16.150.000,00	94,79%	94,1%	15.201.840,54	96,0%	15.505.321,30
ARCELORMITTAL 1 05/19/23		555.000,00	99,13%	99,9%	554.361,75	99,7%	553.601,47
ARKEMA 1.5 01/20/25		1.500.000,00	95,86%	100,5%	1.507.065,00	97,3%	1.459.114,82
AROUNDTOWN SA PERP		100.000,00	52,21%	106,8%	106.754,14	55,0%	54.983,05
ASSURANCE CREDIT 4.625 06/04/24		500.000,00	99,37%	100,0%	500.000,00	102,0%	510.171,59
AT&T INC 1.05 09/05/23		600.000,00	98,67%	100,3%	601.540,80	99,0%	594.075,57
AT&T INC 1.3 09/05/23		600.000,00	98,94%	101,4%	608.351,81	99,4%	596.127,62
AURIZON NETWORK 3.125 06/01/26		5.100.000,00	96,17%	109,6%	5.590.314,68	98,0%	4.997.795,91
AUSNET SERVICES 03/11/81		1.600.000,00	81,78%	102,1%	1.633.440,00	82,3%	1.316.363,49
AUSNET SERVICES 1.5 02/26/27		5.900.000,00	90,02%	92,2%	5.440.865,00	91,3%	5.385.606,28
AUST & NZ BANK 0.75 09/29/26		2.000.000,00	90,20%	96,1%	1.921.538,00	90,4%	1.807.804,68
AUSTRALIA PACI 1.75 10/15/24		500.000,00	95,57%	99,3%	496.420,45	95,9%	479.711,09
AUTOROUTES DU SU 2.875 01/18/23		600.000,00	99,93%	99,3%	595.740,00	102,7%	615.949,62
AUTOSTRAD PER L 4.375 09/16/25		500.000,00	99,32%	109,3%	546.250,00	100,6%	502.952,13
AVIVA PLC 0.625 10/27/23		1.536.000,00	97,83%	99,5%	1.527.585,18	97,9%	1.504.346,34
AXA SA 5.125 07/04/43		1.400.000,00	100,58%	110,9%	1.552.605,11	103,1%	1.443.468,77
BANCO BILBAO VIZ 02/22/29		12.800.000,00	97,44%	102,3%	13.097.600,00	99,6%	12.753.747,84
BANCO BILBAO VIZ 1.75 11/26/25		2.400.000,00	94,70%	99,7%	2.392.824,00	94,9%	2.276.742,56
BANCO BILBAO VIZ 3.5 02/10/27		3.800.000,00	97,32%	113,1%	4.296.280,00	100,4%	3.816.153,62
BANCO SABADELL 0.625 11/07/25		4.500.000,00	92,94%	90,5%	4.074.147,00	93,0%	4.186.419,17
BANCO SABADELL 0.875 03/05/23		1.500.000,00	99,72%	97,5%	1.462.245,00	100,4%	1.506.612,41
BANCO SABADELL 0.875 07/22/25		12.400.000,00	91,26%	93,1%	11.549.581,00	91,7%	11.364.632,41
BANCO SANTANDER 1.375 01/05/26		300.000,00	92,74%	99,6%	298.839,00	94,1%	282.298,24
BANCO SANTANDER 2.125 02/08/28		16.000.000,00	89,00%	100,7%	16.111.535,00	90,9%	14.544.152,83
BANIF FIN LTD 3 12/31/19		200.000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANK OF AMER CRP 0.654 10/26/31		2.000.000,00	75,17%	95,6%	1.912.960,00	75,3%	1.505.713,69
BANK OF AMER CRP 1.102 05/24/32		1.000.000,00	76,68%	92,7%	926.860,00	77,3%	773.443,50
BANK OF AMER CRP 1.379 02/07/25		1.800.000,00	97,33%	100,2%	1.804.089,04	98,6%	1.774.261,94
BANK OF AMER CRP 3.648 03/31/29		270.000,00	96,53%	116,4%	314.383,27	99,3%	268.058,80
BANQ FED CRD MUT 0.01 03/07/25		1.000.000,00	92,47%	93,6%	936.470,00	92,5%	924.745,04
BANQ FED CRD MUT 0.1 10/08/27		100.000,00	84,67%	92,9%	92.915,00	84,7%	84.693,50
BANQ FED CRD MUT 0.25 07/19/28		700.000,00	80,42%	87,9%	615.153,00	80,5%	563.709,61
BANQ FED CRD MUT 0.75 06/08/26		8.000.000,00	90,32%	95,7%	7.658.430,00	90,7%	7.259.100,06
BANQ FED CRD MUT 1.125 01/19/32		100.000,00	76,99%	98,7%	98.663,00	78,1%	78.054,92
BANQ FED CRD MUT 1.25 12/05/25		300.000,00	101,08%	109,3%	327.942,98	101,2%	303.550,90
BANQ FED CRD MUT 2.625 03/18/24		900.000,00	99,31%	99,0%	890.820,00	101,4%	912.401,70
BANQ FED CRD MUT 3 05/21/24		1.000.000,00	99,31%	99,7%	996.896,72	101,2%	1.011.544,43
BANQ FED CRD MUT 3 11/28/23		400.000,00	100,22%	100,8%	403.100,00	100,5%	401.965,44
BANQ FED CRD MUT 3.625 09/14/32		3.000.000,00	95,94%	96,7%	2.901.825,00	97,0%	2.910.242,60
BARCLAYS PLC 02/07/28		11.800.000,00	99,29%	97,5%	11.507.960,00	101,1%	11.927.597,97
BARCLAYS PLC 03/22/31		1.800.000,00	85,10%	99,7%	1.793.919,50	86,0%	1.547.540,45
BARCLAYS PLC 08/09/29		4.900.000,00	78,73%	80,1%	3.925.880,00	79,0%	3.868.898,85
BARCLAYS PLC 3.125 01/17/24		500.000,00	110,14%	113,8%	568.999,33	113,5%	567.495,83
BARCLAYS PLC 3.375 04/02/25		1.950.000,00	98,95%	108,5%	2.116.333,84	101,5%	1.978.747,37
BASF SE 3.125 06/29/28		1.000.000,00	97,57%	103,9%	1.039.310,00	99,2%	991.575,40
BAT INTL FINANCE 2.25 01/16/30		16.500.000,00	81,10%	99,9%	16.482.500,00	83,3%	13.737.139,66
BAT NETHERLANDS 3.125 04/07/28		370.000,00	91,94%	106,4%	393.703,13	94,2%	348.651,62
BECTON DICKINSON 0.632 06/04/23		2.000.000,00	99,22%	98,8%	1.976.520,00	99,6%	1.991.767,75
BERKSHIRE HATHWY 1.125 03/16/27		780.000,00	89,84%	99,0%	772.202,95	90,7%	707.732,11
BERTELSMANN SE 2 04/01/28		200.000,00	91,71%	104,7%	209.456,68	93,2%	186.424,56
BLACKROCK INC 1.25 05/06/25		980.000,00	95,92%	99,6%	976.034,51	96,7%	948.006,36
BMW FINANCE NV 0.375 09/24/27		360.000,00	87,01%	94,5%	340.089,49	87,1%	313.607,58
BMW INTL INV BV 1.875 09/11/23		270.000,00	111,09%	110,4%	298.146,68	111,7%	301.680,99

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
BNP PARIBAS 0.125 09/04/26		1.000.000,00	87,28%	91,7%	916.940,00	87,3%	873.197,72
BNP PARIBAS 0.5 06/04/26		200.000,00	91,76%	97,1%	194.108,34	92,1%	184.104,86
BNP PARIBAS 1.875 12/14/27		300.000,00	94,47%	107,6%	322.724,11	94,6%	283.693,94
BNP PARIBAS 2.125 01/23/27		200.000,00	93,37%	105,1%	210.199,70	95,4%	190.712,26
BNP PARIBAS 3.375 01/09/25		200.000,00	90,29%	95,6%	191.235,54	91,8%	183.575,15
BNP PARIBAS 4.032 PERP		1.500.000,00	96,10%	100,1%	1.501.875,00	96,5%	1.447.532,89
BOOKING HLDS INC 4.25 05/15/29		8.400.000,00	100,18%	103,1%	8.656.200,00	100,7%	8.460.208,54
BORGWARNER INC 1 05/19/31		3.500.000,00	73,94%	95,8%	3.353.995,00	74,6%	2.609.669,60
BP CAPITAL PLC 1.104 11/15/34		500.000,00	71,88%	86,7%	433.675,00	72,0%	360.104,13
BP CAPITAL PLC 1.231 05/08/31		1.330.000,00	80,38%	106,7%	1.419.389,30	81,2%	1.079.701,22
BPCE 0.625 01/15/30		600.000,00	79,46%	98,3%	589.778,34	80,1%	480.325,90
BPCE 0.875 01/31/24		400.000,00	97,37%	99,4%	397.633,91	98,2%	392.695,09
BPCE 1 10/05/28		1.000.000,00	85,95%	93,5%	935.000,00	86,2%	861.848,40
BPCE 1.625 03/02/29		7.300.000,00	86,98%	88,2%	6.440.936,00	88,3%	6.448.481,26
BPCE 1.75 04/26/27		2.000.000,00	92,15%	98,9%	1.977.460,00	93,3%	1.866.883,09
BPCE 2.375 04/26/32		1.500.000,00	86,65%	101,0%	1.515.345,00	88,3%	1.324.057,22
BRIT SKY BROADCA 2.5 09/15/26		220.000,00	95,93%	110,6%	243.213,85	96,7%	212.657,27
CAIXABANK 1.375 06/19/26		1.000.000,00	90,56%	102,4%	1.023.530,00	91,3%	912.921,62
CAPGEMINI SE 2.375 04/15/32		100.000,00	88,11%	107,9%	107.869,00	89,8%	89.806,06
CARMILA SA 1.625 05/30/27		8.000.000,00	81,77%	101,1%	8.084.510,00	82,7%	6.618.292,62
CARREFOUR SA 1.25 06/03/25		500.000,00	94,28%	99,6%	498.073,48	95,0%	475.033,47
CARREFOUR SA 1.875 10/30/26		2.900.000,00	93,30%	100,1%	2.902.086,00	93,6%	2.714.909,39
CARREFOUR SA 2.625 12/15/27		200.000,00	94,47%	110,1%	220.264,44	94,6%	189.166,28
CASTELLUM HELSIN 2 03/24/25		4.500.000,00	88,59%	98,9%	4.451.480,00	90,1%	4.055.953,02
CEZ AS 4.875 04/16/25		300.000,00	100,64%	99,7%	299.154,00	104,1%	312.286,10
CHUBB INA HLDGS 0.3 12/15/24		270.000,00	93,25%	96,9%	261.739,15	93,3%	251.810,52
CHUBB INA HLDGS 1.55 03/15/28		5.700.000,00	88,17%	91,2%	5.197.944,00	89,4%	5.095.954,63
CHUBB INA HLDGS 2.5 03/15/38		1.188.000,00	76,71%	101,9%	1.211.043,84	78,7%	935.052,75
CIE DE ST GOBAIN 2.375 10/04/27		200.000,00	94,82%	105,6%	211.228,26	95,4%	190.782,00
CIE FINANC RICHE 1 03/26/26		438.000,00	93,22%	103,0%	451.096,79	94,0%	411.644,27
CITIGROUP INC 1.5 07/24/26		200.000,00	93,59%	101,0%	201.926,34	94,2%	188.494,40
CITIGROUP INC 3.668 07/24/28		307.000,00	86,06%	98,3%	301.903,23	87,6%	268.792,54
CITIGROUP INC 4.25 02/25/30		3.500.000,00	98,91%	113,7%	3.979.080,80	102,5%	3.587.659,92
CK HUTCHISON 1.125 10/17/28		5.470.000,00	82,90%	86,2%	4.714.633,70	83,1%	4.547.110,98
CK HUTCHISON 1.5 10/17/31		300.000,00	76,33%	101,2%	303.538,00	76,6%	229.923,02
CNH IND FIN 1.625 07/03/29		6.030.000,00	85,28%	103,7%	6.255.514,00	86,1%	5.190.829,98
COCA-COLA CO/THE 1 03/09/41		200.000,00	64,11%	99,3%	198.526,00	64,9%	129.854,18
COCA-COLA CO/THE 1.125 03/09/27		880.000,00	91,24%	99,2%	873.328,92	92,2%	810.967,97
COLOPLAST FINANC 2.25 05/19/27		2.000.000,00	93,79%	99,5%	1.989.460,00	95,2%	1.903.666,08
COMCAST CORP 0 09/14/26		1.000.000,00	87,25%	93,2%	932.480,00	87,3%	872.535,14
COMCAST CORP 0.25 05/20/27		550.000,00	85,98%	96,3%	529.772,49	86,1%	473.718,84
COMCAST CORP 4.25 10/15/30		455.000,00	89,86%	109,4%	497.905,65	90,7%	412.683,55
COMMERZBANK AG 0.875 01/22/27		2.500.000,00	85,48%	86,4%	2.158.775,00	86,3%	2.157.549,42
COMMERZBANK AG 4 03/23/26		1.400.000,00	97,85%	110,7%	1.549.520,00	100,9%	1.413.255,31
CONTI-GUMMI FIN 2.125 11/27/23		537.000,00	98,87%	99,6%	534.631,83	99,1%	531.997,27
CONTINENTAL AG 2.5 08/27/26		7.420.000,00	95,92%	102,8%	7.626.085,62	96,8%	7.181.124,48
CRD MUTUEL ARKEA 1.625 04/15/26		4.400.000,00	92,68%	94,0%	4.133.800,00	93,8%	4.128.879,65
CRD MUTUEL ARKEA 3.375 03/11/31		1.000.000,00	90,45%	119,4%	1.193.590,00	93,2%	931.761,29
CRDT AGR ASSR 2 07/17/30		2.500.000,00	79,20%	104,2%	2.604.835,00	80,1%	2.002.905,59
CRED AGRICOLE SA 0.875 01/14/32		100.000,00	74,82%	94,2%	94.162,19	75,7%	75.658,79
CRED AGRICOLE SA 1 09/18/25		1.100.000,00	94,03%	96,6%	1.063.106,00	94,3%	1.037.481,40
CRED AGRICOLE SA 1.125 02/24/29		2.100.000,00	85,24%	99,0%	2.078.370,00	86,2%	1.810.056,98
CRED AGRICOLE SA 3.375 07/28/27		8.400.000,00	97,74%	99,9%	8.388.072,00	98,0%	8.235.880,63
CRED MUTUEL HOME 4.125 01/16/23		1.200.000,00	100,08%	99,2%	1.190.200,00	104,0%	1.248.266,02
CREDIT AG HOME L 0.05 12/06/29		100.000,00	79,87%	90,2%	90.206,00	79,9%	79.872,16
CREDIT AGRICOLE 1.25 04/14/26		5.900.000,00	92,64%	98,4%	5.802.680,00	93,5%	5.518.465,27
CREDIT SUISSE 3.25 04/02/26		100.000,00	89,79%	107,7%	107.706,27	92,2%	92.224,44
CREDIT SUISSE 4.282 01/09/28		700.000,00	77,97%	98,6%	690.320,13	79,9%	559.160,24
CRITERIA CAIXA 0.875 10/28/27		6.400.000,00	85,92%	97,9%	6.264.646,00	86,1%	5.508.601,83

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
CRITERIA CAIXA 1.375 04/10/24		2.500.000,00	97,26%	100,2%	2.504.620,00	98,3%	2.456.516,22
DAIMLER AG 1.875 07/08/24		440.000,00	98,23%	105,7%	465.105,36	99,1%	436.185,90
DANAHER CORP 2.1 09/30/26		230.000,00	95,39%	106,5%	245.041,76	95,9%	220.606,73
DANSKE BANK A/S 05/15/31		300.000,00	86,47%	94,8%	284.457,00	87,1%	261.303,04
DEUTSCH BAHN FIN 1 12/17/27		1.000.000,00	89,45%	97,6%	976.340,00	89,5%	894.844,47
DEUTSCHE TELEKOM 1.375 07/05/34		262.000,00	76,62%	100,0%	261.910,93	77,3%	202.503,64
DEUTSCHE WOHNEN 1 04/30/25		100.000,00	92,51%	99,8%	99.808,40	93,2%	93.176,45
DH EUROPE 0.75 09/18/31		224.000,00	77,71%	94,3%	211.315,26	77,9%	174.547,94
DIAGEO CAPITAL 1.875 06/08/34		1.629.000,00	83,18%	99,5%	1.620.708,39	84,8%	1.380.933,55
DIAGEO FIN PLC 1.875 03/27/27		430.000,00	93,96%	106,8%	459.437,22	95,4%	410.199,37
DIGITAL DUTCH 1.5 03/15/30		200.000,00	78,01%	92,6%	185.247,00	79,2%	158.418,68
DIGITAL EURO FIN 2.625 04/15/24		1.000.000,00	96,96%	107,7%	1.077.200,00	98,8%	988.291,07
DOW CHEMICAL CO 1.125 03/15/32		500.000,00	76,03%	86,5%	432.645,00	76,9%	384.610,87
DOW CHEMICAL CO 1.875 03/15/40		600.000,00	65,63%	100,4%	602.113,00	67,1%	402.730,61
DP WORLD PLC 2.375 09/25/26		2.700.000,00	93,63%	106,7%	2.882.210,00	94,3%	2.544.950,64
DSM NV 1 04/09/25		1.000.000,00	94,37%	99,5%	994.520,00	95,1%	951.025,06
E.ON SE 1 10/07/25		160.000,00	94,06%	102,2%	163.532,61	94,3%	150.861,51
EAST JAPAN RAIL 1.104 09/15/39		1.500.000,00	64,40%	89,5%	1.341.900,00	64,7%	970.842,76
EAST JAPAN RAIL 1.85 04/13/33		3.311.000,00	82,79%	100,0%	3.311.000,00	84,1%	2.785.154,83
EDENRED 1.375 03/10/25		900.000,00	95,09%	99,2%	892.866,24	96,2%	865.881,74
ELEC DE FRANCE 2 12/09/49		100.000,00	59,52%	94,7%	94.746,47	59,6%	59.641,78
ELEC DE FRANCE 4.625 04/26/30		2.000.000,00	100,93%	98,6%	1.972.459,00	104,1%	2.081.762,57
ELEC DE FRANCE 5.625 02/21/33		700.000,00	107,65%	132,3%	926.100,00	112,5%	787.336,60
ELEC DE FRANCE PERP		2.000.000,00	91,24%	94,4%	1.888.094,51	95,9%	1.918.835,10
ELEC DE FRANCE PERP		400.000,00	93,80%	98,9%	395.534,43	94,8%	379.038,64
ELI LILLY & CO 1.625 06/02/26		100.000,00	94,19%	95,3%	95.294,00	95,1%	95.130,38
ELIA TRANS BE 3.25 04/04/28		600.000,00	97,42%	102,5%	615.210,00	99,8%	598.974,04
ELO SACA 2.25 04/06/23		500.000,00	99,49%	101,9%	509.465,00	101,1%	505.743,12
EMIRATES TELECOM 0.875 05/17/33		500.000,00	73,79%	99,1%	495.345,00	74,3%	371.703,25
ENAGAS FIN SA 1 03/25/23		500.000,00	99,58%	99,8%	498.993,08	100,4%	501.762,61
ENAGAS FIN SA 1.25 02/06/25		700.000,00	95,18%	99,3%	695.217,95	96,3%	674.136,90
ENEL (ENTNZENEL) 5.25 05/20/24		3.000.000,00	102,41%	133,0%	3.989.448,22	105,6%	3.169.335,61
ENEL FIN INTL NV 0 06/17/24		390.000,00	95,13%	97,1%	378.548,82	95,1%	371.004,65
ENEL FIN INTL NV 4.45 04/23/25		1.500.000,00	100,58%	100,0%	1.500.000,00	103,7%	1.554.822,54
ENEL FIN INTL NV 4.875 04/17/23		1.000.000,00	100,68%	125,8%	1.258.337,40	104,1%	1.041.307,51
ENEL SPA 5.625 06/21/27		500.000,00	108,04%	114,7%	573.310,00	111,0%	555.048,29
ENERGIE OBEROEST 4.5 03/04/25		1.070.000,00	101,75%	124,9%	1.336.622,40	105,5%	1.128.544,98
ENGIE 1.375 03/27/25		200.000,00	95,18%	103,9%	207.746,38	96,2%	192.456,96
ENGIE 1.75 03/27/28		200.000,00	90,30%	107,0%	213.918,04	91,6%	183.268,76
ENI SPA 3.25 07/10/23		572.000,00	100,21%	98,8%	565.204,64	101,8%	582.044,68
EQUINIX INC 1 03/15/33		1.000.000,00	72,33%	93,5%	934.930,00	73,1%	731.232,02
ESB FINANCE DAC 2.125 11/05/33		188.000,00	83,13%	110,4%	207.545,62	83,5%	156.891,36
EUTELSAT SA 2.25 07/13/27		400.000,00	82,24%	106,6%	426.336,00	83,3%	333.159,40
FCA BANK IE 0.25 02/28/23		290.000,00	99,70%	93,7%	271.644,45	99,9%	289.727,04
FCA BANK IE 0.5 09/13/24		7.000.000,00	94,15%	94,9%	6.639.500,00	94,3%	6.601.142,52
FEMSA 1 05/28/33		2.000.000,00	68,89%	93,9%	1.878.650,00	69,5%	1.389.728,39
FERROVIAL EMISIO 2.5 07/15/24		1.000.000,00	98,02%	107,2%	1.071.822,13	99,2%	991.788,08
FIDELITY NATL IN 2 05/21/30		525.000,00	85,30%	99,8%	523.971,00	86,5%	454.286,70
FONCIERE MURS 2.218 05/29/23		1.500.000,00	99,56%	100,0%	1.500.000,00	100,9%	1.513.059,27
FONTERRA CO-OP 0.75 11/08/24		2.000.000,00	94,27%	99,0%	1.980.580,00	94,4%	1.887.485,16
FRESENIUS SE & C 4 02/01/24		1.160.000,00	100,40%	117,0%	1.357.758,93	102,1%	1.183.842,86
GAS NAT FENOSA F 2.875 03/11/24		600.000,00	98,94%	99,9%	599.229,38	101,3%	607.598,22
GDF SUEZ 1 03/13/26		1.700.000,00	91,84%	99,5%	1.691.494,15	92,6%	1.574.962,70
GDF SUEZ PERP		500.000,00	98,99%	99,0%	494.930,00	101,2%	506.190,80
GE CAP EUR FUND 3.65 08/23/32		1.000.000,00	93,81%	106,6%	1.065.720,00	95,1%	951.139,27
GE CAPITAL UK 5.875 01/18/33		230.000,00	114,43%	131,3%	302.086,16	120,7%	277.671,07
GECINA 2.875 05/30/23		100.000,00	100,00%	96,4%	96.352,00	101,7%	101.697,21
GEIH - GENERALI EUROPE INCOME HOLDING SA		5.000.000,00	100,00%	100,0%	5.000.000,00	100,0%	5.000.000,00
GEN ELEC CAP CRP 4.125 09/19/35		500.000,00	98,16%	147,7%	738.422,56	99,3%	496.611,36

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
GIVAUDAN FIN EUR 1 04/22/27		100.000,00	90,44%	102,1%	102.144,49	91,1%	91.137,92
GOLDMAN SACHS GP 0.125 08/19/24		280.000,00	94,89%	95,7%	267.915,41	94,9%	265.823,00
GOLDMAN SACHS GP 2 11/01/28		680.000,00	88,63%	104,0%	707.229,24	89,0%	604.913,98
GOLDMAN SACHS GP 2.875 06/03/26		100.000,00	97,36%	99,0%	98.964,00	99,0%	99.026,03
GOLDMAN SACHS GP 3.25 02/01/23		1.585.000,00	100,09%	112,7%	1.786.436,82	103,1%	1.633.465,31
GOLDMAN SACHS GP 3.375 03/27/25		190.000,00	99,34%	109,6%	208.323,65	101,9%	193.653,58
GOODMAN AUST FIN 1.375 09/27/25		3.000.000,00	91,63%	91,0%	2.731.440,00	92,0%	2.759.548,28
GROUPAMA SA 6 01/23/27		3.100.000,00	104,22%	103,0%	3.191.937,91	109,8%	3.405.124,93
GSK CONSUMER HEA 1.25 03/29/26		1.628.000,00	92,22%	99,8%	1.624.841,68	93,2%	1.516.835,74
GSK CONSUMER HEA 2.125 03/29/34		1.071.000,00	81,71%	100,2%	1.072.933,09	83,3%	892.356,89
HANNOVER RUECKV 1.125 04/18/28		700.000,00	87,31%	104,2%	729.447,50	88,1%	616.748,59
HBOS PLC 4.5 03/18/30		3.005.000,00	95,86%	108,4%	3.258.621,34	99,4%	2.987.282,45
HEINEKEN NV 1.75 05/07/40		500.000,00	71,65%	104,3%	521.450,00	72,8%	363.940,45
HEINEKEN NV 2.25 03/30/30		100.000,00	91,24%	110,3%	110.299,67	92,9%	92.943,56
HEINEKEN NV 3.5 03/19/24		400.000,00	100,73%	111,0%	444.128,45	103,5%	413.921,68
HSBC HLDGS PLC 6.75 09/11/28		400.000,00	114,25%	142,9%	571.482,73	116,6%	466.257,65
HSBC HOLDINGS 3 06/30/25		500.000,00	97,31%	99,1%	495.743,51	98,8%	494.089,20
HSBC HOLDINGS 4.95 03/31/30		200.000,00	89,50%	108,5%	217.034,99	90,7%	181.313,98
IBERDROLA INTL PERP		2.400.000,00	79,90%	102,8%	2.467.200,00	81,4%	1.954.255,12
IBM CORP 1.125 09/06/24		1.059.000,00	96,41%	99,4%	1.052.635,41	96,8%	1.024.785,93
IBM CORP 1.2 02/11/40		500.000,00	65,43%	99,6%	497.982,64	66,9%	334.735,82
IBM CORP 1.25 05/26/23		880.000,00	99,53%	99,9%	878.790,21	100,3%	882.505,66
ICADE 1.625 02/28/28		4.400.000,00	82,99%	85,8%	3.773.440,00	84,4%	3.711.571,03
ICADE 1.75 06/10/26		500.000,00	89,56%	88,8%	444.220,00	90,5%	452.691,41
ICADE SANTE SAS 0.875 11/04/29		5.500.000,00	73,44%	92,5%	5.085.300,00	73,6%	4.046.463,73
IMPERIAL BRANDS 1.125 08/14/23		500.000,00	98,42%	100,0%	499.780,00	98,9%	494.256,11
INFINEON TECH 2 06/24/32		6.000.000,00	82,95%	101,2%	6.069.830,00	84,0%	5.039.227,31
ING GROEP NV 2.125 05/23/26		2.100.000,00	95,18%	96,3%	2.023.077,00	96,5%	2.025.854,09
INTESA SANPAOLO 1 11/19/26		640.000,00	88,94%	93,8%	600.074,27	89,1%	569.982,61
INTESA SANPAOLO 3.125 02/05/24		340.000,00	99,77%	99,9%	339.826,60	102,6%	348.786,48
INTESA SANPAOLO 6.625 09/13/23		885.000,00	101,92%	117,3%	1.037.892,57	103,9%	919.537,21
INVESTOR AB 1.5 09/12/30		100.000,00	85,59%	99,9%	99.898,00	86,0%	86.039,13
INVESTOR AB 2.75 06/10/32		1.000.000,00	91,78%	99,6%	995.520,00	93,3%	933.126,56
IXIS CIB 5.375 11/29/27		1.900.000,00	103,05%	113,4%	2.154.092,33	103,5%	1.966.827,67
JOHNSON&JOHNSON 3.625 03/03/37		260.000,00	83,39%	106,4%	276.741,95	84,5%	219.700,90
JPMORGAN CHASE 1.047 11/04/32		318.000,00	75,96%	95,8%	304.524,75	76,1%	242.067,57
JPMORGAN CHASE 1.5 01/27/25		1.000.000,00	96,69%	100,0%	999.567,11	98,1%	980.808,80
JPMORGAN CHASE 2.875 05/24/28		300.000,00	93,98%	98,9%	296.556,00	95,7%	287.174,19
JPMORGAN CHASE 3.559 04/23/24		232.000,00	93,10%	96,7%	224.389,87	93,7%	217.446,55
KELLOGG CO 1.25 03/10/25		1.380.000,00	95,47%	100,0%	1.379.650,93	96,5%	1.331.442,89
KENNEDY WILSON E 3.25 11/12/25		1.300.000,00	77,78%	103,8%	1.348.954,33	78,2%	1.016.820,11
KERING 1.25 05/05/25		1.000.000,00	95,66%	99,6%	996.480,00	96,5%	964.859,90
KOJAMO OYJ 1.875 05/27/27		1.029.000,00	84,27%	99,2%	1.020.613,65	85,4%	878.688,51
KPN NV 5.625 09/30/24		1.125.000,00	103,74%	133,7%	1.504.451,27	105,2%	1.182.999,64
LA MONDIALE 0.75 04/20/26		600.000,00	87,73%	99,4%	596.412,00	88,3%	529.504,45
LA POSTE SA 0.625 01/18/36		1.500.000,00	64,56%	64,8%	971.400,00	65,2%	977.271,77
LA POSTE SA 4.375 06/26/23		1.500.000,00	100,69%	123,9%	1.858.082,94	102,9%	1.544.186,04
LANDESBK SACHSEN 6.195 05/21/31		400.000,00	111,79%	143,6%	574.201,14	115,6%	462.244,35
LEGRAND SA 1.875 07/06/32		200.000,00	84,15%	110,0%	219.973,35	85,1%	170.120,99
LEHMAN BROS HLDG 6.375 05/10/11		500.000,00	0,67%	48,9%	244.555,22	0,7%	3.327,43
LIBERTY MUTUAL 4.625 12/02/30		4.900.000,00	95,26%	98,9%	4.843.650,00	95,6%	4.685.773,32
LIBERTY MUTUAL E 1.75 03/27/24		1.500.000,00	97,29%	101,1%	1.516.734,15	98,6%	1.479.352,94
LINDE PLC 1.375 03/31/31		500.000,00	85,17%	99,3%	496.735,00	86,2%	431.028,14
LLOYDS BANK 0.375 01/28/25		320.000,00	93,07%	95,4%	305.357,20	93,4%	298.923,47
LLOYDS BK GR PLC 3.5 04/01/26		1.800.000,00	98,39%	112,6%	2.026.790,46	101,0%	1.818.314,83
LLOYDS BK GR PLC 4.5 03/18/30		900.000,00	96,07%	114,2%	1.027.800,00	99,6%	896.630,40
LONZA FINANCE IN 1.625 04/21/27		220.000,00	90,87%	103,6%	227.949,65	92,0%	202.411,21
LVMH MOET HENNES 0.125 02/11/28		600.000,00	85,98%	96,2%	577.456,71	86,1%	516.559,39
LVMH MOET HENNES 0.375 02/11/31		100.000,00	79,65%	95,5%	95.528,09	80,0%	79.984,12

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
LYB INT FINANCE 0.875 09/17/26		500.000,00	87,20%	93,8%	469.030,00	87,5%	437.271,59
MACQUARIE GROUP 0.35 03/03/28		1.200.000,00	80,94%	88,7%	1.064.472,00	81,2%	974.744,73
MACQUARIE GROUP 0.625 02/03/27		700.000,00	86,04%	94,7%	662.770,50	86,6%	606.243,24
MACQUARIE GROUP 0.943 01/19/29		4.800.000,00	81,02%	90,1%	4.324.187,10	81,9%	3.932.013,09
MACQUARIE GROUP 0.95 05/21/31		3.100.000,00	73,98%	98,6%	3.055.810,00	74,6%	2.311.607,92
MAHLE GMBH 2.375 05/14/28		4.000.000,00	71,83%	99,5%	3.979.300,00	73,3%	2.933.156,24
MAPFRE 1.625 05/19/26		1.500.000,00	91,93%	103,4%	1.551.431,18	92,9%	1.393.995,79
MASTERCARD INC 3.3 03/26/27		142.000,00	89,30%	102,5%	145.483,30	90,1%	127.959,53
MDGH GMTN RSC 1 03/10/34		7.000.000,00	74,47%	99,2%	6.946.750,00	75,3%	5.269.610,56
MEDTRONIC GLOBAL 2.625 10/15/25		2.500.000,00	97,40%	99,7%	2.491.300,00	98,1%	2.453.268,60
MERCEDES-BENZ IN 1.5 03/09/26		1.069.000,00	94,39%	99,5%	1.063.306,80	95,6%	1.022.128,71
MERLIN PROPRIETIE 1.875 11/02/26		1.000.000,00	89,73%	97,7%	976.630,00	90,0%	900.311,06
MET LIFE GLOB 0.375 04/09/24		220.000,00	96,20%	98,3%	216.169,49	96,5%	212.230,38
METRO WHOLESALE 1.5 03/19/25		500.000,00	97,05%	99,9%	499.369,63	98,2%	491.171,63
MICHELIN 2.5 09/03/38		1.000.000,00	87,19%	100,2%	1.002.108,00	88,0%	880.078,55
MICROSOFT CORP 2.625 05/02/33		149.000,00	93,09%	125,3%	186.701,48	94,8%	141.302,39
MMS USA HLDGS 1.25 06/13/28		300.000,00	87,55%	92,6%	277.658,09	88,2%	264.705,17
MOL HUNGARIAN 1.5 10/08/27		3.000.000,00	82,46%	102,6%	3.078.750,00	82,8%	2.484.121,42
MONDI FINANCE 2.375 04/01/28		200.000,00	92,41%	101,4%	202.883,74	94,2%	188.383,54
MONDI FINANCE PL 1.625 04/27/26		1.000.000,00	92,67%	101,7%	1.016.990,00	93,8%	937.745,16
MOODY'S CORP 1.75 03/09/27		500.000,00	92,25%	98,3%	491.699,36	93,7%	468.375,04
MORGAN STANLEY 0.637 07/26/24		290.000,00	98,45%	98,7%	286.152,86	98,7%	286.292,40
MORGAN STANLEY 1.75 01/30/25		1.000.000,00	96,41%	99,9%	998.634,79	98,0%	980.163,53
MORGAN STANLEY 1.75 03/11/24		700.000,00	98,24%	97,8%	684.775,00	99,7%	697.576,14
MORGAN STANLEY 3.591 07/22/28		250.000,00	86,12%	99,3%	248.224,64	87,6%	219.022,02
NASDAQ INC 1.75 03/28/29		700.000,00	86,66%	103,2%	722.255,00	88,0%	615.937,39
NATIONWIDE BLDG 07/25/29		500.000,00	94,23%	97,5%	487.253,90	95,1%	475.531,12
NATIONWIDE BLDG 1.25 03/03/25		880.000,00	95,22%	100,0%	879.587,78	96,3%	847.058,34
NATIONWIDE BLDG 10/18/32		250.000,00	83,07%	92,6%	231.493,58	83,8%	209.605,52
NATIONWIDE BLDG 2 01/27/23		688.000,00	93,44%	92,3%	635.358,43	94,2%	648.376,13
NATIONWIDE BLDG 3.25 09/05/29		2.000.000,00	94,04%	96,3%	1.926.250,00	95,1%	1.901.630,06
NATWEST MARKETS 0.125 11/12/25		8.200.000,00	89,53%	90,2%	7.394.235,85	89,5%	7.342.509,84
NATWEST MARKETS 1.375 03/02/27		9.600.000,00	89,29%	95,7%	9.188.560,00	90,4%	8.681.676,23
NATWEST MARKETS 2.75 04/02/25		3.410.000,00	97,37%	108,8%	3.709.651,41	99,4%	3.390.571,74
NESTLE FIN INTL 0.875 03/29/27		1.869.000,00	91,08%	99,8%	1.865.396,16	91,7%	1.714.722,18
NESTLE FIN INTL 1.5 03/29/35		1.574.000,00	79,85%	98,7%	1.553.122,66	81,0%	1.274.821,34
NESTLE FIN INTL 1.5 04/01/30		70.000,00	88,13%	108,9%	76.231,42	89,3%	62.482,08
NIBC BANK NV 2 04/09/24		1.300.000,00	97,36%	100,6%	1.307.839,00	98,8%	1.284.573,48
NN GROUP NV 4.625 04/08/44		1.400.000,00	99,12%	107,5%	1.504.886,25	102,5%	1.435.103,31
NOVARTIS CAPITAL 3.1 05/17/27		420.000,00	88,80%	101,6%	426.719,48	89,2%	374.446,07
NYKREDIT 0.5 07/10/25		1.000.000,00	91,91%	92,7%	926.986,00	92,1%	921.436,37
OP CORPORATE BK 0.125 07/01/24		1.500.000,00	95,37%	95,0%	1.425.255,00	95,4%	1.431.450,50
OP CORPORATE BK 2.875 12/15/25		100.000,00	97,78%	98,2%	98.193,00	97,9%	97.901,85
ORANGE 1.25 07/07/27		100.000,00	90,42%	103,5%	103.479,33	91,0%	91.025,46
ORANGE PERP		3.100.000,00	88,43%	102,3%	3.170.380,00	89,8%	2.783.984,89
ORANGE PERP		1.890.000,00	100,66%	110,9%	2.095.558,97	105,4%	1.991.349,41
PEPSICO INC 1.05 10/09/50		900.000,00	57,93%	100,9%	908.018,50	58,2%	523.563,73
PETROLEOS MEXICA 3.75 04/16/26		300.000,00	88,03%	103,1%	309.375,00	90,7%	272.073,66
PETROLEOS MEXICA 5.125 03/15/23		850.000,00	100,06%	114,5%	973.080,00	104,1%	885.234,73
PHILIP MORRIS IN 3.125 06/03/33		1.400.000,00	83,36%	125,1%	1.751.960,00	85,2%	1.192.346,92
PORTUGAL TEL FIN 0 06/16/25		1.700.000,00	0,05%	20,7%	351.050,00	0,1%	850,00
PPG INDUSTRIES 1.4 03/13/27		780.000,00	89,99%	98,9%	771.516,30	91,1%	710.667,84
PPG INDUSTRIES 1.875 06/01/25		1.000.000,00	95,41%	99,8%	998.370,00	96,5%	965.376,20
PROCTER & GAMBLE 0.625 10/30/24		2.000.000,00	95,63%	96,1%	1.922.800,00	95,7%	1.914.700,83
PROCTER & GAMBLE 1.875 10/30/38		100.000,00	81,76%	117,3%	117.301,05	82,1%	82.082,61
PROSUS NV 1.539 08/03/28		100.000,00	80,82%	98,8%	98.785,00	81,5%	81.454,67
PROSUS NV 2.085 01/19/30		2.000.000,00	77,78%	98,7%	1.973.800,00	79,8%	1.595.216,98
PROXIMUS SADP 1.875 10/01/25		400.000,00	95,47%	98,8%	395.364,00	95,9%	383.750,16
PSA TRESORERIE 6 09/19/33		800.000,00	108,74%	121,5%	971.985,68	110,4%	883.504,90

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
PUBLIC STORAGE 0.5 09/09/30		1.600.000,00	75,01%	95,2%	1.523.785,00	75,2%	1.202.703,93
PURPLE PROTECTED ASSET		19.669.964,20	79,63%	100,5%	19.763.220,22	79,6%	15.663.192,49
RABOBANK 1.375 02/03/27		500.000,00	92,36%	94,0%	469.980,00	93,6%	468.036,53
RABOBANK 4.125 07/14/25		1.010.000,00	102,37%	97,2%	981.611,70	104,3%	1.053.378,99
RAIFFEISEN BK IN 06/17/33		3.000.000,00	70,84%	99,7%	2.991.060,00	71,6%	2.147.487,76
RICHEMONT INT 1.625 05/26/40		878.000,00	71,76%	98,4%	863.837,86	72,7%	638.635,50
ROYAL SCHIPHOL 0 04/22/25		1.000.000,00	91,39%	95,8%	958.010,00	91,4%	913.867,21
RTE RESEAU DE TR 0 09/09/27		1.600.000,00	83,97%	93,1%	1.489.729,00	84,0%	1.343.440,27
RTE RESEAU DE TR 1.125 09/09/49		1.000.000,00	52,76%	95,6%	956.400,00	53,1%	531.116,22
RTE RESEAU DE TR 2.75 06/20/29		400.000,00	93,81%	109,8%	439.212,00	95,3%	381.087,02
SAGAX EURO MTN 1 05/17/29		4.400.000,00	69,77%	99,6%	4.381.200,00	70,4%	3.097.219,53
SAIPEM FIN INTL 3.125 03/31/28		1.201.000,00	82,91%	100,0%	1.201.000,00	85,3%	1.024.030,71
SAIPEM FIN INTL 3.75 09/08/23		2.000.000,00	99,44%	105,6%	2.111.666,25	100,6%	2.012.166,16
SAMHALLSBYGG 1.125 09/04/26		1.200.000,00	73,92%	99,3%	1.192.088,40	74,3%	891.357,58
SAMVARDHANA MOTH 3.7 06/18/25		900.000,00	89,31%	100,0%	900.000,00	91,3%	821.630,77
SANDVIK AB 4.1 07/02/27		600.000,00	99,62%	100,0%	600.000,00	101,7%	609.975,94
SANTANDER ISSUAN 3.125 01/19/27		500.000,00	95,90%	108,0%	540.000,00	98,9%	494.317,33
SBB TREASURY OYJ 0.75 12/14/28		2.000.000,00	63,76%	96,3%	1.925.600,00	63,8%	1.275.840,58
SCA HYGIENE AB 1.125 03/05/25		1.000.000,00	94,68%	99,8%	998.368,67	95,6%	956.035,77
SCENTRE GROUP TR 1.45 03/28/29		8.400.000,00	79,85%	91,9%	7.721.060,00	81,0%	6.800.417,28
SCHAEFFLER AG 1.875 03/26/24		1.000.000,00	97,49%	102,6%	1.025.930,00	98,9%	989.332,41
SCOR SE 06/05/47		300.000,00	89,30%	99,5%	298.500,00	91,2%	273.476,00
SCOR SE 06/08/46		1.400.000,00	91,75%	107,5%	1.504.654,69	93,4%	1.308.204,11
SES 2 07/02/28		1.000.000,00	85,30%	99,6%	995.800,00	86,3%	862.942,12
SHELL INTL FIN 1.875 09/15/25		1.800.000,00	96,12%	98,8%	1.777.680,00	96,7%	1.740.115,87
SIEMENS FINAN 0.25 06/05/24		1.000.000,00	96,04%	96,0%	960.260,00	96,2%	961.845,13
SIEMENS FINAN 2.25 03/10/25		1.800.000,00	97,90%	99,7%	1.794.836,00	98,6%	1.774.819,41
SIEMENS FINAN 3 09/08/33		1.100.000,00	94,32%	99,9%	1.098.878,00	95,3%	1.047.859,74
SMITH & NEPHEW 4.565 10/11/29		5.900.000,00	99,75%	101,3%	5.979.204,00	100,8%	5.944.777,03
SMITHS GROUP PLC 2 02/23/27		1.600.000,00	93,48%	100,1%	1.602.071,00	95,2%	1.522.961,30
SOC GENERALE SCF 4.25 02/03/23		1.000.000,00	100,19%	100,2%	1.002.200,00	104,0%	1.040.441,73
SOCIETE GENERALE 0.25 07/08/27		100.000,00	85,15%	85,5%	85.498,00	85,3%	85.269,69
SOCIETE GENERALE 0.875 09/24/29		600.000,00	78,94%	92,9%	557.696,49	79,2%	475.063,18
SOCIETE GENERALE 1.25 02/15/24		700.000,00	97,60%	99,8%	698.523,00	98,7%	690.819,52
SOCIETE GENERALE 1.375 05/05/28		400.000,00	90,55%	90,9%	363.548,00	91,5%	365.827,36
SOCIETE GENERALE 1.5 05/30/25		1.500.000,00	96,86%	97,0%	1.455.600,00	97,7%	1.466.114,74
SOCIETE GENERALE 2.625 05/30/29		1.000.000,00	92,74%	98,2%	981.510,00	94,3%	942.818,70
SOCIETE GENERALE 4 06/07/23		3.600.000,00	100,19%	108,4%	3.901.696,56	102,5%	3.688.463,27
SOCIETE GENERALE 4.25 12/06/30		3.600.000,00	96,16%	99,5%	3.582.936,00	96,4%	3.471.549,10
SPIRE SA 10/12/35		30.000.000,00	69,36%	100,0%	30.000.000,00	71,5%	21.449.838,08
SSE PLC 1.75 04/16/30		780.000,00	84,94%	102,8%	801.688,80	86,2%	672.246,27
STANDARD CHART 09/09/30		5.230.000,00	92,35%	105,8%	5.531.701,80	93,1%	4.870.433,82
STATE GRID OSEAS 0.797 08/05/26		820.000,00	87,13%	100,0%	820.000,00	87,5%	717.102,46
STATE GRID OSEAS 1.303 08/05/32		600.000,00	71,31%	101,8%	610.620,00	71,8%	431.014,53
STATOIL ASA 0.875 02/17/23		700.000,00	99,86%	96,3%	674.030,00	100,6%	704.309,61
STELLANTIS NV 4.5 07/07/28		2.200.000,00	99,85%	102,5%	2.254.802,00	102,0%	2.244.730,77
STORA ENSO OYJ 0.625 12/02/30		100.000,00	77,49%	99,2%	99.211,00	77,5%	77.540,37
STYROLUTION 2.25 01/16/27		2.500.000,00	81,00%	99,1%	2.477.625,00	82,0%	2.050.814,13
SYNGENTA FINANCE 3.375 04/16/26		8.800.000,00	93,87%	100,8%	8.866.532,79	96,3%	8.471.572,13
TAKEDA PHARM 1.375 07/09/32		300.000,00	78,61%	97,1%	291.285,00	79,3%	237.807,54
TAKEDA PHARMACEU 2.25 11/21/26		600.000,00	94,96%	101,8%	610.800,00	95,2%	571.231,24
TALANX AG 3.125 02/13/23		1.300.000,00	100,05%	100,0%	1.299.454,00	102,8%	1.336.400,13
TECHNIPFMC 4 06/15/27		2.000.000,00	95,17%	100,1%	2.001.001,00	97,3%	1.946.935,92
TELECOM IT FIN 7.75 01/24/33		100.000,00	105,57%	134,9%	134.917,80	112,8%	112.811,84
TELEFONICA EMIS 2.318 10/17/28		1.200.000,00	92,13%	102,7%	1.231.800,00	92,6%	1.111.253,69
TELEFONICA EMIS 3.987 01/23/23		800.000,00	100,11%	108,8%	870.646,24	103,8%	830.749,04
TELIA CO AB 05/11/81		2.000.000,00	88,62%	101,0%	2.019.400,00	89,5%	1.790.004,78
TELIASONERA AB 3.5 09/05/33		200.000,00	95,47%	102,4%	204.874,00	96,6%	193.183,69
TELSTRA CORP LTD 2.5 09/15/23		1.150.000,00	99,63%	99,9%	1.148.483,00	100,4%	1.154.217,57

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
TENNET HLD BV 0.875 06/16/35		1.000.000,00	69,26%	88,1%	881.480,00	69,7%	697.395,06
TEOLLISUUDEN VOI 2.125 02/04/25		1.500.000,00	94,92%	99,5%	1.492.407,33	96,8%	1.452.676,94
TERNA RETE 0.375 06/23/29		900.000,00	79,91%	94,6%	851.409,00	80,1%	720.961,42
TERNA RETE 4.9 10/28/24		3.100.000,00	102,18%	134,8%	4.178.403,00	103,0%	3.194.215,45
THERMO FISHER 1.75 04/15/27		110.000,00	92,94%	104,9%	115.416,33	94,2%	103.602,83
THERMO FISHER 2.875 07/24/37		224.000,00	86,80%	117,9%	264.005,95	88,1%	197.262,16
TORONTO DOM BANK 3.129 08/03/32		1.500.000,00	91,05%	87,8%	1.317.375,00	92,3%	1.385.043,36
TOTAL CAP INTL 1.491 04/08/27		200.000,00	92,29%	105,3%	210.641,52	93,4%	186.764,68
TOTALENERGIES SE PERP		2.094.000,00	93,64%	98,4%	2.059.530,56	95,9%	2.007.228,56
TOTALENERGIES SE PERP		2.000.000,00	75,98%	101,6%	2.032.500,00	76,6%	1.532.523,81
TOYOTA MTR CRED 0.125 11/05/27		1.100.000,00	84,75%	91,4%	1.005.059,00	84,8%	932.491,05
TOYOTA MTR CRED 2.15 02/13/30		1.100.000,00	78,90%	90,3%	993.290,80	79,7%	876.361,26
TYCO INTL FINANC 1.375 02/25/25		500.000,00	93,81%	99,9%	499.356,96	95,0%	474.872,45
UBS GROUP 0.25 01/29/26		1.500.000,00	91,73%	97,3%	1.459.740,00	92,0%	1.379.377,95
UBS GROUP FUNDIN 1.5 11/30/24		600.000,00	97,29%	101,8%	610.672,29	97,4%	584.490,61
UNIBAIL-RODAMCO 1.75 02/27/34		200.000,00	73,08%	89,3%	178.687,95	74,6%	149.113,33
UNICREDIT SPA 5.25 04/30/23		1.900.000,00	100,91%	100,0%	1.899.125,00	104,4%	1.984.373,85
UNILEVER FINANCE 1.75 03/25/30		160.000,00	90,01%	111,6%	178.483,84	91,4%	146.179,41
UNILEVER PLC 1.5 06/11/39		100.000,00	73,73%	109,6%	109.609,74	74,6%	74.566,75
UNITED PARCEL 1.625 11/15/25		1.000.000,00	95,74%	100,9%	1.008.980,00	95,9%	959.481,09
UPJOHN FINANCE 1.908 06/23/32		500.000,00	76,19%	105,4%	527.065,00	77,2%	385.944,01
URW 2.625 04/09/30		500.000,00	89,22%	100,5%	502.264,40	91,1%	455.656,77
VATTENFALL AB 03/19/77		2.000.000,00	89,47%	87,8%	1.755.009,39	91,8%	1.836.505,10
VATTENFALL AB 3.25 04/18/24		1.000.000,00	99,38%	100,1%	1.000.520,00	100,0%	1.000.380,90
VATTENFALL AB 5.375 04/29/24		700.000,00	102,60%	118,3%	827.791,12	106,2%	743.550,56
VEOLIA ENVRNMT 1.25 04/02/27		200.000,00	90,72%	103,4%	206.757,66	91,7%	183.306,96
VEOLIA ENVRNMT 1.25 05/19/28		1.000.000,00	87,52%	104,4%	1.043.596,77	88,3%	882.931,41
VIENNA INSURANCE 5.5 10/09/43		1.400.000,00	99,75%	109,5%	1.533.215,81	101,0%	1.413.974,41
VOLKSWAGEN FIN 1.5 10/01/24		800.000,00	95,73%	96,8%	774.032,00	96,1%	768.816,69
VOLKSWAGEN FIN 2.75 07/10/23		200.000,00	111,64%	112,1%	224.205,82	113,1%	226.233,32
VOLKSWAGEN FIN 3.375 04/06/28		1.100.000,00	93,50%	113,3%	1.246.457,50	96,0%	1.055.886,26
VOLKSWAGEN INTFN 3.25 11/18/30		5.200.000,00	91,04%	115,1%	5.986.028,30	91,4%	4.753.798,50
VOLKSWAGEN INTFN 3.3 03/22/33		100.000,00	89,12%	98,6%	98.566,00	91,7%	91.689,52
VOLKSWAGEN LEAS 1.625 08/15/25		320.000,00	93,98%	98,0%	313.450,27	94,6%	302.707,95
VOLVO CAR AB 2 01/24/25		2.000.000,00	94,12%	102,5%	2.050.000,00	96,0%	1.919.727,20
VOLVO TREAS AB 0 05/09/24		600.000,00	95,54%	94,9%	569.562,00	95,5%	573.210,73
VOLVO TREAS AB 0.125 09/17/24		1.000.000,00	94,35%	96,5%	965.460,00	94,4%	943.831,07
VOLVO TREAS AB 03/10/78		2.100.000,00	99,49%	103,2%	2.166.457,56	103,4%	2.171.802,16
VOLVO TREAS AB 1.625 09/18/25		5.100.000,00	94,61%	100,1%	5.102.704,00	95,1%	4.848.731,26
VONOVIA BV 0.75 01/15/24		1.000.000,00	96,74%	96,8%	967.850,00	97,5%	974.547,82
VONOVIA BV 2.75 03/22/38		200.000,00	72,18%	109,5%	219.029,67	74,3%	148.645,79
WALGREENS BOOTS 2.125 11/20/26		500.000,00	92,58%	105,2%	526.115,00	92,8%	464.108,47
WASH MUT BANK NV 0 01/17/17		5.000.000,00	0,01%	0,0%	0,00	0,0%	388,45
WELLS FARGO CO 0.625 08/14/30		1.030.000,00	75,36%	90,7%	934.446,90	75,6%	778.609,30
WELLS FARGO CO 1.338 05/04/25		400.000,00	96,46%	100,1%	400.304,00	97,3%	389.381,04
WELLS FARGO CO 1.5 05/24/27		2.300.000,00	88,83%	105,3%	2.421.670,00	89,7%	2.064.028,63
WHIRLPOOL EMEA 0.5 02/20/28		1.000.000,00	82,52%	84,0%	839.500,00	82,9%	829.474,67
WINTERSHALL FIN 1.823 09/25/31		2.000.000,00	73,74%	105,0%	2.100.000,00	74,2%	1.484.522,51
WMG ACQUISITION 2.75 07/15/28		1.000.000,00	90,35%	102,5%	1.024.600,00	91,6%	916.119,14
WPC EUROBOND 0.95 06/01/30		2.800.000,00	72,27%	99,1%	2.774.360,00	72,8%	2.038.963,61
WPC EUROBOND 2.25 07/19/24		1.900.000,00	96,00%	97,0%	1.843.000,00	97,0%	1.843.389,88
WPP FINANCE 2.375 05/19/27		3.000.000,00	93,45%	103,7%	3.109.620,00	94,9%	2.847.493,56
ZF FINANCE GMBH 2.25 05/03/28		1.100.000,00	78,08%	99,0%	1.089.026,00	79,6%	875.248,41
subtotal		0 766.408.964,20			758.091.394,19		684.255.890,61
subtotal		0 1.611.728.565,81			1.652.179.117,58		1.439.680.573,20
Total		14.752.476 1.611.728.565,81			1.946.015.605,39		1.700.073.815,80

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço (Inclui juros decorridos)	
						unitário	Total
2.3 - Derivados de Negociação							
EURO FX CURR FUT Mar23		6.625.000,00					0,00
EURO/GBP FUTURE Mar23		3.250.000,00					0,00
FWD1813 01/06/23 PTOTEWOE0017		-4.110.000,00					316.419,13
FWD1822 01/06/23 PTOTEROE0014		-2.640.000,00					142.965,69
FWD1823 01/06/23 PTOTELOE0028		-42.900.000,00					2.215.517,86
FWD1824 01/06/23 PTOTEPOE0032		-11.100.000,00					967.254,39
FWD1825 01/06/23 PTOTE5OE0007		-9.300.000,00					1.012.265,47
FWD1826 01/06/23 PTOTENOE0034		-22.389.041,00					1.695.477,97
FWD1827 01/06/23 PTOTE0OE0033		-40.850.000,00					2.302.529,78
FWD1828 01/06/23 PTOTEBOE0020		-5.300.000,00					608.795,84
Total	0	-128.714.041,00			0,00		9.261.226,13
Total	7.174.724.863	1.896.075.879,92			2.372.880.060,14		2.075.277.451,85
3 - TOTAL GERAL	7.174.944.907	1.896.075.879,92			2.383.369.551,15		2.075.277.453,85

09 / Divulgação das Políticas de Remuneração



9. DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba:

- Informação sobre a Política de Remuneração dos **Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral** (“Membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, ROC e membros da Mesa da Assembleia”), dos **Colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de Funções-Chave** (no âmbito dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno, compliance e atuarial), **Colaboradores com Outras Funções Relevantes** (membros do Comité de Gestão Executivo, Diretores de Topo e cargos de chefia de 1.º nível), e **Outros Colaboradores** (Colaboradores vinculados através de contrato de trabalho e não incluídos nos anteriores);
- Quadro com remunerações pagas durante o ano de 2022 aos membros dos Órgãos Sociais e outros colaboradores que dirigem efetivamente a empresa;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no artigo 275.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, conforme estabelecido no artigo 92.º, da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril.

A Política de Remuneração é **revista** com uma periodicidade mínima anual, sob proposta do Comité de Remunerações, nos termos previstos no artigo 89.º, n.º 6, al. c) da NR 4/2022-R, de 26 de abril, e é **aprovada** em sede de Assembleia Geral, nos termos previstos no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia e do art.º 79.º, n.º 2 da NR 4/2022-R, após aprovação prévia do Conselho de Administração, nos termos do artigo 79.º, n.º 1 da NR 4/2022-R, sob proposta do Comité de Remunerações.

A Política de Remuneração é transparente e é objeto de divulgação interna, nomeadamente através da sua publicação no Portal da Companhia. As informações sobre a Política de Remuneração, assim como a respetiva Declaração de Conformidade de acordo com o art.º 275.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35, contam ainda dos documentos anuais de prestação de contas (o presente documento), disponíveis no sítio institucional da Companhia (www.tranquilidade.pt), conforme estabelecido no art.º 91.º e art.º 92.º da NR 4/2022-R.

Adicionalmente, a Política de Remuneração é submetida a uma avaliação interna independente com uma periodicidade mínima anual, executada pelo Comité de Remunerações, tendo como objetivo a verificação do cumprimento da política e das práticas de remuneração. No âmbito das suas tarefas, o Comité de Remuneração assegura o envolvimento adequado dos responsáveis pelas funções-chave, designadamente das funções de gestão de riscos e de verificação do cumprimento, conforme estabelecido no art.º 89.º, n.º 6 e n.º 7 da NR 4/2022-R.

9.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA GENERALI SEGUROS, S.A.

A Política de Remunerações, que engloba os membros dos **Órgãos Sociais**, os **Colaboradores com Funções-Chave**, os **Colaboradores com Outras Funções Relevantes** e, ainda, **Outros Colaboradores** não integrados nas categorias anteriores, foi aprovada para o ano de 2022 previamente pelo Conselho de Administração de 30/11/2022 (Ata 1091) e em reunião de Assembleia Geral de 23/12/2022 (Ata n.º 88). O Comité de Remuneração revê e aprova preliminarmente a Política de Remuneração, o que ocorreu com data de 28/11/2022 (Ata n.º 3) e propôs a sua aprovação ao Conselho de Administração e Assembleia Geral.

POPULAÇÃO-ALVO

A Política de Remunerações da Generali Seguros é aplicável à população-alvo seguinte:

- aos **Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia** (“Membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, ROC e membros da Mesa da Assembleia”)
- aos **Colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de funções-chave**, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem uma atividade no âmbito dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno, compliance e atuarial (“Colaboradores com Funções-Chave”);
- aos **Colaboradores que dirigem efetivamente a empresa** (membros do Comité de Gestão Executivo), Diretores de Topo e cargos de chefia de 1º nível, independentemente da área em que exerçam atividade, na medida em que sejam responsáveis por

uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da Companhia, entendendo-se como tal todos aqueles que gerem um risco significativo no âmbito dos riscos incluídos no sistema de gestão de riscos, com elevado nível de responsabilidade e influência no negócio e/ou que participem nas decisões de alto nível sobre a gestão e estratégia negocial da Companhia (“Colaboradores com Funções Relevantes”); e

- D.** aos **Colaboradores vinculados através de contrato de trabalho, com funções não incluídas nas alíneas anteriores** (“Outros Colaboradores”).

PRINCÍPIOS

A Política de Remuneração obedece aos **seguintes princípios**:

Princípios transversais, aplicáveis à População-Alvo:

- a) A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia;
- b) Sendo consistente com uma estratégia de gestão e controlo de riscos eficaz;
- c) Evitando uma excessiva exposição ao risco;
- d) Evitando potenciais conflitos de interesses; e
- e) Sendo coerente com os objetivos, valores e interesses da Companhia a longo prazo;
- f) A Política de Remuneração promove uma gestão de risco sólida e eficaz e não deve incentivar a assunção de riscos que excedam os limites de tolerância face ao risco da empresa;
- g) A Política de Remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão, natureza e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade;
- h) A Política de Remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia;
- i) Nenhuma pessoa incluída na população-alvo pode receber remuneração e/ou comissões de assiduidade por outros cargos que lhe sejam atribuídos em subsidiárias e outras entidades associadas do Grupo Generali, salvo se houver exceção específica, devidamente justificada, formalizada e autorizada pelos Órgãos Sociais relevantes;
- j) Qualquer revisão salarial ou acordo com profissionais que tenham uma remuneração fixa acima de 250.000€ deverá ser comunicada ao Group Chief HR & Organization Officer.

Princípios específicos, aplicáveis aos membros dos Órgãos de Administração, em conformidade com o previsto na Política de Remunerações do Grupo Generali:

- a) A remuneração fixa e variável deve ser equilibrada de forma que a remuneração fixa represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total para garantir uma flexibilidade total na componente variável;
- b) O valor total da remuneração variável tem por base uma combinação da avaliação do desempenho global individual, empresarial e de grupo;
- c) Uma parte substancial da remuneração variável deve ser diferida: o período de diferimento não deve ser inferior a três anos e deve ser compatível com a natureza do negócio, os seus riscos e a atividade dos trabalhadores em causa;
- d) Na avaliação de desempenho devem ser levados em consideração critérios financeiros e não financeiros;
- e) A medição de desempenho deve incluir um ajuste para baixo (*malus* e *clawback*) para a exposição aos riscos atuais e futuros, levando em consideração o perfil de risco e o custo de capital;
- f) As estratégias de *hedging* pessoal ou seguro de remuneração e responsabilidade (que prejudicariam os efeitos de alinhamento de risco subjacentes ao cálculo da remuneração) são proibidas;
- g) É definido um limite máximo para todas as componentes variáveis a pagar;
- h) As decisões de remuneração deverão ter em consideração dados/estudos de mercado;
- i) A compensação eventualmente acordada com os membros do órgão de Administração, para casos de destituição sem justa causa, não é devida se a cessação de funções resultar de um inadequado desempenho do membro cessante, não devendo ser paga.

Princípios específicos, aplicáveis aos Colaboradores com Funções-Chave e Colaboradores com Funções Relevantes:

- a) A sua retribuição é definida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, de forma a garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções;
- b) A sua remuneração variável é independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidos ao seu controlo.

REMUNERAÇÃO

Considerandos

A Política de Remuneração elege a competência e a dedicação como características determinantes do bom desempenho. Tem, igualmente por objetivo o alinhamento dos contributos individuais com os objetivos estratégicos da Generali Seguros, S.A. reforçando o foco da política retributiva na remuneração do desempenho.

As remunerações abaixo consideradas devem obedecer aos princípios enunciados no capítulo 5, nomeadamente, o de que nenhuma pessoa incluída na População-Alvo pode receber remuneração e/ou comissões de assiduidade por outros cargos que lhe sejam atribuídos em subsidiárias e outras entidades associadas do Grupo Generali, salvo se houver exceção específica, devidamente justificada, formalizada e autorizada pelos Órgãos Sociais relevantes.

A. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA

Conselho de Administração

Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração podem auferir uma remuneração fixa anual (paga em 12 meses).

Administradores-Executivos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integra uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente, uma componente variável.

O pacote de remuneração *target* é definido com o propósito de manter um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

A avaliação do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração é feita pelos Acionistas, ao abrigo da Política de Remunerações do Grupo Generali, conforme modelo e estrutura hierárquica definida internamente no Grupo Generali e sem prejuízo dos princípios enunciados, podendo ser solicitado parecer do órgão de fiscalização, se necessário.

a) Componente Fixa da Remuneração

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

A esta componente poderão ser ainda adicionadas outras componentes de carácter monetário em linha com a prática do setor segurador.

Sempre que a remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente em sede de Assembleia Geral, devendo a mesma representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total de forma a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável.

b) Componente Variável da Remuneração

A componente variável da remuneração é composta por planos de incentivos anuais (STI) e diferidos (LTI) com base em indicadores de desempenho individuais e de Grupo ajustados ao risco, que incorporam também os requisitos de sustentabilidade face aos riscos assumidos, com base nas metas definidas no Plano estratégico ("Generali 2022-2024") e estratégia para as alterações climáticas ("Generali Group Strategy on Climate Change") do Grupo Generali.

A Generali Seguros S.A. adotou o modelo em linha do que está previsto na Política de Remunerações do Grupo:

I. Critério de Atribuição Remuneração Variável de Curto prazo (STI)

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável de curto prazo dos membros executivos do Conselho de Administração, que se encontre dependente de um processo de avaliação, segue os termos definidos na Política de Remunerações do Grupo Generali, com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios financeiros e não financeiros.

No que diz respeito aos critérios não financeiros, pelo menos 20% da remuneração variável definida deverá estar ligada às metas ESG e KPIs relacionados com: (i) Pessoas (por exemplo, índice de Diversidade e Inclusão), (ii) Marca e Parceiros de Negócio – “*Life-time Partners*” (por exemplo, *Net Promoter Score*) e (iii) Compromisso com a Sustentabilidade (por exemplo, % de crescimento de investimentos verdes e sustentáveis; % de crescimento de produtos verdes e sociais, implementação da estratégia de clima, etc.) Estes critérios não financeiros refletem assim os principais capacitadores da estratégia e do Compromisso de Sustentabilidade da Generali; a sua avaliação é baseada em KPIs específicos e na avaliação das evidências gerais dos resultados.

Na eventualidade de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Companhia no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, poderão ser introduzidas limitações necessárias e adequadas, incluindo o eventual não pagamento de qualquer componente variável, com a vista a preservar o seu equilíbrio financeiro e o cumprimento dos demais rácios de solvabilidade impostos legalmente.

II. 2 - Critério de Atribuição Remuneração Variável de longo prazo (LTI)

Por designação e aprovação do Grupo Generali, os Administradores executivos podem ser elegíveis para participar num programa de remuneração variável diferida, que assume a forma de planos plurianuais e que são aprovados periodicamente pelos órgãos apropriados do Grupo Generali.

Nos termos definidos na Política de Remunerações do Grupo Generali, o plano assenta num período global de desempenho de três anos associado ao cumprimento de objetivos e em períodos de diferimento adicionais de bloqueio das ações concedidas.

A Generali Seguros S.A. aplica as regras e procedimentos previstos no Plano.

III. Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bônus de *performance*, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

c) Outras Remunerações Extraordinárias

Quando houver lugar a pagamento extraordinário a todos os colaboradores da empresa relativos a sucesso de conclusão de projetos especiais (acordos de empresa, transações, etc.), estes benefícios serão aplicados aos membros executivos do Conselho de Administração.

d) Celebração de contratos

Ao abrigo da presente Política fica desde já vedada aos membros do Conselho de Administração a utilização de quaisquer estratégias pessoais de cobertura ou seguros de remuneração (*hedge*) que possam alterar ou minar os efeitos de alinhamento de risco subjacentes aos mecanismos de remuneração variável.

e) Outras regras

Uma parte substancial da componente variável, correspondente a 40% da mesma, será sujeita a diferimento por período não inferior a 3 anos, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 275º do Regulamento Delegado e do artigo 84 da NR 4/2022-R.

O Comité de Remunerações poderá recomendar à Assembleia Geral que a percentagem diferida seja superior, nos casos em que a remuneração variável atribuída for muito elevada ou em função do perfil de risco da Companhia.

A remuneração variável é condicional, porquanto o seu pagamento fica dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição, de tal forma que o mesmo possa não ser efetuado quando o colaborador contribua para a deterioração relevante do desempenho da empresa em qualquer ano do período de diferimento.

f) Outros Benefícios

Os benefícios a atribuir aos membros executivos do Conselho de Administração podem incluir pensões complementares e planos de saúde e outras garantias em caso de morte ou invalidez permanente total por acidente ou doença ou outros benefícios praticados no mercado de referência.

No que diz respeito aos Planos de Pensões, os membros do Conselho de Administração com funções executivas podem beneficiar de uma contribuição para o Fundo de Pensões nos termos e condições aprovados pela Assembleia Geral.

Podem igualmente ser concedidas condições contratuais favoráveis, no que diz respeito, por exemplo, à celebração de seguros ou outros produtos do Grupo Generali ou outros benefícios em linha com a prática do setor segurador e ou do grupo para estas funções.

Adicionalmente, podem ser atribuídos benefícios por um período de tempo definido e de acordo com as práticas de mercado, em caso de mobilidade interna ou internacional, como habitação, educação infantil e outros subsídios vinculados à mobilidade interna e internacional.

Membros do Conselho de Administração Sem Funções Executivas

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a ser definidos pela Assembleia Geral que, em qualquer caso e a verificar-se, não dependerá de qualquer elemento de desempenho, não havendo lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no artigo 25.º dos Estatutos da Companhia, composto por um Presidente e dois Vogais designados, juntamente com um suplente, pela Assembleia Geral de acionistas.

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados através do pagamento de um valor fixo (artigo 13.º) anual pago trimestralmente.

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no artigo 15.º dos Estatutos da Companhia, constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral (artigo 13.º), na data da sua realização, caso haja lugar ao seu pagamento.

B. COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE

Princípios Gerais

A Política de Remuneração compreende previsões específicas relativamente aos Colaboradores das Funções-Chave, sendo a sua retribuição definida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, de forma a garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

A remuneração variável dos Colaboradores com Funções-Chave é independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidos ao seu controlo.

Princípios Específicos

A remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave integra uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável (i) em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, assegurando-se que a remuneração lhes proporciona uma recompensa adequada atendendo à relevância do exercício das suas funções e (ii) de forma consentânea com o seu papel na Companhia, e não em relação ao desempenho desta ou ao desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidos ao seu controlo.

Na determinação destas duas componentes, são considerados diversos fatores, entre os quais se salientam:

- Os interesses da Companhia numa perspectiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho

A remuneração relevante dos Colaboradores com Funções-Chave é definida em Conselho de Administração ou pelo Comité de Remunerações.

a) Componente Fixa da Remuneração

A componente fixa é estabelecida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas. Deverá ser adequada para garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

b) Componente Variável

I. Critérios de Atribuição

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável é anual, e assenta num processo de avaliação de desempenho, definido pela Companhia e em linha com a Política de Remunerações do Grupo Generali, com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios não financeiros. O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das funções-chave.

As metas devem ser independentes do desempenho das unidades e áreas operacionais que são submetidas ao controlo dos Participantes e vinculadas exclusivamente à eficácia e qualidade desses controlos (atividades específicas de cada Função-Chave, tendo como referência metas baseadas na eficácia e qualidade dos controlos, excluindo os objetivos económicos e financeiros, que podem, ao contrário, gerar conflitos de interesse).

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores com Funções-Chave, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo órgão competente, estando sujeita a aprovação.

II. Diferimento da Componente Variável

Uma parte substancial da componente variável, correspondente a 40% da mesma, será sujeita a diferimento por período não inferior a 3 anos, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 275º do Regulamento Delegado e do artigo 84 da NR 4/2022-R.

Contudo, caso se mostre necessário, o Comité de Remunerações poderá recomendar à Assembleia Geral o diferimento, nos casos em que a remuneração variável atribuída for muito elevada ou em função do perfil de risco da Companhia.

A remuneração variável é condicional, porquanto o seu pagamento fica dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição, de tal forma que o mesmo possa não ser efetuado quando o Colaborador com Funções-Chave contribua para a deterioração relevante do desempenho da empresa em qualquer ano do período de diferimento.

III. Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de prémios de desempenho ou de *performance*, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição

de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

c) Outros Benefícios

Para além da remuneração fixa e variável, os Colaboradores com Funções-Chave poderão auferir, se aplicável, ainda os seguintes benefícios, conforme definido no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável na Companhia ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez;
- Outros benefícios/componentes de acordo com a política da Companhia aprovada no momento e práticas de mercado.

d) Critérios de Avaliação

A avaliação do desempenho dos Colaboradores com Funções-Chave é materializada pela Direção de Recursos Humanos & Organização, em conformidade com as diretrizes e o modelo de avaliação específicos constantes na Política de Remunerações do Grupo Generali, em processo cascata, para este tipo de Colaboradores.

C. Colaboradores com Funções Relevantes

A remuneração dos Colaboradores com Funções Relevantes integra uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente, uma componente variável.

O pacote de remuneração “*target*” é definido com o propósito de manter, em média, um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

Sempre que a remuneração total anual integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente pelo órgão competente, devendo a mesma representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total de forma a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável.

a) Componente Fixa da Remuneração

Os Colaboradores com Funções Relevantes auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

b) Componente Variável da Remuneração

A componente variável da remuneração é composta por planos de incentivos anuais (STI) e, eventualmente, diferidos (LTI) com base em indicadores de desempenho individuais e de Grupo ajustados ao risco, que incorporam também os requisitos de sustentabilidade face aos riscos assumidos, com base nas metas definidas no Plano estratégico (“Generali 2022-2024”) e estratégia para as alterações climáticas (“Generali Group Strategy on Climate Change”) do Grupo Generali.

A Generali Seguros S.A. adotou o modelo em linha do que está previsto na Política de Remunerações do Grupo Generali.

I. Critério de Atribuição Remuneração Variável de Curto prazo (STI)

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável de curto prazo dos Colaboradores com Funções Relevantes assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios financeiros e não financeiros.

O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das funções relevantes. As regras e indicadores deste modelo são definidas em instrumento desenvolvido internamente.

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da *performance* e avaliação anual dos Colaboradores com Funções Relevantes. Adicionalmente, a remuneração variável apenas poderá ser atribuída se for sustentável à luz da situação financeira da Companhia no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra.

II. Critério de Atribuição Remuneração Variável de longo prazo (LTI)

Por designação e aprovação do Grupo Generali, os Colaboradores com de Funções Relevantes podem ser elegíveis para participar num programa de remuneração variável diferida, que assume a forma de planos plurianuais e que são aprovados periodicamente pelos órgãos apropriados do Grupo Generali, a Generali Seguros S.A. aplica as regras e procedimentos previstos no Plano.

Os Colaboradores com Funções Relevantes poderão ser ainda elegíveis de outros programas locais definidos e aprovados pelo Comité de Gestão Executiva do país.

III. Diferimento da Componente Variável

Uma parte substancial da componente variável, correspondente a 40% da mesma, será sujeita a diferimento por período não inferior a 3 anos, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 275º do Regulamento Delegado e do artigo 84 da NR 4/2022-R.

Contudo, caso se mostre necessário, o Comité de Remunerações poderá recomendar à Assembleia Geral o diferimento, nos casos em que a remuneração variável atribuída for muito elevada ou em função do perfil de risco da Companhia.

A remuneração variável é condicional, porquanto o seu pagamento fica dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição, de tal forma que o mesmo possa não ser efetuado quando o Colaborador com Funções-Chave contribua para a deterioração relevante do desempenho da empresa em qualquer ano do período de diferimento.

IV. Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bônus de *performance*, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

c) Outros Benefícios

Para além da remuneração fixa e variável, os Colaboradores com Funções Relevantes poderão auferir benefícios, conforme definido no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável na Companhia ou em normativo próprio da Companhia.

O tipo e o valor geral dos benefícios adicionais (*fringe benefits*) atribuídos às funções relevantes poderão diferir em função do cluster de população beneficiária. Estes benefícios podem incluir pensões complementares e planos de saúde e outras garantias em caso de morte ou invalidez permanente total por acidente ou doença ou outros benefícios praticados no mercado de referência.

Podem igualmente ser concedidas condições contratuais favoráveis, no que diz respeito, por exemplo, à celebração de seguros ou outros produtos do Grupo Generali.

d) Critérios de Avaliação

A avaliação do desempenho dos Colaboradores com Funções-Chave é materializada pela Direção de Recursos Humanos & Organização, em conformidade com as diretrizes e o modelo de avaliação específicos constantes na Política de Remunerações do Grupo Generali, em processo cascata, para este tipo de Colaboradores.

Outros Colaboradores (com funções não incluídas nos pontos anteriores)

A remuneração da globalidade dos Outros Colaboradores integra igualmente uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente uma componente variável.

a) Componente Fixa da Remuneração

O pacote de remuneração “*target*” é definido com o propósito de manter um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

b) Componente Variável da Remuneração

A componente variável da remuneração é composta por planos de incentivos anuais (STI) e, eventualmente, diferidos (LTI) no caso seja designado e aprovado pelo Grupo Generali, aplicando as regras e procedimentos previstos no respetivo plano. Os colaboradores poderão ser ainda elegíveis de outros programas locais definidos e aprovados pelo Comité de Gestão Executiva do país.

A remuneração variável de curto prazo (STI) dos Outros Colaboradores assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios financeiros e não financeiros.

O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das funções relevantes. As regras e indicadores deste modelo são definidas em instrumento desenvolvido internamente.

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo órgão competente em função da *performance* e avaliação anual dos Colaboradores. Adicionalmente, a remuneração variável apenas poderá ser atribuída se for sustentável à luz da situação financeira da Companhia no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra.

Considerando o nível de risco do país, a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

c) Outros Benefícios

Os benefícios adicionais são uma componente complementar do pacote de remuneração. O tipo e o valor global dos benefícios adicionais diferem de acordo com a categoria, funções e responsabilidades desempenhadas pelos beneficiários. Os benefícios adicionais incluem complemento pensão de reforma, seguros de Vida, Saúde ou outros, condições contratuais favoráveis, complementos de doença, que podem regidos por leis, contratos individuais, Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) no âmbito da Generali Seguros, S.A.

Outros benefícios adicionais podem ser atribuídos por um período de tempo definido, de acordo com as práticas de mercado, em casos de mobilidade interna ou internacional, como habitação, despesas escolares e outros subsídios.

d) Critérios de Avaliação

A avaliação do desempenho dos Colaboradores com Funções-Chave é materializada pela Direção de Recursos Humanos & Organização, em conformidade com as diretrizes e o modelo de avaliação específicos constantes na Política de Remunerações do Grupo Generali, em processo cascata, para este tipo de Colaboradores.

9.2. QUADRO DE REMUNERAÇÕES PAGAS DURANTE O ANO DE 2022 AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E OUTROS COLABORADORES QUE DIRIGEM EFETIVAMENTE A GENERALI SEGUROS, S.A.

(milhares de euros)

	Nº	Remuneração		Total
		Fixa	Variável	
Conselho de Administração	6			728
Conselho Fiscal	3			35
Total Órgãos Sociais	9	487	276	763
Outros colaboradores que dirigem efetivamente a empresa	29	2.623	786	3.409

Em 2022 foi registado um custo com planos de pagamentos de ações relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 435 milhares de euros.

Igualmente no decurso do ano de 2022, e em relação ao Conselho de Administração com funções executivas, foi efetuada uma contribuição para o Fundo de Pensões de 49 milhares de euros.

Ainda em relação ao ano de 2022 não foi registado qualquer custo com rescisões contratuais e respetivos encargos relativo a membros do Conselho de Administração.

9.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Cumprimento do disposto no 275.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (princípios a cumprir cumulativamente pelas empresas de seguros e de resseguros), conforme art.º 92 da NR 4/2022-R.

Recomendações	Grau de Conformidade	Comentários
Provisões do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/35		
As empresas de seguros e de resseguros cumprem cumulativamente os seguintes princípios:		
No que refere ao artigo 258.º, alínea l):		
(a) A política de remuneração e as práticas de remuneração são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com as atividades da empresa e a estratégia de gestão do risco, o seu perfil de risco, objetivos, práticas de gestão dos riscos e os interesses e desempenho a longo prazo da empresa no seu conjunto, devendo incluir medidas destinadas a evitar conflitos de interesses.	Cumpre	
(b) A política de remuneração promove uma gestão de risco sólida e eficaz e não deve incentivar a assunção de riscos que excedam os limites de tolerância face ao risco da empresa.	Cumpre	
(c) A política de remuneração é aplicável à empresa no seu conjunto e contém disposições específicas que têm em conta as tarefas e o desempenho do órgão de direção, administração ou supervisão, as pessoas que dirigem efetivamente a empresa ou desempenham outras funções-chave e outras categorias de pessoal cujas atividades profissionais têm um impacto material no perfil de risco da empresa.	Cumpre	
(d) O órgão de direção, administração ou supervisão da empresa que estabelece os princípios gerais da política de remuneração aplicáveis às categorias de pessoal cujas atividades profissionais têm um impacto material no perfil de risco da empresa é responsável por supervisionar a sua implementação.	Cumpre	
(e) No que diz respeito à remuneração, a governação deve ser clara, transparente e eficaz, incluindo a supervisão da política de remuneração.		
(f) Deve ser criado um comité de remuneração independente, se tal for apropriado face à importância da empresa de seguros ou de resseguros em termos de dimensão e organização interna, a fim de apoiar periodicamente o órgão de direção, administração ou supervisão no acompanhamento da definição da política de remuneração e das práticas de remuneração, da sua implementação e do respetivo funcionamento.	Cumpre	
(g) A política de remuneração deve ser divulgada a cada membro do pessoal da empresa.	Cumpre	
No que refere às disposições específicas do n.º 1-C, alínea c):		
(a) Nos casos em que os sistemas de remuneração incluem componentes fixas e variáveis, tais componentes devem ser equilibradas, de molde que a componente fixa ou garantida represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de evitar uma dependência excessiva dos trabalhadores relativamente às componentes variáveis e de permitir à empresa dispor de uma política de prémios plenamente flexível, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração.	Cumpre	
(b) Nos casos em que a remuneração variável está dependente do desempenho, o montante total da remuneração variável baseia-se numa combinação da avaliação do desempenho do indivíduo e da unidade de negócio em causa, bem como dos resultados globais da empresa ou do grupo a que a empresa pertence.	Cumpre	
(c) O pagamento de uma parte substancial da componente variável da remuneração, independentemente da forma como a mesma será paga, deve incluir uma componente flexível e diferida que tenha em conta a natureza e o horizonte temporal das atividades da empresa: o período de diferimento não deve ser inferior a três anos e deve ser corretamente fixado em função da natureza da atividade, dos seus riscos e das atividades dos trabalhadores em causa.	Não Cumpre	Considerando a atual estrutura de remuneração, os limites superiores considerados e os níveis de tolerância de risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, adiar uma parte da componente variável da remuneração.
(d) Devem ser tidos em conta critérios financeiros e não financeiros aquando da avaliação do desempenho individual.	Cumpre	
(e) A medição do desempenho, como base para a remuneração variável, deve incluir um ajustamento revisto em baixa no caso de exposição a riscos atuais e futuros, tendo em conta o perfil de risco da empresa e o custo do capital.	Cumpre	
(f) Os pagamentos de cessação de emprego devem estar associados ao desempenho demonstrado ao longo de todo o período de atividade e ser concebidos de forma a não recompensar o insucesso.	Cumpre	
(g) As pessoas sujeitas à política de remuneração comprometem-se a não utilizar quaisquer estratégias pessoais de cobertura ou seguros de remuneração ou de responsabilidade civil que possam comprometer os efeitos de alinhamento com os riscos subjacentes às respetivas modalidades de remuneração.	Cumpre	
(h) A componente variável da remuneração do pessoal que exerce as funções referidas nos artigos 269.º a 272.º [funções-chave: Função de gestão de riscos, Função de verificação do cumprimento, Função de auditoria interna e Função atuarial] deve ser independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidas ao seu controlo.	Cumpre	

10 / Certificação Legal das Contas





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Generali Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.791.354 milhares de euros e um total de capital próprio de 135.900 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 49.490 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variação no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Generali Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.





Mensuração de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de dezembro de 2022, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e investimentos a deter até à maturidade totalizam 2.050.988 milhares de euros, 9.261 milhares de euros, 8.495 milhares de euros e 910 milhares de euros, respetivamente, conforme nota 6 às demonstrações financeiras, representando cerca de 73,5%, 0,3%, 0,3% e 0,03% do ativo, respetivamente.

O Risco

A mensuração dos investimentos a deter até à maturidade é ao custo amortizado, deduzido de imparidade caso exista, sendo os restantes ativos financeiros mensurados ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota 3 – Ativos financeiros anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, as variações de justo valor são inscritas em outro rendimento integral sendo que caso exista imparidade o valor acumulado é reclassificado para resultados do exercício. A Entidade determina para estes ativos financeiros disponíveis para venda que existe imparidade quando se verifique uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. No que respeita aos investimentos a deter até à maturidade, a Entidade determina que existe imparidade quando existe um evento que possa ter impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros.

O justo valor para a maioria dos ativos financeiros acima referidos que compõem a respetiva carteira de ativos financeiros é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de ativos;
- Teste à valorização da carteira de ativos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externas e análise dos principais pressupostos considerados na valorização de unidades de participação;
- Teste à imparidade dos investimentos a deter até à maturidade e dos ativos financeiros disponíveis para venda, analisando o risco de crédito dos emitentes e as variações de justo valor dos instrumentos financeiros; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de dezembro de 2022, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 582.651 milhares de euros e 39.292 milhares de euros, respetivamente, conforme notas 4 e 5 às demonstrações financeiras, e representam, cerca de 21,9% e 1,5% respetivamente, do passivo.

O Risco

A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão refletidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre os resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento;
- Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.





Provisões para sinistros

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para sinistros, no valor de 1.412.927 milhares de euros, representa 53,2% do passivo à mesma data dos quais 661.951 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4 anexa às demonstrações financeiras da Entidade.

i) Provisão para sinistros (exceto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho -Pensões) no montante de 750.976 milhares de euros

O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, exceto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*);
- Avaliação da metodologia e dos pressupostos utilizados pela Entidade no apuramento da estimativa do valor da provisão para sinistros;
- Avaliação do trabalho produzido e das conclusões obtidas pelos atuários da Entidade; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.





ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (incluindo a provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho) no montante de 661.951 milhares de euros

O Risco

A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros de Acidentes de Trabalho;
- Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade no apuramento da estimativa do valor da respetiva provisão, em especial, os pressupostos económicos e não económicos utilizados na projeção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho;
- Avaliação do trabalho produzido e das conclusões obtidas pelos atuários da Entidade; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de dezembro de 2016 para o ano de 2016. A última recondução ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de março de 2022 para o triénio de 2022 a 2024.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 17 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

17 de março de 2023

KPMG & Associados -

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

(ROC n.º 1597 e registado na CMVM com o n.º 20161207)

11 / Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022

Aos Senhores Acionistas da

Generali Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e estando o presente Conselho Fiscal em exercício de funções no presente momento submete-se à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da Generali Seguros, S.A. (“Companhia”) o nosso Relatório e Parecer sobre a atividade desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Companhia relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1. O Conselho Fiscal da Generali Seguros, S.A. foi nomeado em Assembleia Geral de 15 de dezembro de 2021, e após renúncia de um dos seus membros foi nomeado em 22 de fevereiro de 2022 um membro substituto, tendo a autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para o mandato relativo ao triénio de 2022 a 2024 sido emitida em 15 de março de 2022.

Durante o ano de 2022, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Generali Seguros, mantendo reuniões regulares com a Companhia, nas quais foi acompanhando a evolução trimestral da sua situação económico-financeira, bem como outros temas considerados de particular relevância dos quais se destacam as principais conclusões das ações levadas a cabo pelo departamento de auditoria interna e questões relacionadas com os planos de ação de segurança informática e cibersegurança.

Foram obtidos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem o balanço, as contas de ganhos e perdas, as demonstrações do rendimento integral, de variação de capitais próprios e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo e procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

2. Acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada a regularidade dos registos contabilísticos e adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Reunimos com a KPMG & Associados – SROC, S.A. (“KPMG”), Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia, e tendo em conta o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal emitido pela com referência ao fecho de contas de 31 de dezembro de 2022, foram analisadas as áreas consideradas como de maior importância para a



Assinado por: Dinora Clara
Feijão Marinho Bonêho
Identificação: 8108024287
Data: 2023-03-17 às 16:49:51

emissão da sua opinião constante na Certificação Legal de Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases, bem como a identificação das questões mais relevantes, designadamente para a condução dos trabalhos desenvolvidos. Com base nas conclusões do trabalho realizado pela KPMG, o Conselho Fiscal constatou que algumas das recomendações feitas em anos anteriores relativas à melhoria do sistema de controlo interno foram implementadas, existindo outras que ainda necessitam de melhoria, sugerindo-se que a Administração mantenha o foco nesse trabalho.

3. Na análise ao Relatório de Gestão, o Conselho Fiscal apreciou as linhas gerais da estratégia que o Conselho de Administração pretende que a Companhia prossiga em 2023 para consolidar e expandir a sua posição no mercado segurador em Portugal, designadamente através de: (i) fortalecimento da posição no mercado, com foco nos segmentos de Particulares, incluindo os Séniores e Pequenas e Médias Empresas, (ii) aumento do profissionalismo dos agentes e consequente aumento do peso da Generali Seguros, S.A. nas suas carteiras, além da aposta no desenvolvimento de novos canais e de novas ferramentas digitais, e (iii) transformação da cultura e da organização no sentido de melhoria dos processos de gestão e envolvimento dos colaboradores.

Ainda no âmbito da análise deste documento, importa referir que o Conselho Fiscal prestou atenção à informação relativa à monitorização da margem de solvência, de acordo com o novo Regime de Solvência II, devendo acompanhar a divulgação em abril próximo dos correspondentes dados definitivos através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira. Igualmente o Conselho Fiscal irá continuar a dar atenção à preparação do Relatório relativo à informação não financeira que, de acordo com as disposições legais aplicáveis, será apresentado em separado e publicado dentro do prazo legal.

4. Relativamente à análise que efetuou às Demonstrações Financeiras da Generali Seguros, S.A. o Conselho Fiscal destaca os seguintes pontos:

- a) A quota de mercado da Generali Seguros, S.A. em seguros Não-Vida situou-se em 18,4 % (decrésimo de 0,4% vs 2021) e em seguros Vida situou-se em 1,3% (crescimento de 0,3% face a 2021), tendo-se assistido ao aumento da base de clientes para 1.971 milhões de clientes particulares e empresa;
- b) O Balanço da Generali Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022 apresenta um Ativo líquido de 2.791,4 milhões de euros, representando uma diminuição de 9,5% (-294,5 milhões de euros) relativamente ao ano anterior, afetado em particular pelo aumento significativo das taxas de juro durante o ano de 2022 que, em virtude da aplicação do justo valor na valorização dos ativos, na sua maioria títulos de rendimento fixo com taxa fixa, produziu uma variação negativa no Ativo.
- c) O valor do Capital Próprio reduziu-se para 135,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 60% relativamente ao ano anterior (342,8 milhões de euros), para o qual contribuiu fortemente a variação negativa na reserva de



Assinado por: Dinora Clara
Feijão Magalhães Botelho
Identificação: BI08024287
Data: 2023-03-17 às 16:46:35

reavaliação em resultado da aplicação do justo valor na avaliação dos ativos, tal como detalhado no ponto anterior.

- d) No Passivo, o total de Provisões Técnicas ascendeu a 2.287,0 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 3,2% vs o ano anterior (2.361,6 milhões de euros), em resultado, principalmente, da redução da provisão matemática do ramo vida (-73,0 milhões de euros), em resultado de vencimentos ocorridos no ano e na evolução das taxas de juro de mercado. Por outro lado, verificou-se um aumento da provisão para sinistros (+61,8 milhões de euros) devido à evolução da inflação.
- e) O Resultado Líquido positivo do exercício atingiu 49,5 milhões de euros, refletindo um decréscimo face ao resultado de 54,0 milhões de euros gerado no ano anterior;
- f) No ano de 2022 o resultado da atividade financeira da Generali Seguros, S.A. foi de 1.988 milhares de euros tendo registado uma rentabilidade média dos ativos financeiros de 0,1% vs 0,9% em 2021 e mantido a concentração de ativos em obrigações de taxa fixa (76% do total) e em fundos de investimento diversificados com especial foco em fundos geridos pelo grupo ou parceiros do grupo Generali.

5. Como evento subsequente à data de referência das Demonstrações Financeiras de 2022 refere-se que nos dois primeiros meses de 2023 se verifica ainda grande incerteza relativamente à evolução da guerra na Europa o que gera enormes incertezas no plano político e económico, para as quais não é possível a esta data prever os impactos, até porque a duração da mesma poderá aumentar ou atenuar os mesmos. Por outro lado, assiste-se a um certo aliviar das pressões inflacionistas em virtude das medidas do BCE de subida das taxas e consequente desaceleração da economia, em todo o caso, não é neste momento possível verificar quaisquer fatores que coloquem em risco os níveis de solvência e as exigências regulamentares aplicáveis à Companhia.

6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022, o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados, no valor de 49.489.993,75 euros, expressa no ponto 3.5 do Relatório de Gestão, sejam aprovadas pela Assembleia Geral da Generali Seguros, S.A.

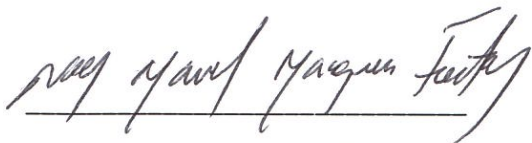
Finalmente manifestamos ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e à KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas S.A. o nosso maior apreço pela colaboração prestada ao Conselho Fiscal.

Lisboa, 17 de março de 2023



Assinado por: Dinora Clara
Feijão Margalho Botelho
Identificação: B108024287
Data: 2023-03-17 às 16:44:23

3



Nelson Manuel Marques Fontan - Presidente



Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento – Vogal



Assinado por: Dinora Clara
Feijão Margalho Botelho
Identificação: 8108024287
Data: 2023-03-17 às 16:11:58

Dinora Clara Feijão Margalho Botelho – Vogal